

PREGÃO ELETRÔNICO

90030/2025

CONTRATANTE (UASG)

180101

OBJETO

Contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, devendo obedecer às condições estabelecidas no Projeto Básico nº SSP-002/SAEA/2025 e anexos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.147.409,74

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **19/02/2026** às **08h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço / empreitada por preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2025**

Processo Administrativo nº025.00011403/2025-35

Torna-se público que a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, por meio do **Gabinete do Secretário e Assessorias**, sediado na **Rua Libero Badaró, 39 – Bairro Centro – São Paulo/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, devendo obedecer às condições estabelecidas no Projeto Básico nº SSP-002/SAEA/2025 e anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.*

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para o item a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos § 1º

e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor total do item.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 6.000,00 (*seis mil reais*).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas*

de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão

divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. *A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.]*

7.8.2. *Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.*

7.8.2.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.*

7.8.3. *Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.10.1. *O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.3.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo e-mail: ssp.licitacoes@sp.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Multa Moratória de 0,6% (zero vírgula seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 7% (sete por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- (3) *Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato;*
- (4) *Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 20% a 30% do valor do Contrato;*
- (5) *Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*
- (6) *Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*
- (7) *Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*
- (8) *Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.*

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: www.comprasnet.gov.br e pelo e-mail ssp.licitacoes@sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no www.comprasnet.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for

situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.15.1. *ANEXO I – Termo de Referência;*
 - 14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*
- 14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*
- 14.15.3. *ANEXO III – Modelo de proposta;*
 - 14.15.3.1. *ANEXO III.1 - Modelo de Planilha Orçamentária;*
 - 14.15.3.2. *ANEXO III.2 – Modelo de Cronograma Físico-financeiro;*
- 14.15.4. *ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);*
- 14.15.5. *ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;*
- 14.15.6. *ANEXO VI – Planilha orçamentária;*
- 14.15.7. *ANEXO VII – Cronograma Físico-financeiro;*
- 14.15.8. *Anexo VIII – Demonstrativo de Composição de BDI;*
- 14.15.9. *ANEXO IX – Demonstrativo de Encargos Sociais;*
- 14.15.10. *ANEXO X – Modelo do Termo de Ciência e Notificação.*

São Paulo, na data da assinatura digital.

RAFAEL SILVA GOUVEIA

Subscritor do Edital

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

TERMO DE REFERÊNCIA Nº SSP-002/SAEA/2025

Objetivo: *definição do objeto, para atendimento da necessidade, conforme inciso II, do artigo 18, da Lei Federal, regulamentado no Estado de São Paulo pelo Decreto nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.*

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

SUMÁRIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ..	4
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	12
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	15
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	18
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO	25
9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	33
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	34
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
12. ANEXOS	34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. *Contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, devendo obedecer às condições estabelecidas no Projeto Básico nº SSP-002/SAEA/2025 e anexos,* conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DE SERVIÇO	QTDE TOTAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	<i>Serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo.</i>	22225 – Serviços de Engenharia	Unidade	R\$ 1.147.409,74

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. *O objeto desta contratação é caracterizado como serviços comuns de engenharia pela necessidade de execução de atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, conforme alínea “a”, inciso XXI, artigo 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023;*

1.2.1. *O prazo de vigência da contratação será de 210 (duzentos e dez) dias corridos, conforme cronograma físico-financeiro, medição, recebimento, pagamento e período de observação, os quais serão contados a partir da assinatura da emissão da Ordem de Início de Serviços, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2024;*

1.3. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.3.1. *É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato:*

1.3.1.1. *Serviço de fornecimento, confecção e instalação de elementos de identificação, em conformidade com o novo padrão visual institucional - 100% do subitem.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº SSP-002/SAEA/2025, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *Buscando-se a celeridade processual e eficiência administrativa, foi elaborado o Documento de Formalização de Demanda (DFD), contendo as informações básicas do objeto a ser contratado, informações preliminares, descrição sucinta do objeto, justificativa da necessidade, estimativa de quantidade e valores, vinculação ou dependência com outro DFD, haja vista a contratação não ter sido incluída Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026. No entanto, conforme artigo 15 do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, o Plano de Contratações Anual (PCA), será atualizado e aprovado pela autoridade competente, com a inclusão de tal contratação, o qual será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº SSP-002/SAEA/2026, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Padrões mínimos de qualidade¹, a Contratada deverá:

4.2. Executar o objeto de acordo com o futuro Termo de Referência e apensos, Edital de Licitação, Contrato Administrativo, Ordem de Execução de Serviço, Gestão, Supervisão e Fiscalização do Contratante e demais normas relativas à boa técnica do ramo, observando, de acordo com a exigibilidade para execução do objeto, as seguintes normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), não excluindo outras exigências normativas e legais que, porventura, se fizerem obrigatórias e necessárias:

NORMAS TÉCNICAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)	
1	Canteiro de Obra - Instalações Provisórias:
1.1	NBR-12284:1991 - Áreas de vivência em canteiros de obras;
1.2	NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
2	Apoio a Obra:
2.1	NBR-6494:1990 - Segurança nos andaimes;
3	Destinação de Resíduos:
3.1	Resolução CONAMA nº 307/2002;
3.2	Resolução CONAMA nº 308/2002;
3.3	NBR-10004:2004 - Resíduos sólidos – Classificação quanto ao perigo;
3.3	NBR-13896:2013 - Sistema de gestão de resíduos na construção civil;
3.5	NBR-12217:2008 - Gerenciamento de resíduos da construção civil.
3.6	NBR-15114:2004 - Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
3.7	NBR-15532:2015 - Análise do ciclo de vida de produtos e sistemas na construção civil;
3.8	NBR-13965:2005 - Sistema de gestão de resíduos – Práticas na construção civil;
3.9	NBR-12147:2017 - Desenvolvimento sustentável nas construções – Diretrizes gerais.
4	Alvenaria e divisórias:
4.1	NBR-7171:2005 – Bloco cerâmico para alvenaria;
4.2	NBR-14715-1:2021 – Chapas de gesso para Drywall.
5	Regularização de base:
5.1	NBR-11170/90: “Serviços de Pavimentação”;
5.2	NBR-9780/87: “Peças de concreto para pavimentação - Determinação da resistência à compressão”;
5.3	NBR-9781/87: “Peças de concreto para pavimentação”;
5.4	NBR-9050/04: “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.
6	Revestimento Cerâmico:
6.1	NBR-15463:2020 – Placas cerâmicas para revestimento – Porcelanato;

¹ Requisitos da Contratação: no subitem 5.1 foram estabelecidas as condições mínimas a serem atendidas para a execução do objeto, visando a exequibilidade eficiente, segura e com utilização da boa técnica requerida ao ramo, além da garantia ao atendimento das normas técnicas e legislações vigentes, principalmente pelas Normas Brasileiras (conjunto de regras e diretrizes técnicas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

6.2	NBR-7129:1997 – Azulejo.
7	Forro:
7.1	NBR-14715-1:2021 – Chapas de gesso para Drywall.
8	Vidros:
8.1	NBR-14697:2023 – Vidro laminado;
8.2	NBR-14698:2001 – Vidro temperado.
9	Esquadrias:
9.1	NBR-10821:2011 - Caixilhos para edificações - Janelas;
9.2	NBR-10821-1:2017 - Esquadrias para edificação - Parte 1: Esquadrias externas e internas;
9.3	NBR-10821-2:202023 - Esquadrias para edificação - Parte 2: Esquadrias externas;
9.4	NBR-10821-4:2017 - Esquadrias para edificação - Parte 4: Esquadrias externas - Requisitos adicionais de desempenho;
9.5	NBR-1499:2011 – Fechadura de embutir – requisitos, classificação e métodos de ensaio.
10	Acessibilidade:
10.1	NBR-9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
11	Impermeabilização:
11.1	NBR 9574:2018 - Execução de Impermeabilização.
12	Instalações Elétricas:
12.1	NBR-5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão;
12.2	NBR-14039:2003 - Instalações elétricas de média tensão;
12.3	NBR-549:209 – Iluminância de interiores;
12.4	NBR-5419:2015 – Proteção de estruturas contra descarga atmosférica;
12.5	NBR-9570:2012 - Sistemas fotovoltaicos – Projetos e execução.
13	Sistema de Tomadas:
13.1	NBR-1496:2012 – Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada – Padronização, e a necessidade do ambiente.
14	Sistema de Telefonia:
14.1	NBR-5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão.
15	Sistema de cabeamento estruturado:
15.1	NBR-5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão.
16	Instalações Hidráulicas:
16.1	NBR-7198:1993 - Projeto e execução de sistemas de abastecimento de água quente;
16.2	NBR-10844:1989 - Instalação predial de gás.
16.3	NBR-5648:1618 – Tubos e conexões de PVC-U com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos;
16.4	NBR-5626:1616 – Sistemas prediais de água fria e água quente – Projeto, execução, operação e manutenção;
16.5	NBR-5688:1618 – Tubos e conexões de PVC-U para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos;
16.6	NBR-8116:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;
16.7	NBR-7229:1624 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos;
16.8	NBR-9969:1624 - Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, construção e operação;
16.9	NBR-9649:1986 – Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário;
16.10	NBR-9814:1622 – Execução de rede coletora de esgoto sanitário.
17	Proteção e Combate a Incêndios:
17.1	NBR-11742:1618 – Porta Corta-fogo para saída de emergência.

18	Sistema de iluminação de emergência:
18.1	NBR-10898:1623 – Sistema de iluminação de emergência, e priorizando as exigências do Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros.
19	Sistema de alarme de incêndio:
19.1	NBR-5410:1604 – Instalações elétricas de baixa tensão;
19.2	NBR-9441:1610 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio;
19.3	NBR-11836:1612 – Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio;
19.4	Normas Americanas Factory Mutual, UL 864 e NFPA 72;
19.5	Práticas SEAP – Governo Federal.
20	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA):
20.1	NBR-5419:1615 - Proteção contra descargas atmosféricas.
21	Pintura:
21.1	NBR 9245:1611 – Tintas para construção civil – Execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície.
22	Projeto executivo de paisagismo:
22.1	NBR 6492: “Representação de projetos de arquitetura”.
23	Climatização - Ar Condicionado:
23.1	NBR-12401:1612 - Sistemas de climatização - Parte 1: Projetos;
23.2	NBR-15575-2:169 - Desempenho de edificações habitacionais - Parte 2: Desempenho térmico;
23.3	NBR-15216-3:1605 - Desempenho térmico de edificações – Parte 3: Condições de conforto térmico;
23.4	NBR-6401:1608 – Instalações centrais de ar condicionado para conforto – Parâmetros básicos de projeto;
23.5	NBR-7256:1622 – Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) – Requisitos para projeto e execução das instalações;
23.6	NBR-10080:1987 – Instalação de ar condicionado para salas de computadores;
23.7	Normas estrangeiras – Normas da ASHRAE (“ <i>American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers</i> ”);
23.8	Normas da SMACNA – “ <i>HVAC Systems Testing, Adjusting & Balancing</i> ”;
23.9	NBR-12401-1 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários, Parte 1: Projeto das instalações;
24	Drenagem:
24.1	NBR-10844:1989 - Projeto de drenagem urbana – Diretrizes gerais;
24.2	NBR-12.212:169 - Drenagem de águas pluviais - Projetos e execução de sistemas de drenagem superficial;
24.3	NBR-12499:1612 - Drenagem urbana – Diretrizes para o manejo de águas pluviais.
25	Gás Encanado (Gás Natural e GLP):
25.1	NBR-15526:1607 - Instalações de gás para unidades residenciais;
25.2	NBR-12.212:169 - Drenagem de águas pluviais - Projetos e execução de sistemas de drenagem superficial;
25.3	NBR-12499:1612 - Drenagem urbana – Diretrizes para o manejo de águas pluviais.
26	Gás Encanado (Gás Natural e GLP):
26.1	NBR-15526:1607 - Instalações de gás para unidades residenciais;
26.2	NBR-9103:1995 - Instalações prediais de gás liquefeito de petróleo (GLP);
26.3	NBR-14619:1615 - Instalações internas de gás natural.

Sustentabilidade

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.3.1. A geração de resíduos é o maior impacto ambiental possível nesta obra, razão pela qual a empresa contratada para execução deverá seguir as diretrizes e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, com as alterações da Resolução nº 448, de 18 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, bem como a Lei Municipal nº 7.676, de 12 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Plano Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Araçatuba – PMGIRS;

4.3.2. A empresa contratada deverá utilizar boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando os critérios abaixo descritos:

4.3.2.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de acordo com as classificações da ANVISA;

4.3.2.2. Adoção de práticas para evitar desperdício de água potável;

4.3.2.3. Implementação de um programa de treinamento para uso racional de energia elétrica, água e redução de resíduos sólidos;

4.3.2.4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis, contatando associações locais de reciclagem;

4.3.2.5. Redução do consumo de papel, utilizando frente-verso na impressão e fonte;

4.3.2.6. Uso de papel não clorado na impressão;

4.3.2.7. Substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

4.3.2.8. Destinação adequada de pilhas e baterias usadas;

4.3.2.9. Proteção dos empregados, fornecendo EPIs e fiscalizando seu uso;

4.3.2.10. Consideração de empresas certificadas ambientalmente nas aquisições;

4.3.2.11. Estímulo à troca de informações através de ferramentas digitais;

4.3.2.12. *Respeito às normas especialmente sobre resíduos sólidos, mitigação ambiental, produtos que reduzam consumo de energia e recursos naturais, avaliação de impactos de vizinhança, proteção do patrimônio cultural, e acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;*

4.3.2.13. *Cumprimento da Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006, a qual Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes;*

4.3.3. *Observância das Normas Brasileiras (NBR):*

4.3.3.1. *NBR nº 15.112 - Resíduos da construção civil e resíduos volumosos. Áreas de Transbordo e Triagem: Diretrizes para projeto, implantação e operação;*

4.3.3.2. *NBR nº 15.113 - Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes. Aterros: Diretrizes para projeto, implantação e operação;*

4.3.3.3. *NBR nº 15.114 - Resíduos sólidos da construção civil. Áreas de Reciclagem: Diretrizes para projeto, implantação e operação;*

4.3.3.4. *NBR nº 15.115 - Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil. Pavimentação: Execução de camadas de pavimentação e procedimentos;*

4.3.3.5. *NBR nº 15.116 - Agregados de resíduos sólidos da construção civil. Pavimentação: Utilização, preparo de concreto sem função estrutural e requisitos.*

Indicação de marcas ou modelos

4.4. *Não será exigida a indicação de marcas ou modelos, porém, os itens a serem utilizados para consecução do objeto a ser contratado deverão atender aos parâmetros e referências estabelecidos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Boletim Técnico da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), normas e regras técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas Normas Brasileira (NBR), todos vigentes.*

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.5. Não será vedada nenhuma marca e/ou produto, porém, não serão aceitos materiais, insumos, equipamentos, etc., sem precedência ou em desacordo com as marcas de referência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), bem como fora das regras técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas Normas Brasileira (NBR), todos vigentes.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, visando comprovar que o licitante possui capacidade de cumprir as condições, custos e prazos assumidos na assinatura do contrato, e, como consequência, para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, inclusive no que diz respeito a multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

4.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;

4.9. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

*I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;*

*II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;*

*III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;*

*IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;*

*V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.*

4.9.1. *A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.*

4.10. *O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.*

Vistoria

4.9. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) horas às 17 (dezessete) horas.*

4.9.1. *Caso o licitante opte por realizar a vistoria prévia, esta será mediante agendamento prévio, por intermédio das alternativas:*

4.9.2. *Presencial, na Seção de Logística do Comando de Policiamento do Interior Dez (CPI-10), localizado Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº 238, Aviação, Araçatuba, interior do Estado e São Paulo;*

4.9.3. Por meio do telefone (18) 2102-5200 – Sede do CPI-10 – Seção de Logística;

4.9.4. Pelo endereço eletrônico: cpi10logistica@policiamilitar.sp.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) horas às 17 (dezessete) horas.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação. |

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto do contrato: a contar da assinatura da Ordem de Início de Serviço;

5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão definidos conforme Projeto Básico nº 12BAEP-024/40/2023 e apensos, que consta como Anexo I deste Termo de Referência, porém, sinteticamente, terá por escopo a realização/execução: Reunião de Coordenação; Serviços Preliminares; Retiradas e Transporte; Movimentação de Solo; Superestrutura; Alvenarias; Revestimento e Argamassa; Piso e Revestimento Cerâmico; Serviços de Forros; Serviços de Vidros; Esquadrias; Divisórias – Bancadas; Pintura; Cobertura; Hidrossanitário; Elétrica, Limpeza Final;

5.1.2.1. Cumprimentos dos prazos e percentuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, conforme quadro abaixo:

Falta distribuir:	Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5
						02/00	03/00	04/00	05/00
Linha	1.	Reforma reparatória na sede do 12º BAI	1.147.409,74	% Período:	1,84%	26,87%	40,76%	30,53%	
Linha	1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	10.566,61	% Período:	66,40%	11,20%	11,20%	11,20%	
Linha	1.2.	REMOÇÕES RETIRADAS	14.114,29	% Período:	100,00%				
Linha	1.3.	SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES	1.122.728,84	% Período:		27,36%	41,55%	31,09%	
Linha	1.3.1.	Fechamentos	136.405,95	% Período:		74,46%	21,62%	3,92%	
Linha	1.3.1.1.	Drywall	3.400,70	% Período:		100,00%			
Linha	1.3.1.2.	Manutenção adaptadora de fechamento p	39.550,47	% Período:		56,76%	43,24%		
Linha	1.3.1.3.	Pedra	93.454,78	% Período:		81,02%	13,26%	5,72%	
Linha	1.3.2.	Manutenção em cobertura	14.999,48	% Período:		28,50%	71,50%		
Linha	1.3.3.	Serviços de Vidro	103.279,47	% Período:		64,83%	22,25%	12,92%	
Linha	1.3.3.1.	Porta de vidro	43.716,19	% Período:		88,56%	11,44%		
Linha	1.3.3.2.	Janela de vidro	59.563,29	% Período:		47,42%	30,18%	22,40%	
Linha	1.3.4.	Pavimentação	193.587,35	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.5.	Acessorios	3.224,47	% Período:		38,77%	29,35%	31,88%	
Linha	1.3.6.	Serviços em pedras	59.547,17	% Período:		11,56%	28,62%	59,82%	
Linha	1.3.7.	Instalação de abrigo de gás	10.354,26	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.8.	Portas/Portão	80.951,21	% Período:		23,11%	35,68%	41,21%	
Linha	1.3.8.1.	Metálica	47.969,25	% Período:		27,62%	56,41%	15,97%	
Linha	1.3.8.2.	Madeira	32.981,96	% Período:		16,56%	5,52%	77,91%	
Linha	1.3.9.	Serviços em Cobertura	10.864,22	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.10.	FORRO/ DRYWALL	40.904,35	% Período:		34,40%	34,40%	31,20%	
Linha	1.3.11.	REVESTIMENTO	86.571,03	% Período:		34,45%	18,22%	47,34%	
Linha	1.3.12.	HIDRAULICA	27.125,59	% Período:		21,76%	31,84%	46,41%	
Linha	1.3.13.	PINTURA	148.255,14	% Período:		24,45%	28,63%	46,92%	
Linha	1.3.14.	Identificação visual	90.767,34	% Período:		23,63%	66,87%	9,50%	
Linha	1.3.14.1	Reforma e reinstalação de totem	31.772,31	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.14.2	Portal	28.922,11	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.14.3	Brasão	5.590,56	% Período:		100,00%			
Linha	1.3.14.4	Fachada	15.859,32	% Período:		100,00%			
Linha	1.3.14.5	Elétrica	8.623,04	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.15.	ELÉTRICA	61.064,75	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.16.	ESQUADRIA DE SEGURANÇA	40.178,49	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.17.	SERVIÇOS FINAIS	14.648,56	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.17.1	Remoção de entulho	1.379,81	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.17.2	Limpeza e jardinagem	13.268,75	% Período:				100,00%	

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, Município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo.



https://earth.google.com/web/search/Rua+Tenente+Alcides+Theodoro+dos+Santos,+no+345,+bairro+Avia%3a7%3a30,+Ara%3a7atuba%2fSP./@-21.19564428,-50.42964441,402.9785439a,553.72318591d,35y,0h,0t,0r/data=CiwiJgokCaJIQE6WMzRAEZ1QE6WMzTAGQec_xWzBkIAIT1XnXz80knAQgIIAToDCgEwQgIIAEoNCP_____wEQAA

5.3. *Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 8h às 18h, caso seja necessário a alteração, essa situação deverá ser acordada previamente, em tempo hábil, com o Gestor do Contrato.*

Materiais a serem disponibilizados

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. Os itens a serem utilizados para consecução do objeto deverão atender aos parâmetros e referências estabelecidos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Boletim Técnico da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), normas e regras técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas Normas Brasileiras (NBR), todos vigentes.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1. *Para compreensão precisa das particularidades e necessidades do objeto a ser contratado e executado, visando o dimensionamento da proposta, a licitante deverá realizar análise minuciosa das peças técnicas existentes e elaboradas pela Administração Pública, considerando a particularidade do imóvel, como sendo uma Unidade da Polícia Militar do Estado de São Paulo.*

Especificação da garantia do serviço

5.5. *A Contratada responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, pela solidez e segurança do trabalho, bem como pelos serviços de engenharia e obra executados, materiais, equipamentos, insumos, inclusive sobre o solo, etc., conforme artigo 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o qual instituiu o Código Civil Brasileiro, combinando com o parágrafo 6º, do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. *O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto, das 8 às 18h, de segunda à sexta-feira, a fim de representá-lo, conforme artigo 118 da Lei Federal nº 14.133/2021.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei nº 14.133, de 2021](#), artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso I do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III, apêndice deste Termo de Referência.*

7.1.1. *Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:*

7.1.1.1. *não tenha produzido os resultados acordados;*

7.1.1.2. *tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou*

7.1.1.3. *tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.*

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. *Análise quantitativa e qualitativa, “in loco”, pelo Fiscal Técnico, do cumprimento dos requisitos técnicos previamente estabelecidos durante a execução dos eventos incluídos na “Planilha de Medição”, em conformidade com cronograma físico-financeiro;*

7.4. *Avaliação por etapa concluída, a ser realizada pelo fiscal técnico, será concluída mediante a emissão do “Instrumento de Medição por Resultado”, podendo obter os conceitos: “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não Aplicável” para o período de medição.*

Do recebimento

7.5. *Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.*

7.5.1. *Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.*

7.5.2. *O Contratado também apresentará, a cada medição:*

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.5.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento (etapa), que observará os parâmetros definidos no item 7 deste instrumento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da [Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.6.9. *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

7.6.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo *de 15 (quinze) dias*, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será *por regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.*

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. *O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).*

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN*, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.20. *Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.20.1. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).*

8.20.2. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

8.20.3. *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.21. *O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.22. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, a qual poderá ser agendada presencialmente na Seção de Logística do Comando de Policiamento do Interior Dez (CPI-10), localizado Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº 238, Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, ou pelo endereço eletrônico: cpi10logistica@policiamilitar.sp.gov.br, ou por meio do telefone (18) 2102-5200, das 9 (nove) horas às 17 (dezessete) horas;*

8.22.1.A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.23. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade;

8.23.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.24. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), certificado por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme o caso, por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

ITEM	PARCELA DE VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO ²	RELEVÂNCIA (%)	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	REQUISITO
1	Aplicação de massa acrílica, conforme subitem 1.3.13 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	12,92	Alvenaria de vedação de blocos	m ²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
2	Serviço em pedra, conforme subitem 1.3.1 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	8,14	Divisória em granito	m ²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
3	Pavimentação, conforme subitem 1.3.4 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	16,87	Piso intertravado	m ²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
4	Serviços em vidro, conforme subitem 1.3.3 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	9,00	Fornecimento e instalação de janela de vidro	m ²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto

8.24.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

² Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.24.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

ITEM	PARCELA DE VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO ³	RELEVÂNCIA (%)	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	QTDE. TOTAL	QTDE. EXIGIDA – 50%
1	Aplicação de massa acrílica, conforme subitem 1.3.13 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	12,92	Alvenaria de vedação de blocos	m²	2.237,92	1.118,96
2	Serviço em pedra, conforme subitem 1.3.1 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	8,14	Divisória em granito	m²	77,31	38,65
3	Pavimentação, conforme subitem 1.3.4 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	16,87	Piso intertravado	m²	826,55	413,27
4	Serviços em vidro, conforme subitem 1.3.3 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	9,00	Fornecimento e instalação de janela de vidro	m²	68,75	34,37

8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

³ Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.25.4. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Outras comprovações

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022](#), cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;

e) se compromete a cumprir o disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.27. *Tratando-se de consórcio:*

8.27.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.*

8.27.2. *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.*

8.27.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.27.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.*

8.28. *Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:*

8.28.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;*

8.28.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

8.28.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*

8.28.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*

8.28.5. *Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*

8.28.6. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador*

8.28.7. *Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores. |*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.1. *O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.147.409,74 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e nove reais e setenta e quatro centavos), conforme custos unitários postos na Planilha Orçamentária, Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado, sejam eles ordinários ou extraordinários.*

10.2. *No respectivo exercício, a contratação poderá ser atendida pelas seguintes dotações:*

I) Gestão/Unidade: 180.101 (Divisão de Administração do Gabinete da Secretaria da Segurança Pública);

II) Fontes de Recursos: 275.950.003 (Superávit – Fundo Nacional de Segurança Pública).

III) Programa de Trabalho: 06.181.1820.6559 (Integração da Segurança Pública);

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros);

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. *Após consolidação do Termo de Referência, a equipe técnica instituída e habilitada, conforme artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 2º do Decreto Estadual nº 68.185/2023, concluiu pela viabilidade legal, técnica e econômica do projeto em pauta.*

12. ANEXOS

12.1. *Projeto Básico nº SSP-002/SAEA/2025 e apensos;*

12.2. *Instrumento de Medição de Resultado (IMR);*

12.3. *Memorial de Coordenação.*

Data da assinatura digital.

ALCIDES DA SILVA JÚNIOR

Capitão PM – Assessor Policial-Militar
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

ANDRÉ LUIZ MORAIS DE LIMA

Cabo PM – Assessor Policial-Militar - Engenheiro Civil - CREA/SP nº 5070238056
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

BRENA BOLONHESE FARIAS

Cabo PM – Assessora Policial-Militar – Engenheira Civil – CREA/SP nº 5070213283
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Militar do Estado de São Paulo
Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP)

PROJETO BÁSICO Nº 12BAEP-001/40/2026

1. DO OBJETO:

1.1. Projeto Básico para Contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia, não contínuos, para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro da Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, devendo obedecer às condições estabelecidas neste instrumento;

1.2. Após consolidação da memória de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, para obtenção dos custos unitários e totais da planilha orçamentária, foi utilizada a metodologia paramétrica¹, bem como fontes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, que autoriza a aplicação do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, o qual estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado nos processos de licitação e de contratação direta de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o parágrafo 2º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal

¹ **Metodologia Paramétrica - Reflexões Sobre a Nova Lei de Licitações – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:** trata-se de um outro tipo de estimativa de custos, desenvolvido quando os projetos do empreendimento já se encontram em estágio mais avançado, mas ainda não contêm todos os elementos exigidos de um projeto básico. Assim, o método produz uma estimativa mais apurada do que a obtida mediante a metodologia expedita. A partir de levantamentos preliminares obtidos com base nos anteprojetos da obra e mediante a utilização de bancos de dados, separa-se a obra nas suas principais unidades/etapas/parcelas em termos de custo. Cada unidade/etapa/parcela da obra será avaliada a partir de bancos de dados alimentados com parâmetros de obras semelhantes ou com outras referências de preços.

direta, autárquica e fundacional, conforme segue:

1.2.1. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil – SINAPI, com data de referência de novembro de 2025, conforme artigo 3º do Decreto Federal nº 7.983/2013;

2. LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA COMUM DE ENGENHARIA:

2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, Município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo.



<https://earth.google.com/web/search/Rua+Tenente+Alcides+Theodoro+dos+Santos,+no+345,+bairro+Aviação%3%a7%3%a3o,+Araçatuba%2fSP/@-21.19564428,-50.42964441,402.9785439a,553.72318591d,35y,0h,0t,0r/data=CsEBGplBEosBCiUweDk0OTYOMTU1OTk0YmE3NjM6MHhhNzJjNDkzMzI0MzJhYT5GS3jS00nMjXAIRzfKMMCN0nAKIBSdWEgVGvZuZW50ZSBBbGNpZGVzIFRoZW9kb3JvIGRvcyBTYW50b3MlG5vIDM0NSwgYmFpcnJvIEF2aWHDp8OjbywGQXJhw6dhdHViYS9TUBgCIAEIJgoKcEaEVnlIC-jbAESheKOUADfAGc1XlySnfkfAIZAgiH0ygfAQgIIAToDCgEwQgIIAEoNCPwEQAA>

3. REGIME DE CONTRATAÇÃO:

3.1. O regime de execução indireta do objeto será por empreitada por preço global.

4. CONDIÇÕES GERAIS:

4.1. A empresa contratada deverá executar os seguintes serviços:

4.1.1. Execução dos Serviços de Engenharia:

4.1.1.1. Executar as obras e serviços de engenharia de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e peças técnicas, cumprindo rigorosamente as normas técnicas e padrões de qualidade aplicáveis.

4.1.2. Fornecimento de Bens e Serviços:

4.1.2.1. Providenciar todos os materiais, equipamentos e mão de obra qualificada necessários à realização integral do objeto, conforme especificações e prazos estabelecidos.

4.1.3. Montagem, Testes e Pré-Operação:

4.1.3.1. Realizar as atividades de montagem, testes, pré-operação e verificações, garantindo que o objeto esteja apto para o pleno funcionamento e que cumpra todos os requisitos de segurança e eficiência operativa.

4.2. Observações relevantes:

4.2.1. Projeto Básico:

4.2.1.1. A Contratante fornecerá o projeto básico, onde a Contratada deverá seguir rigorosamente o seu conteúdo.

4.2.2. Entrega final do objeto:

4.2.2.1. A empresa contratada deverá assegurar que todas as etapas e serviços sejam realizados de forma integrada e precisa, garantindo a entrega do objeto completo e em condições de operação, conforme parâmetros e requisitos previamente estabelecidos.

5. ANEXOS:

5.1. Memorial Descritivo;

5.2. Planilha Orçamentária;

5.3. Cronograma Físico Financeiro;

5.4. Cálculo de Benefícios de Despesas Indiretas (BDI);

5.5. Memória de Cálculo;

5.6. Planta Baixa de Implantação;

5.7. Planta Baixa Área de Demolição de Piso;

5.8. Planta Baixa Área de Demolição de Piso de Concreto;

5.9. Planta Baixa Área de Parede Drywall;

5.10. Planta Baixa Área de Muro de Divisa;

5.11. Planta Baixa Área de Divisória de Banheiro;

- 5.12. Planta Baixa Área de Porta Vidro Temperado;
- 5.13. Planta Baixa Área de Regularização e Compactação de Subleito;
- 5.14. Planta Baixa Área de Porta em Alumínio/Soleira;
- 5.15. Planta Baixa Área de Porta de Madeira e Verniz;
- 5.16. Planta Baixa Área De Janela De Vidro e Peitoril;
- 5.17. Planta Baixa Área De Pintura e Forro Gesso;
- 5.18. Planta Baixa Área de Piso e Revestimento Cerâmico;
- 5.19. Planta Baixa Área De Soleira;
- 5.20. Planta Baixa Área de Tampo de Mármore / Armário;
- 5.21. Planta Baixa Área de Pintura Externa;
- 5.22. Planta Elétrica;
- 5.23. Planta Elétrica Ar Condicionado e Chuveiros;
- 5.24. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Data da assinatura digital.

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Cabo PM – Auxiliar da Seção de Logística
Engenheiro Civil – CREA/SP nº 5070718978
ART 28027230231925721



MEMORIAL DESCRITIVO Nº 12BAEP – 001/41/26

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia, não contínuos, para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro da Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, devendo obedecer às condições estabelecidas neste instrumento e apensos;

1.2. O regime de execução indireta do objeto será por empreitada por PREÇO GLOBAL;

1.3. Cabe ressaltar que os valores contratuais poderão ser alterados, com as devidas justificativas, a pedido da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, quando for demonstrada a necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte da CONTRATADA ou quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte da CONTRATADA; ou após acordo entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e CONTRATADA, com as devidas justificativas, quando houver a necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco¹, indicada na análise e matriz de riscos.

2. DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

2.1. Para garantir uma execução mais ágil e eficiente do serviço comum de engenharia para manutenção e adequação da edificação que sediará o futuro Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), alinhada às diretrizes condicionadas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta as licitações e contratos na Administração Pública,

¹ **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:** Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] inciso XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência.



decidiu-se pelo emprego da contratação de empreitada por preço global.

3. CONDIÇÕES GERAIS:

3.1. O presente Memorial Descritivo deve ser detalhadamente analisado em todas as suas peças, ficando claro que os sistemas ou elementos apontados em quaisquer das peças devem ser considerados como se estivessem estabelecidos em todas, e os que não forem relatados entender-se-ão conforme ABNT ou NBR respectivas;

3.2. Antes da apresentação da proposta, a proponente deverá examinar os documentos fornecidos pelo contratante, bem como vistoriar previamente o local onde serão executadas as obras, a fim de levantar-se quantidades, sanar eventuais dúvidas, omissões ou falhas, as quais deverão ser levadas por escrito ao conhecimento da Contratante até 2 (dois) dias úteis antes do processo licitatório para serem sanadas;

3.3. Não serão aceitas reclamações posteriores à licitação, relativas a serviços não previstos, divergências de cálculo, quantitativo e/ou falhas do projeto básico;

3.4. A mão de obra será de inteira responsabilidade da Contratada e de primeira qualidade, devendo ser especializada para obras ora licitada;

3.5. Equipamentos e materiais: deverão ser devidamente adequados para finalidade específica do presente Memorial Descritivo, de acordo com as normas pertinentes ao serviço. Os materiais empregados deverão obedecer às especificações contidas no presente Memorial Descritivo;

3.6. A execução deverá estar de acordo com o disposto no presente Memorial Descritivo, Edital de Licitação, Ordem de Execução de Serviço e Supervisão do Contratante e demais normas relativas à boa técnica do ramo;

3.7. Ficará a critério da Fiscalização da contratante impugnar e mandar demolir/refazer trabalhos executados em desacordo as normas vigentes e os especificados neste instrumento, os quais serão refeitos pela Contratada sem quaisquer ônus para a Contratante;

3.8. Antes do fornecimento, da instalação ou assentamento de quaisquer materiais previstos neste memorial descritivo e na planilha orçamentária, a CONTRATADA, obrigatoriamente, deverá apresentar à Fiscalização e a CONTRATANTE o mostruário com os tipos, cores, materiais etc., para que estes sejam aprovados antes da execução do serviço.

4. DIRETRIZES GERAIS DA INTERVENÇÃO:



4.1. Acessibilidade – Nos termos da legislação vigente e de acordo com as condições de reforma/construções prediais e seus complexos, este requisito deverá ser cumprido;

4.2. Adequação a legislação ambiental – Nos requisitos que dependem de obras civis será observado o tratamento técnico necessário;

4.3. Segurança estrutural – De acordo com as normas de segurança;

4.4. Funcionalidade – O projeto visa otimizar a funcionalidade da execução da obra para construção da nova sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro da Aviação, Araçatuba /SP, dentro das possibilidades de intervenção proposta neste projeto;

4.5. Economicidade – Compreende na busca de materiais e mão de obra que tenham o menor custo, sem desprezar a qualidade e funcionalidade.

5. SOLUÇÕES TÉCNICAS A SEREM SEGUIDAS:

A mão de obra será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e de primeira qualidade, devendo ser especializada para serviços ora contratados. Os equipamentos de segurança individuais (EPIs) deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, sendo que os profissionais que executarem o serviço sem o devido equipamento, deverão ser substituídos pela CONTRATADA;

5.1. O pessoal empregado pela CONTRATADA deverá ser identificado;

5.2. Os equipamentos deverão ser devidamente adequados para a finalidade específica do presente Projeto Básico, de acordo com as normas técnicas pertinentes ao serviço, e fornecidos pela empresa CONTRATADA;

5.3. Os materiais e técnicas adotadas deverão ser os usuais em nosso padrão atual de engenharia, de forma a atender as normas técnicas oficiais e os textos legais em vigor, visando a melhor razão custo/benefício, além de evitar materiais e técnicas especiais, que dificulte sua manutenção ou eventual reparo;

5.4. Os serviços poderão discorrer de segunda a sexta, nos horários compreendidos das 8 às 18h, excetuando-se feriados, pontos facultativos, cumprindo a jornada mínima semana estabelecida para cada profissão, devendo haver um acordo prévio, ciência e autorização da Fiscalização em casos contrários ao usualmente;

5.5. Todas as EMPRESAS interessadas em participar da licitação, deverão anteriormente realizar visita in loco, a fim de tomar conhecimento dos serviços a serem realizados, deverão respeitar o Projeto Básico e demais normas relativas à boa técnica do ramo;



5.6. Local da execução da obra:

5.6.1. Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, bairro Aviação, Araçatuba/SP.



Fonte: Google Maps, setembro de 2024.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 6.1.** Reunião de Coordenação;
- 6.2.** Serviços Preliminares;
- 6.3.** Remoções e Retiradas;
- 6.4.** Fechamentos;
- 6.5.** Serviços em vidro;
- 6.6.** Pavimentação;
- 6.7.** Acessórios Sanitários;
- 6.8.** Instalação de Abrigo de Gás;
- 6.9.** Portas/Portão;
- 6.10.** Cobertura em Policarbonato;
- 6.11.** Forro em Gesso;



6.12. Revestimentos;

6.13. Hidráulica;

6.14. Pintura;

6.15. Identificação Visual;

6.16. Elétrica;

6.17. Esquadrias de Segurança;

6.18. Remoção de Entulho e Limpeza final da obra.

7. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

7.1. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO:

7.1.1. Antes da emissão da Ordem de Início de Serviço (OIS), será realizada uma Reunião Técnica, devidamente registrada em ata específica, assinada por todos os envolvidos, seguindo as diretrizes elencadas no Memorial de Coordenação;

7.1.2. Alterações de projeto por impossibilidade executiva ou superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, somente poderão ser feitas após prévia autorização da fiscalização da obra.

7.2. SERVIÇOS PRELIMINARES:

7.2.1. O canteiro de obras para efeito deste memorial, compreende todas as instalações provisórias junto à área das intervenções, com a finalidade de garantir as condições adequadas de trabalho, abrigo, segurança e higiene a todos os elementos envolvidos, direta ou indiretamente na execução e identificação da obra, além dos equipamentos e elementos necessários à sua execução e identificação em conformidade às normas técnicas vigentes;

7.2.2. Cuidados especiais deverão ser adotados no caso de armazenamento dos materiais a serem utilizados na execução da obra;

7.2.3. No caso de materiais perecíveis, tais como cimento, aditivos etc., deverá ser tomado medidas especiais para a correta proteção, evitando-se infiltrações de água e outros líquidos nos depósitos destes materiais;



7.2.4. Do mesmo modo os materiais metálicos devem estar sempre protegidos, limpos e armazenados de forma adequada;

7.2.5. A Contratada dedicará especial atenção aos detalhes de armazenamento e utilização desses materiais, de maneira a garantir a sua correta aplicação nas peças a que se destinam;

7.2.6. Após a conclusão da obra, de acordo com as determinações da Fiscalização, o canteiro de serviços e os demais ambientes envolvidos deverão ser totalmente limpos, procedendo-se a desmontagem de suas instalações, executando-se remoções necessárias, eliminação de todas as interferências, removendo-se todo o entulho e materiais inservíveis (restituição da área em condições de utilização);

7.2.7. Todos os elementos utilizados durante o serviço deverão ser mantidos em permanente estado de limpeza, higiene e conservação;

7.2.8. O local para instalação do canteiro de serviço será definido pela Fiscalização;

7.2.9. O canteiro de serviços instalado pela Contratada deverá contar, de acordo com a natureza de cada uma de suas etapas, com todos os equipamentos, maquinários, ferramentas e etc., necessários à sua boa execução, devendo a Contratada realizar a mobilização e a desmobilização de canteiro de obra e de equipamentos devendo fornecer os seguintes serviços:

7.2.9.1. Locação de container tipo sanitário com 2 (dois) vasos sanitários, 2 (dois) lavatórios, 2 (dois) mictórios e 4 (quatro) pontos para chuveiro, com área mínima de 13,80m².

7.2.10. A locação dos contêineres deverá ocorrer após a reunião de execução dos serviços, bem como autorizados pela Fiscalização, seguindo as seguintes especificações técnicas contidas em planilha orçamentária;

7.2.11. A confecção de placa de obras deverá seguir o manual de identificação oficial que será fornecido na reunião de início de serviços, bem como autorizado pela Fiscalização, seguindo as seguintes especificações técnicas contidas em planilha orçamentária e tabela de custos referencial. A Contratada deverá fornecer materiais, acessórios para fixação e a mão de obra necessária para instalação de placa de identificação da obra, englobando os módulos referentes às placas da Administração Pública, da empresa Gerenciadora, e do cronograma da obra, constituída por:

7.2.11.1. Chapa em aço galvanizado nº 16 ou nº 18, com tratamento anticorrosivo resistente às intempéries;



7.2.11.2. Fundo em compensado de madeira, espessura de 12 mm;

7.2.11.3. Requadro e estrutura em madeira; marcas, logo marcas, assinaturas e título da obra, conforme especificações do Manual de Padronização de identificação visual e da empresa Gerenciadora;

7.2.11.4. Pontaletes de “Erisma uncinatum” (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou “Qualea spp” (conhecida como Cambará), de 3” x 3”.

7.3. REMOÇÕES E RETIRADAS:

7.3.1. As retiradas estruturais necessárias deverão ser efetuadas pela CONTRATADA dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados de modo a evitar danos a terceiros e a outras instalações não afetadas pelos serviços previstos neste memorial e obedecendo ao disposto do título próprio da Norma Regulamentadora NR18 do Ministério do Trabalho;

7.3.2. Antes do início dos serviços de remoções e retirada, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da área de intervenção. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, as quais deverão ser protegidas;

7.3.3. As linhas de abastecimento de energia, dados e telefonia, devem ser desligados, retirados e transportados para a nova rede a ser elaborada, respeitando às normas e determinações em vigor. As redes de água, gás e outros inflamáveis, as canalizações de esgoto e de escoamento de água pluvial deverão ser desligadas e realizadas ligações provisórias para não ocorrer desabastecimento. Para tanto a Contratada deverá entrar em contato com as concessionárias para a realização de tais procedimentos, sendo que tudo que for desligado, retirado, protegido e isolado, deverá ser reestabelecido pela Contratada conforme anteriormente existente;

7.3.4. Havendo a possibilidade de existência de tubulações, deverão ser tomadas precauções especiais ficando a CONTRATADA responsável por corrigir eventuais danos, sendo que estes consertos deverão ser realizados por profissionais e equipamentos especializados e com peças de reposição adequadas;

7.3.5. As partes a serem removidas e retiradas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo. Os serviços serão aceitos após a efetiva remoção da totalidade dos entulhos resultantes. A execução de serviços de remoção deverá atender às especificações da NBR 5682, NR 18 e demais normas e práticas complementares. Serão de



responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados;

7.3.6. Toda remoção e retirada deverá ser efetuada utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados e de acordo com a programação pré-determinadas nas reuniões iniciais.

7.3.7. Serão executados os seguintes serviços de remoção e retirada:

7.3.7.1. Remoção manual de revestimento cerâmico. Demolição e fragmentação de revestimentos cerâmicos, inclusive a base de assentamento, manualmente nos locais designados em planta; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Normas Técnicas: Nbr 15112, Nbr 15113 e Nbr 15114;

7.3.7.2. Remoção de piso de concreto simples, de forma mecanizada com marteleiro, sem reaproveitamento, nos locais designados em planta;

7.4. FECHAMENTOS:

7.4.1. Paredes drywall:

7.4.2. O sistema construtivo será composto por:

7.4.3. Estrutura metálica interna (montantes e guias de aço galvanizado);

7.4.4. Chapas de gesso acartonado (drywall) em ambas as faces (face simples);

7.4.5. Tratamento de juntas com massa e fita apropriadas;

7.4.6. Isolamento termoacústico (opcional, conforme projeto);

7.4.6.1. Acabamento superficial (pintura, revestimento, etc.).

7.4.6.2. Materiais utilizados:

7.4.6.2.1. Guias: aço galvanizado, espessura mínima de 0,5 mm, largura conforme especificação de projeto (geralmente 70 ou 90 mm), instaladas em dupla disposição, uma ao lado da outra;

7.4.6.2.2. Montantes: aço galvanizado, espessura mínima de 0,5 mm, com espaçamento de 400 mm ou 600 mm entre eixos, fixados entre as guias;



7.4.6.2.3. Fixadores metálicos (parafusos, buchas, chumbadores) conforme substrato da edificação.

7.4.6.2.4. Chapas de Gesso Acartonado (Drywall)

7.4.6.2.5. Tipo: standard (ST) para uso em áreas secas;

7.4.6.2.6. Espessura: 12,5 mm (mínimo);

7.4.6.2.7. Fixação com parafusos específicos para drywall (parafuso tipo “TN” 25 mm ou superior).

7.4.6.2.8. Tratamento de Juntas

7.4.6.2.9. Fita microperfurada de papel ou fita telada;

7.4.6.2.10. Massa para tratamento de juntas (massa PR, ou similar, conforme o fabricante).

7.4.6.2.11. Complementos (conforme projeto)

7.4.6.2.12. Lã mineral, lã de vidro ou manta acústica entre os montantes (opcional, para isolamento acústico);

7.4.6.2.13. Espumas de vedação em pontos de contato com estruturas.

7.4.6.3. Procedimento executivo:

7.4.6.3.1. Marcação e Preparação:

7.4.6.3.1.1. Marcação do alinhamento das paredes no piso e no teto com uso de níveis a laser, linhas de prumo ou mangueira de nível;

7.4.6.3.1.2. Conferência das medidas conforme planta de layout.

7.4.6.3.2. Instalação das Guias Duplas:

7.4.6.3.2.1. As guias metálicas serão fixadas ao piso e ao teto com buchas e parafusos adequados, em dupla disposição paralela, garantindo rigidez extra para grandes áreas;

7.4.6.3.2.2. As guias devem estar perfeitamente alinhadas e niveladas.

7.4.6.3.3. Montagem dos Montantes:

7.4.6.3.3.1. Montantes serão cortados na altura da parede e encaixados verticalmente entre as guias com espaçamento de 400 mm ou 600 mm entre eixos;

7.4.6.3.3.2. Devem ser fixados com parafusos autobrocantes e travados lateralmente para garantir estabilidade;



7.4.6.3.3.3. Serão previstas passagens para instalações elétricas, hidráulicas ou dados, com cortes e proteção conforme necessário.

7.4.6.3.4. Fixação das Chapas de Gesso

7.4.6.3.4.1. As chapas serão parafusadas nos montantes com parafusos tipo TN, a cada 25 cm no perímetro e 30 cm no centro;

7.4.6.3.4.2. As chapas da segunda face serão fixadas após conclusão das instalações internas e colocação de materiais de isolamento, se aplicável;

7.4.6.3.4.3. Serão respeitados os desencontros de juntas entre as faces opostas.

7.4.6.3.5. Tratamento de Juntas:

7.4.6.3.5.1. Aplicação da fita de papel microperfurada ou fita telada nas juntas entre placas;

7.4.6.3.5.2. Aplicação de massa de tratamento de juntas em três demãos, respeitando o tempo de secagem entre cada etapa;

7.4.6.3.5.3. Lixamento final para acabamento liso e uniforme.

7.4.6.3.6. Acabamento:

7.4.6.3.6.1. Aplicação de fundo preparador ou selador acrílico;

7.4.6.3.6.2. Pintura ou outro revestimento final, conforme especificação de projeto.

7.4.6.4. Normas técnicas aplicáveis:

7.4.6.4.1. NBR 15758-1 a 3 – Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall;

7.4.6.4.2. NBR 15575 – Desempenho de edificações habitacionais;

7.4.6.4.3. Manual de Montagem da Associação Drywall – Brasil;

7.4.6.4.4. Normas do fabricante das chapas e componentes.

7.4.7. Muro de Fechamento Perimetral em bloco, com estrutura de concreto armado e fundação em brocas ($h = 2,50$ m):

7.4.7.1. Fundação

7.4.7.1.1. Brocas com diâmetro de 20 a 30 cm, profundidade definida por sondagem (mínimo estimado de 1,5 m);

7.4.7.1.2. Concreto $f_{ck} \geq 20$ MPa;



7.4.7.1.3. Aço CA-50 para armaduras longitudinais e estribos (bitolagem conforme cálculo estrutural);

7.4.7.1.4. Fôrmas em tubo de papelão ou madeira (quando necessário).

7.4.7.2. Estrutura Vertical (Pilares):

7.4.7.2.1. Pilares seccionais embutidos a cada 2,50 m (ou conforme cálculo);

7.4.7.2.2. Concreto $f_{ck} \geq 20$ MPa;

7.4.7.2.3. Aço CA-50 conforme projeto estrutural;

7.4.7.2.4. Fôrmas em madeira ou PVC.

7.4.7.3. Alvenaria:

7.4.7.3.1. Blocos de concreto vazados ou maciços, 14 x 19 x 39 cm (ou conforme especificação);

7.4.7.3.2. Argamassa de assentamento traço 1:2:8 (cimento:cal:areia);

7.4.7.3.3. Vergas e contravergas moldadas in loco em concreto armado, quando aplicável.

7.4.7.4. Acabamento:

7.4.7.4.1. Chapisco (cimento e areia média);

7.4.7.4.2. Emboço (traço 1:2:8) e reboco (1:1:6), quando especificado;

7.4.7.4.3. Pintura acrílica, textura ou revestimento cerâmico, conforme projeto.

7.4.7.5. Procedimento executivo:

7.4.7.5.1. Marcação dos eixos e alinhamentos do muro com uso de nível, mangueira de nível ou laser;

7.4.7.5.2. Estaqueamento dos pontos de execução das brocas e pilares.

7.4.7.5.3. Perfuração manual ou mecanizada das brocas até o solo resistente;

7.4.7.5.4. Limpeza do fuste e lançamento da armadura conforme detalhamento;

7.4.7.5.5. Concretagem imediata com concreto usinado ou feito in loco;

7.4.7.5.6. Utilização de vibrador para garantir adensamento e evitar falhas.

7.4.7.5.7. Execução dos Pilares com instalação de fôrmas verticais e armações conectadas às brocas;

7.4.7.5.8. Concretagem dos pilares de maneira contínua, garantindo integridade da peça;



7.4.7.5.9. Intervalos regulares de 2,5 m (ou conforme projeto).

7.4.7.5.10. Assentamento dos Blocos, início após cura mínima dos pilares;

7.4.7.5.11. Assentamento com alinhamento e prumo rigorosos, utilizando argamassa de cimento e cal;

7.4.7.5.12. Integração da alvenaria com os pilares por meio de graute ou barras passantes, quando previsto;

7.4.7.5.13. Utilização de verga/contraverga moldada ou pré-moldada em vãos ou encontros com portões.

7.4.7.5.14. Chapisco em toda a superfície externa e interna;

7.4.7.5.15. Aplicação de emboço e reboco (caso previsto);

7.4.7.5.16. Instalação de pingadeiras ou alizares superiores para proteção contra umidade;

7.4.7.5.17. Pintura ou outro acabamento conforme especificação.

7.4.7.6. Normas técnicas aplicáveis:

7.4.7.6.1. NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto armado;

7.4.7.6.2. NBR 9062 – Projeto e execução de estruturas pré-moldadas;

7.4.7.6.3. NBR 15961 – Alvenaria estrutural com blocos de concreto;

7.4.7.6.4. NBR 13281/13279 – Argamassas de assentamento e revestimento;

7.4.7.6.5. NBR 7211/7212 – Agregados e preparo de concreto.

7.4.8. Divisórias em Granito:

7.4.8.1. Divisórias dos Sanitários e bancadas (Cozinha/Sanitários):

7.4.8.1.1. As placas serão de procedência conhecida e idônea, com arestas vivas, faces planas, sem rachaduras, lascas, quebras ou quaisquer outros defeitos;

7.4.8.1.2. Deverão apresentar acabamento polido e dimensões regulares, em conformidade com o projeto;

7.4.8.1.3. De preferência a Contratada armazenará as placas em local próximo ao assentamento, na posição vertical, encostadas em paredes e apoiadas sobre ripas de madeira, agrupadas por tipo e discriminação da área a que se destinam;



7.4.8.1.4. As soleiras e demais peças de acabamento e arremate serão armazenadas com os mesmos cuidados;

7.4.8.1.5. As placas deverão ter espessura de 3 cm;

7.4.8.1.6. A Contratada deverá realizar medidas nos locais onde serão instalados as pedras em granito, a fim de evitar erros de medição.

7.4.9. Manutenção em cobertura, instalação de telha metálica e calhas:

7.4.9.1. Verificação da Estrutura de Apoio:

7.4.9.1.1. Antes da instalação das telhas, deve ser realizada a conferência da estrutura metálica de suporte, verificando-se o nivelamento, prumo, distanciamento entre terças e a presença de eventuais interferências.

7.4.9.2. Instalação das Telhas:

7.4.9.2.1. As telhas deverão ser manuseadas com cuidado para evitar amassamentos ou danos ao revestimento;

7.4.9.2.2. A instalação será iniciada preferencialmente pela parte inferior da cobertura, seguindo em direção à cumeeira;

7.4.9.2.3. As telhas serão fixadas nas terças, obedecendo ao alinhamento e sobreposição conforme especificações do fabricante;

7.4.9.2.4. As sobreposições laterais e longitudinais deverão garantir estanqueidade.

7.4.9.3. Acabamentos e Vedação

7.4.9.3.1. Serão instaladas as cumeeiras, rufos e demais acabamentos metálicos;

7.4.9.3.2. Todas as junções e sobreposições serão vedadas com fitas ou mantas apropriadas;

7.4.9.3.3. Realizar-se-á inspeção visual final e testes de estanqueidade, quando necessário.

7.4.9.4. A instalação atenderá às seguintes normas técnicas:

7.4.9.4.1. NBR 14513 – Telhas de aço – Requisitos;

7.4.9.4.2. NBR 7190 – Projeto de estruturas de madeira (caso estrutura seja de madeira);

7.4.9.4.3. NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto;

7.4.9.4.4. Normas e recomendações dos fabricantes das telhas e componentes.



7.4.9.5. Instalação de Calhas e Acabamentos:

7.4.9.5.1. Após a montagem completa das telhas, serão instaladas as calhas metálicas, posicionadas, vedadas com fita butílica ou outro sistema indicado pelo fabricante.

7.4.9.5.2. Serão fixados os rufos laterais, frontais e de encontro com paredes, garantindo a estanqueidade da cobertura.

7.4.9.5.3. Caso previsto em projeto, será feita a instalação de manta termoacústica entre a estrutura e as telhas.

7.4.9.6. Vedação e Arremates Finais:

7.4.9.6.1. Todas as sobreposições e pontos de contato com estruturas verticais (paredes, platibandas, shafts) serão devidamente vedados para garantir a estanqueidade do sistema.

7.4.9.6.2. Será realizada inspeção visual final para correção de desalinhamentos, reaperto de fixações e remoção de resíduos metálicos.

7.5. SERVIÇOS EM VIDRO:

7.5.1. A Contratada deverá fornecer os vidros conforme as especificações e dimensões indicadas em projeto, evitando-se o corte no local da construção;

7.5.2. A Contratada deverá analisar projeto arquitetônico e nos locais definidos deverá utilizar vidro laminado refletivo fumê, sendo este duas placas de vidro unidas por uma camada intermediária de polivinil butiral (PVB), com espessura de 8mm, indicada em projeto;

7.5.3. As bordas serão esmerilhadas de forma a se apresentarem lisas e sem irregularidades;

7.5.4. A Contratada deverá inspecionar as chapas no recebimento, verificando quanto à presença de bolhas, lentes, ondulações ou empenamentos, fissuras ou trincas, manchas e defeitos de corte;

7.5.5. A Contratada deverá antes do assentamentos dos vidros laminados refletivos, inspecionar os caixilhos e esquadrias quanto à rigidez, à segurança, e às deformações de forma a não transmitirem esforços para as chapas de vidro;

7.5.6. A Contratada deverá executar o serviço conforme norma NBR 14697:2023 – Vidro laminado.



7.5.7. Serão executados os seguintes serviços:

7.5.7.1. Instalação de porta de abrir em vidro;

7.5.7.2. Instalação de jogo de ferragens cromadas para porta de vidro temperado, uma folha composto de dobradiças superior e inferior, trinco, fechadura, contra fechadura com capuchinho sem mola e puxador;

7.5.7.3. Instalação de puxador duplo em aço inoxidável de 350 mm.

7.5.7.4. Confecção e instalação de janelas de vidro conforme projeto.

7.6. PAVIMENTAÇÃO:

7.6.1. Deverá ser feita a escavação horizontal, incluindo escarificação, carga, descarga e transporte em solo de 2ª categoria com trator de esteiras (100hp/lâmina: 2,19m³) e caminhão basculante de 10m³, dmt até 200m;

7.6.2. Construção de base e sub-base para pavimentação de brita graduada simples, com espessura de 15 cm - exclusive carga e transporte;

7.6.3. Lastro com material granular (areia média), aplicado em pisos ou lajes sobre solo, espessura de *10 cm*;

7.6.4. Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, para obras de reconstrução de pavimentos;

7.6.5. Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre;

7.6.6. Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km;

7.6.7. Execução de Piso Intertravado:

7.6.7.1. A Contratada deverá utilizar bloco intertravado na externa, conforme especificado em projeto de arquitetura;

7.6.7.2. O piso intertravado será retangular, 20 x 10 cm, com espessura de 10 cm;

7.6.7.3. A Contratada deverá executar a regularização do subleito, quando necessário, conforme norma NBR 12307:2015 – Regularização do subleito;

7.6.7.4. Deverá ser realizada uma base para o assentamento dos blocos em areia, com espessura mínima de 5 cm, devendo a areia ser limpa e isenta de matéria orgânica;

7.6.7.5. A junta entre o paver não deverá ser superior a 0,20 mm;



7.6.7.6. A Contratada deverá após assentamento do piso colocar uma camada de areia para fechamento das juntas com espessura de 2,5 cm;

7.6.7.7. Ao término da execução do serviço, a pavimentação deverá ser compactada por meio de rolo compactador, devendo a rolagem progredir dos bordos para o centro, paralelamente ao eixo da pista, de modo uniforme;

7.6.7.8. A Contratada deverá corrigir qualquer irregularidade de depressão que venha surgir durante a compactação, removendo-as e recompondo-as, em quantidade suficiente para completa correção do defeito verificado;

7.6.7.9. A Compactação das partes inacessíveis aos rolos compactadores deverão ser efetuadas por meio de soquetes manuais adequados;

7.7. ACESSÓRIOS SANITÁRIOS:

7.7.1. Todas as peças e acessórios serão instalados com o máximo de esmero, obedecendo as indicações dos desenhos do projeto de arquitetura;

7.7.2. Para a bitola a ser utilizada em cada material, deverá ser consultado o projeto de instalações hidráulicas;

7.7.3. Caberá à Contratada assentar os materiais nos locais apropriados e a responsabilidade quanto aos materiais empregados;

7.7.4. Qualquer dificuldade no cumprimento desta especificação por parte da Contratante ou dúvida decorrente de sua omissão, deverá ser discutida previamente com o Projetista e aprovada pela Fiscalização;

7.7.5. Deverá ser instalados os seguintes acessórios:

7.7.5.1. Dispenser toalheiro metálico esmaltado para bobina de 25cm x 50cm, sem alavanca;

7.7.5.2. Saboneteira plástica tipo dispenser para sabonete líquido com reservatório 800 a 1500 ml, incluso fixação;

7.7.5.3. Toalheiro plástico tipo dispenser para papel toalha interfolhado;

7.8. INSTALAÇÃO DO ABRIGO DE GÁS:

7.8.1. Execução do abrigo padronizado de 60x60x30cm, constituído por:

7.8.1.1. Paredes laterais e de fundo em alvenaria de tijolo de barro cozido, revestida com chapisco, emboço, reboco, pintura calafinação;



7.8.1.2. Piso em concreto nivelado com acabamento liso e impermeabilizado;

7.8.1.3. Pintura com tinta acrílica lavável ou epóxi (cor clara).

7.8.1.4. Cobertura em concreto armado, com acabamento em cimentado liso;

7.8.1.5. Porta chapa de ferro nº 14, com abertura para ventilação, com ferragens, pintura grafite, com tratamento anticorrosivo;

7.8.1.6. Abertura para fora, com fechadura tipo trinco interno ou cadeado externo;

7.8.1.7. Placa com os dizeres “PERIGO – GÁS INFLAMÁVEL” afixada em local visível;

7.8.1.8. Outras placas e orientações conforme exigência da concessionária e norma vigente.

7.8.1.9. Tubulação de gás em cobre rígido ou aço galvanizado com pintura amarela, conforme NBR 15526;

7.8.1.10. Entrada completa de gás GLP domiciliar com 2 botijões de 13 kg.

7.8.2. Normas técnicas aplicáveis:

7.8.2.1. NBR 13523 – Central de GLP – Projeto e execução;

7.8.2.2. NBR 15514 – Instalações de centrais de GLP em recipientes transportáveis;

7.8.2.3. NBR 15526 – Redes de distribuição interna para gases combustíveis;

7.8.2.4. NBR 8190 – Armazenamento de botijões de GLP.

7.9. PORTAS/PORTÃO:

7.9.1. A Contratada deverá utilizar esquadrias de alumínio e ferro, respeitando as indicações e detalhes do projeto, garantindo a isenção de defeitos de fabricação, como empenamentos, defeitos de superfície e diferença de espessura, serão instalados os seguintes itens:

7.9.1.1. Porta de alumínio de abrir com lambri, com guarnição, fixação com parafusos - fornecimento e instalação;

7.9.1.2. Porta/portão de abrir em chapa, sob medida conforme projeto;

7.9.1.3. Porta de madeira para pintura, semi-oca (pesada ou superpesada), padrão popular, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação;

7.9.1.4. Porta de madeira para pintura, semi-oca (pesada ou superpesada), padrão popular, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.

7.10. COBERTURA EM POLICARBONATO:



7.10.1. A Contratada deverá utilizar folhas em policarbonato alveolar e perfis metálicos para a estrutura, respeitando as indicações e detalhes do projeto, garantindo a isenção de defeitos de fabricação, como empenamentos, defeitos de superfície e diferença de espessura, serão instalados os seguintes itens:

7.10.1.1. Cobertura plana em chapa de policarbonato alveolar de 10 mm;

7.10.1.2. Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem pintura;

7.10.2. Os itens compreendem as seguintes características:

7.10.2.1. Cobertura:

7.10.2.1.1. Material: Policarbonato alveolar (ou compacto, conforme especificado em projeto);

7.10.2.1.2. Espessura: 10 mm para policarbonato alveolar;

7.10.2.1.3. Cor: Transparente, fumê, bronze, leitoso ou outra conforme definição estética;

7.10.2.1.4. Tratamento UV: Sim, em pelo menos uma face (preferencialmente dupla face);

7.10.2.1.5. Inclinação mínima: 5% para escoamento da água.

7.10.2.2. Estrutura metálica:

7.10.2.2.1. Perfis metálicos em metalon;

7.10.2.2.2. Tipo de estrutura: Arcos, treliças, ou estrutura reticulada com vigas e terças, conforme características da cobertura;

7.10.2.2.3. Fixações com parafusos zincados, parafusos autobrocantes e buchas apropriadas.

7.11. FORRO EM GESSO:

7.11.1. Forro em gesso acartonado:

7.11.1.1. A Contratada deverá executar o forro em chapa mineral acartonado (Drywall), Lafarge Gypsum ou similar, construído de placas pré-moldadas de gesso com sistema de suspensão em tirantes rígidos fixados a laje;

7.11.1.2. O revestimento deverá ser em pintura fungistática e bacteriostática, tipo liso, cor branco;

7.11.1.3. Os Perfis deverão ser em “T” em aço galvanizado com pintura Suvnil acrílico Premiu, fosco ou similar;

7.11.1.4. O forro deverá ficar destacado em 2 cm;



7.11.1.5. A contratada deverá verificar no projeto arquitetônico os locais de instalação do forro.

7.11.2. Paredes em drywall:

7.11.2.1. A Contratada deverá executar nos locais indicados em projeto arquitetônico as paredes em sistema Drywall, constituído de placas de gesso acartonado;

7.11.2.2. A espessura da placa será de 12,50 mm e a espessura total da parede conforme indicado nos desenhos do projeto de arquitetura;

7.11.2.3. As placas deverão ser fixadas em montantes de aço galvanizado de 70 mm a cada 600 mm, nas paredes em geral, e a cada 400 mm quando houver a necessidade de fixação de equipamentos sanitários;

7.11.2.4. A Contratada deverá tomar cuidado ao executar o parafusamento para que as cabeças dos parafusos não perfurem totalmente o cartão e para que não fiquem salientes em relação à face da placa;

7.11.2.5. As paredes serão simples, quando a face estiver voltada para a parede ou sem acesso visual, e duplas quando acessadas pelos dois lados;

7.11.2.6. Quando recomendado no projeto fazer tratamento acústico ou térmico, utilizando preenchimento interno de lã de rocha, adicionar reforços necessários, verificar onde serão usadas paredes especiais para umidade ou resistência ao fogo;

7.11.3. A Contratada deverá seguir as especificações da norma NBR 14715-1:2021 – Chapas de gesso para Drywall, para execução do serviço.

7.12. REVESTIMENTOS:

7.12.1. Contrapiso com argamassa autonivelante, aplicado sobre laje, aderido, espessura 4cm:

7.12.1.1. Para a execução do contrapiso a Contratada deverá observar os seguintes passos:

7.12.1.1.1. Limpeza e preparo da base, retirando entulhos, restos de argamassa e outros materiais, deixando a base isenta de pó e partículas soltas;

7.12.1.1.2. Definição de níveis com assentamento de taliscas, a partir do ponto de origem (nível de referência), os níveis de contrapiso deverão ser transferidos com uso de aparelho de nível ou nível de mangueira, a Contratada deverá polvilhar cimento para formação de nata, para garantir a aderência da argamassa. As taliscas deverão ter distância máxima de 3 m, e seu assentamento deverá ser com antecedência mínima de 2 dias em relação a execução do contrapiso;



7.12.1.1.3. A Contratada deverá no dia anterior à execução do contrapiso, realizar a limpeza da base, mantendo-a completamente limpa e molhada com água em abundância;

7.12.1.1.4. Antes da execução do contrapiso, a água em excesso deverá ser removida, sendo polvilhado cimento com auxílio de uma peneira (quantidade de 0,50 kg/m²), e espalhado com vassoura, criando uma fina camada de aderência entre a base e a argamassa do contrapiso, devendo esta camada de aderência ser executada por partes para que a nata não endureça antes do lançamento do contrapiso;

7.12.1.1.5. A Contratada deverá compactar a argamassa com soquetes de madeira e cortar os excessos com régua;

7.12.1.1.6. Lançar a argamassa e compactar com energia, utilizando-se um soquete de madeira de base 30x30 cm e 10 kg de peso;

7.12.1.1.7. Sarrafear a superfície com régua metálica apoiada sobre as mestras, até que seja atingido o nível das mestras em toda a extensão.

7.12.2. Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 80x80 cm aplicada em ambientes de área menor que 5 m².

7.12.3. Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada de dimensões 80x80cm.

7.12.4. Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada de dimensões 60x60 cm aplicadas a meia altura das paredes;

7.12.4.1. A Contratada deverá realizar o fornecimento, assentamento e rejuntamento de placa em porcelanato bem como dos azulejos das paredes e rodapés, indicado para áreas internas e ambientes com alto tráfego, com as seguintes características:

7.12.4.2. Absorção de água: Abs ≤ 0,5%, grupo B1a classificação Porcelanato (baixa absorção, resistência mecânica alta);

7.12.4.3. Resistência ao manchamento: classe de limpabilidade mínima 3 (mancha removível com produto de limpeza forte);

7.12.4.4. Resistência química mínima: classe B (média resistência química a produtos domésticos e de piscinas);

7.12.4.5. Resistente a gretagem;

7.12.4.6. Resistente ao escorregamento;

7.12.4.7. Coeficiente de atrito: ≥ 0,50 (classe de atrito II);



7.12.4.8. Incluindo o fornecimento de argamassa colante industrializada tipo AC-II, rejunte flexível para porcelanato em diversas cores e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de limpeza e preparo da superfície de assentamento, preparo e aplicação da argamassa colante industrializada, assentamento das peças conforme exigências das normas e recomendações dos fabricantes e o rejuntamento das peças com junta média até 5 mm. Norma técnica: NBR 15463:2020 – Placas cerâmicas para revestimento – Porcelanato;

7.12.4.9. A argamassa de assentamento deverá ser argamassa colante, classificação ABNT ACI (para interiores) ou ACII (para exteriores ou box de chuveiros);

7.12.4.10. Rejunte com espessura de 3 mm (ou conforme fabricante), deformável de baixa permeabilidade, sendo rejunte epóxi marca Weber Quartzolit ou similar;

7.12.4.11. O assentamento e rejunte do porcelanato, inclusive largura de juntas deverão ser feitos rigorosamente de acordo com as recomendações dos fabricantes;

7.12.4.12. A Contratada deverá garantir que as peças serão recortadas com exatidão, não podendo existir juntas de larguras diferentes, além de otimizar as peças para evitar grande perda de material durante a execução da obra.

7.12.5. Soleira em granito, largura 15 cm, espessura 2,0 cm:

7.12.5.1.1. Nas soleiras em projeto deverão ser instalados granito São Gabriel de 3 cm de espessura;

7.12.5.1.2. A Contratada deverá executar o serviço de impermeabilização incolor para granitos, em 3 demãos, marca Vedacit, Acquilla Stone ou similar.

7.13. HIDRÁULICA:

7.13.1. Fornecimento e instalação dos seguintes itens:

7.13.1.1. Torneira cromada tubo móvel, de mesa, 1/2" ou 3/4", para pia de cozinha, padrão alto - fornecimento e instalação;

7.13.1.2. Engate flexível em plástico branco, 1/2" x 40cm - fornecimento e instalação;

7.13.1.3. Bancada de granito fornecimento e instalação;

7.13.1.4. Sifão do tipo flexível em pvc 1 x 1.1/2 - fornecimento e instalação;

7.13.1.5. Válvula em metal cromado 1.1/2" x 1.1/2" para tanque ou lavatório, com ou sem ladrão - fornecimento e instalação;

7.13.1.6. Cuba de embutir oval em louça branca, 35 x 50cm ou equivalente -fornecimento e instalação;

7.13.1.6.1. Todas as peças e acessórios serão instalados com o máximo de esmero, obedecendo as indicações dos desenhos do projeto de arquitetura;



7.13.1.6.2. Para a bitola a ser utilizada em cada material, deverá ser consultado o projeto de instalações hidráulicas;

7.13.1.6.3. Caberá à Contratada assentar os materiais nos locais apropriados e a responsabilidade quanto aos materiais empregados;

7.13.1.6.4. Qualquer dificuldade no cumprimento desta especificação por parte da Contratante ou dúvida decorrente de sua omissão, deverá ser discutida previamente com o Projetista e aprovada pela Fiscalização;

7.14. PINTURA:

7.14.1. Aplicação manual de massa acrílica em paredes externas de casas, duas demãos;

7.14.2. Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos;

7.14.3. Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em teto, duas demãos;

7.14.4. Pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno e externo, 2 demãos.

7.14.5. Pintura Interna:

7.14.5.1. Preparação de superfície:

7.14.5.1.1. A Contratada deverá realizar após todo o preparo prévio da superfície, a remoção de todas as manchas, graxas e mofos, com detergente apropriado (amônia e água a 5%);

7.14.5.1.2. Em seguida, a superfície será levemente lixada e limpa, aplicando-se uma demão de impermeabilizante, a rolo ou pincel, diluído conforme indicação do fabricante;

7.14.5.1.3. Após 24 horas, será aplicada, com uma espátula de aço ou desempenadeira de aço, a massa corrida plástica, em camadas finas e em número suficiente para o perfeito nivelamento da superfície. O intervalo mínimo a ser observado entre as camadas será de 3 horas;

7.14.5.1.4. Após 24 horas da aplicação, a superfície será lixada levemente e limpa, aplicando-se outra demão de impermeabilizante, aguardando no mínimo 12 horas para aplicação da tinta de acabamento.

7.14.5.1.5. A Contratada deverá executar o serviço conforme norma NBR 13245:2011 – Tintas para construção civil – Execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície.

7.14.5.2. Pintura - Paredes Internas:



7.14.5.2.1. Será utilizada a tinta lavável fosca, cor Pergaminho (P208), fabricante Suvinil ou equivalente, nas áreas indicadas em projeto arquitetônico;

7.14.5.2.2. Será utilizado a tinta lavável fosca, cor Suave Lilás (C355), fabricante Suvinil ou equivalente, nas áreas indicadas em projeto arquitetônico;

7.14.5.2.3. Teto:

7.14.5.2.3.1. Será executada na laje pintura acrílica, na cor branca, utilizando-se obrigatoriamente tintas de 1º qualidade e de procedência comprovada, aprovada pela Fiscalização.

7.14.5.3. Pintura Externa:

7.14.5.3.1. Preparação da superfície:

7.14.5.3.1.1. A Contratada deverá realizar após todo o preparo prévio da superfície, a remoção de todas as manchas, graxas e mofos, com detergente apropriado (amônia e água a 5%);

7.14.5.3.1.2. Em seguida, a superfície será levemente lixada e limpa, aplicando-se uma demão de impermeabilizante, a rolo ou pincel, diluído conforme indicação do fabricante;

7.14.5.3.1.3. Após 24 horas, será aplicada, com uma espátula de aço ou desempenadeira de aço, a massa corrida plástica, em camadas finas e em número suficiente para o perfeito nivelamento da superfície. O intervalo mínimo a ser observado entre as camadas será de 3 horas;

7.14.5.3.1.4. Após 24 horas da aplicação, a superfície será lixada levemente e limpa, aplicando-se outra demão de impermeabilizante, aguardando no mínimo 12 horas para aplicação da tinta de acabamento;

7.14.5.3.1.5. A Contratada deverá executar o serviço conforme norma NBR 13245:2011 – Tintas para construção civil – Execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície.

7.14.5.3.2. Pintura fachada:

7.14.5.3.2.1. Será utilizada tinta para aplicação externa, conforme o padrão de identificação visual da Polícia Militar do Estado de São Paulo, do fabricante **Suvinil** ou **equivalente técnico**, a ser aplicada nas áreas indicadas no projeto arquitetônico.

7.14.5.4. Pintura em madeira:



7.14.5.4.1. Limpeza completa da superfície, removendo pó, sujeira, gordura ou resíduos anteriores;

7.14.5.4.2. Correções com massa para madeira em fissuras ou imperfeições, com posterior lixamento;

7.14.5.4.3. Lixamento inicial com lixa grana 100 a 150, e posterior lixamento de acabamento com grana 220 ou superior;

7.14.5.4.4. Remoção de pó com pano úmido ou aspirador.

7.15. IDENTIFICAÇÃO VISUAL:

7.15.1. Deverá ser executado os serviços de Identificação Visual conforme MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL em anexo.

7.16. ELÉTRICA:

7.16.1. Fornecimento e instalação dos seguintes itens, nas seguintes conformidades:

7.16.1.1. Chuveiro Elétrico 6.500W / 220V com resistência blindada:

7.16.1.1.1. Instalação elétrica dedicada com disjuntor exclusivo;

7.16.1.1.2. Condutores dimensionados conforme a potência (mínimo 4 mm²);

7.16.1.1.3. Aterramento obrigatório;

7.16.1.1.4. Testar tensão e fluxo de água antes de energizar;

7.16.1.1.5. Instalar em local protegido de respingos diretos e fácil acesso para manutenção.

7.16.1.2. Luminária LED quadrada de sobrepor, 15–24 W:

7.16.1.2.1. Instalação em teto de laje ou forro, com buchas e parafusos;

7.16.1.2.2. Ligar em circuito de iluminação com interruptor simples ou paralelo;

7.16.1.2.3. Verificar se o driver está acoplado ou se requer instalação externa;

7.16.1.2.4. Evitar instalação em locais com umidade sem proteção IP adequada.

7.16.1.3. Luminária LED retangular de sobrepor, 35–41 W:

7.16.1.3.1. Seguir o mesmo procedimento do item anterior;

7.16.1.3.2. Ideal para áreas maiores como salas, corredores ou áreas administrativas;

7.16.1.3.3. Garantir fixação nivelada e alinhada com o projeto luminotécnico.

7.16.1.4. Interruptor paralelo (1 módulo), 10A/250V, com suporte e placa:

7.16.1.4.1. Utilizado para acender/apagar a mesma lâmpada de dois pontos distintos;

7.16.1.4.2. Passar três condutores entre os interruptores (fase e dois retornos);



7.16.1.4.3. Utilizar conduítes e caixas de embutir adequadas ao ambiente.

7.16.1.5. Tomada de embutir (1 módulo), 2P+T 10 A, com suporte e placa:

7.16.1.5.1. Ponto de uso geral para aparelhos de baixa potência;

7.16.1.5.2. Conectar fase, neutro e terra corretamente;

7.16.1.5.3. Altura padrão: 30 cm do piso para uso geral (pode variar conforme projeto).

7.16.1.6. Tomada de embutir (1 módulo), 2P+T 20 A, com suporte e placa:

7.16.1.6.1. Destinada a aparelhos de maior consumo (ex: micro-ondas);

7.16.1.6.2. Usar condutores e disjuntor compatíveis com a corrente (mínimo 2,5 mm²);

7.16.1.6.3. Identificar no quadro de distribuição o circuito exclusivo, se necessário.

7.16.1.7. Interruptor simples (1 módulo), 10A/250V, com suporte e placa:

7.16.1.7.1. Usado para acionar uma luminária de um único ponto;

7.16.1.7.2. Ligar fase e retorno corretamente;

7.16.1.7.3. Altura padrão: 1,20 m do piso acabado.

7.16.1.8. Interruptor simples (2 módulos):

7.16.1.8.1. Permite dois comandos independentes no mesmo ponto;

7.16.1.8.2. Instalar respeitando a mesma lógica do interruptor simples;

7.16.1.8.3. Organizar os condutores no interior da caixa de forma segura.

7.16.1.9. Interruptor simples (3 módulos):

7.16.1.9.1. Idêntico ao item anterior, com três comandos distintos;

7.16.1.9.2. Ideal para ambientes com múltiplas luminárias ou setores distintos;

7.16.1.9.3. Verificar a capacidade da caixa de embutir (mínimo 4x2" ou 4x4");

7.16.1.10. Exaustor elétrico em plástico, vazão 150–190 m³/h:

7.16.1.10.1. Instalar em áreas úmidas como banheiros ou copas;

7.16.1.10.2. Conectar em circuito com comando manual (interruptor) ou automático;

7.16.1.10.3. Verificar se o local permite exaustão para o exterior;

7.16.1.10.4. Fixar com parafusos e buchas adequados; vedar contorno contra infiltrações;

7.16.2. Recomendações Gerais:



7.16.2.1. Todos os serviços devem ser executados por profissional qualificado e conforme projeto elétrico;

7.16.2.2. Obedecer as normas da ABNT NBR 5410 e NBR 5419 (em caso de SPDA);

7.16.2.3. Testar todos os circuitos após instalação, utilizando multímetro e ensaios de continuidade e isolamento;

7.16.2.4. Realizar o diagrama unifilar atualizado e identificação de circuitos no quadro.

7.17. ESQUADRIAS DE SEGURANÇA:

7.17.1. Guichê de segurança em grade de aço SAE 1045, diâmetro de 1', com têmpera e revenimento;

7.17.2. Porta de segurança de abrir em grade de aço SAE 1045, diâmetro 1', completa, com têmpera e revenimento.

7.18. REMOÇÃO DE ENTULHO E LIMPEZA FINAL DE OBRA:

7.18.1. A Contratada deverá manter a obra limpa durante o período de execução, sendo os entulhos retirados periodicamente, onde o descarte e o depósito deste material serão de sua responsabilidade;

7.18.2. A Contratada deverá remover da obra todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais ferramentas e acessórios;

7.18.3. A Contratada deverá realizar a remoção e todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos;

7.18.4. A limpeza dos elementos deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas;

7.18.5. A Contratada deverá ter particular cuidado para remover quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies;

7.18.6. A Contratada deverá remover todas as manchas e salpicos de tinta de todas as partes e componentes da edificação, dando-se especial atenção à limpeza dos vidros, ferragens, esquadrias, luminárias e peças e metais sanitários;



7.18.7. Para assegurar a entrega da edificação em perfeito estado, a Contratada deverá executar todos os arremates que julgar necessários, bem como os determinados pela Fiscalização.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

8.1. Execução:

8.1.1. A Contratada deverá atender as seguintes normas e práticas complementares:

8.1.1.1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

8.1.1.2. Normas da ABNT e do INMETRO;

8.1.1.3. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de Concessionárias de Serviços Públicos;

8.1.1.4. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA.

8.1.2. Reprografia:

8.1.2.1. Todas as cópias plotadas, heliográficas e xerográficas dos memoriais, plantas, anexos e dos demais documentos do Projeto, necessárias ao desenvolvimento das obras serão por conta da Contratada;

8.1.2.2. A Contratada deverá efetuar estudo das plantas, memoriais e outros documentos que compõe o Projeto. Em caso de contradição, omissão ou erro deverá comunicar a Fiscalização. Em caso de divergência entre as cotas das plantas e as medidas em escala, valem as cotas.

8.1.3. Serviços:

8.1.3.1. Não poderão ser executados serviços não previstos em contrato sem motivação prévia e autorização do Contratante;

8.1.3.2. O início das obras está condicionado a expedição da Ordem de Início dos serviços (OIS);

8.1.3.3. Deverão ser emitidas ART/RRT com a responsabilidade do profissional relacionado à empresa, estando em conformidade com as Leis Federais nº 6.496/77 e nº 12.378/10 da execução dos serviços envolvidos, assinados por profissionais credenciados pelo CREA/CONFEA/CAU, conforme Leis Federais nº 5.194/66 e nº 12.378/10, respectivamente e encaminhar cópias ao Contratante no ato da assinatura da ordem de execução dos serviços;



8.1.3.4. Todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da contratada;

8.1.3.5. Caberá somente ao Contratante a suspensão de itens considerados desnecessários, os quais serão subtraídos do valor global;

8.1.3.6. Os quantitativos apresentados na planilha em anexo são estimativos; caberá a interessada levantar a relação minuciosa e dificuldades construtivas a serem observadas no local e incluí-las em seus custos;

8.1.3.7. Na execução dos serviços poderá haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção. Neste caso deverão ser aprovadas pelo Contratante eventuais alterações em relação ao projeto básico apresentado;

8.1.3.8. Todas as normas e legislação citadas neste projeto básico deverão ser consultadas pela Contratada e verificadas quanto a possível atualização, revogação ou derrogação, devendo ser aplicado o texto normativo (ou legal) em vigor, respeitando os períodos de vacância (se aplicado);

8.1.3.9. Havendo conflito de aplicabilidade entre a norma ou legislação em vigor e o texto deste projeto básico, deverá a contratante ser imediatamente informada, por escrito, para manifestação da forma a proceder valendo-se do princípio da autotutela administrativa e da supremacia do interesse público.

8.2. Preços:

8.2.1. A Contratada deverá apresentar planilha contendo quantidade dos serviços e seus preços unitários de mão de obra e material, de acordo com o contido neste Memorial Descritivo, e ainda o preço global da proposta;

8.2.2. Para a composição da planilha orçamentária que trata o objeto supracitado, foram utilizadas como base a Planilha SINAPI, CDHU e SIURB, que tem por finalidade descrever e especificar os serviços que compõem a construção da sediará o Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, bairro Aviação, Araçatuba/SP;

8.2.3. Tratam-se de preços que são aceitos na Lei nº 14.133, e conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente;



8.2.4. Por fim, informamos que a Planilha Orçamentária está com valores atualizados e correspondem à média praticada no mercado para os serviços a serem realizados.

8.3. Prazos:

8.3.1. De início: imediato, após a emissão e assinatura da Ordem de Início de Serviço e liberação da Nota de Empenho.

8.3.2. De execução: 120 (cento e vinte) dias, excluindo os dias que implicarem em parada da execução dos serviços, conforme liberação da fiscalização e aprovação do Contratante.

8.3.3. De observação: 90 (trinta) dias após o recebimento dos serviços.

8.3.4. De garantia: 05 (cinco) anos.

8.3.5. De validade da proposta: 90 (noventa) dias.

8.4. Profissionais:

8.4.1. O pessoal empregado deverá ser competente para a execução da obra, além de serem identificados previamente, portar crachá de identificação fornecido pela Contratada, cabendo à fiscalização da contratante e à segurança da Unidade, a proibição da entrada e permanência de indivíduos considerados suspeitos e indesejáveis, ou que de alguma forma representem prejuízos à segurança do local da obra.

8.5. Vistoria:

8.5.1. As licitantes deverão vistoriar o local da obra a fim de conhecer as condições físicas, peculiaridades e quantidades envolvidas. Os quantitativos apresentados devem ser confirmados "in loco" pelos licitantes, incluindo-os em seus custos. Caso dispense a visita técnica, e ou não haver questionamentos referentes a quantitativos, itens faltantes ou de não entendimento, a CONTRATADA ao assinar o contrato não poderá questionar quantitativos e ou itens descritos neste memorial.

8.6. Observações:

8.6.1. A Contratada deverá manter no local o livro de registro de serviço diário, devendo o Contratante receber as segundas vias das folhas dele; nesse livro devem estar registrados os trabalhos em andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas etc.;



8.6.2. Para execução da obra, o presente Memorial Descritivo não limita a boa técnica e experiência da Contratada, indicando apenas as condições mínimas necessárias para a consecução do objeto de licitação;

8.6.3. Não será admitida a reutilização de material usado ou a reutilização dos que já estão instalados no local;

8.6.4. Responsabilizar-se pela guarda e vigilância de todos os materiais, ferramentas e instrumentos de sua propriedade e de tudo que será utilizado para a execução do serviço;

8.6.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas serviços que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, que tenham sido rejeitados pela Fiscalização;

8.6.6. A contratada indenizará a Contratante por quaisquer danos às pessoas, instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, pela má execução dos serviços ou utilização inadequada dos materiais empregados;

8.6.7. A contratada responsabilizar-se-á por todos os encargos trabalhistas, securitários, fiscais e previdenciários, devendo oferecer documentos que comprovem o pagamento desses encargos juntamente com a Nota fiscal dos serviços realizados;

8.6.8. As garantias para a Administração Pública são aquelas previstas na legislação e os demais dispositivos legais vigentes que regem a matéria;

8.6.9. A Contratada deverá cumprir rigorosamente o disposto na CLT e especificamente o disposto na Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977 e na portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978 e suas Normas Regulamentadoras. As irregularidades constatadas pela Fiscalização do Contratante deverão ser de prontamente sanadas. A Contratada deverá manter o canteiro de obras sempre limpo.

9. ANEXOS:

9.1. Memorial Descritivo – IDENTIFICAÇÃO VISUAL – Anexo I;

Data da assinatura digital.



Elaborado por

Araçatuba, 22 de janeiro de 2026.

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Cabo PM – Auxiliar da Seção de Logística -Engenheiro Civil

CREA/SP nº 5070718978

ART 28027230231925721



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPOSITANTE / TOMADOR	0	0	APELIDO DO EMPREENDIMENTO				
LOCALIDADE SINAPI SAO PAULO	DATA BASE 11-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE	0	0	MUNICÍPIO / UF	BDI 1 23,00%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%	

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
0									1.147.409,74	
1.			Reforma reparatória na sede do 12º BAEP_Araçatuba					-	1.147.409,74	
1.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	10.566,61	
1.1.0.0.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	10,00	474,17	BDI 1	583,23	5.832,29	RA
1.1.0.0.2.	SINAPI-I	10777	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 3 BACIAS, 4 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	4,00	962,26	BDI 1	1.183,58	4.734,32	RA
1.2.			REMOÇÕES, RETIRADAS					-	14.114,29	
1.2.0.0.1.	SINAPI	97634	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	170,35	9,59	BDI 1	11,80	2.009,40	RA
1.2.0.0.2.	SINAPI	104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	74,46	132,17	BDI 1	162,57	12.104,90	RA
1.3.			SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES					-	1.122.728,84	
1.3.1.			Fechamentos					-	136.405,95	
1.3.1.1.			Drywall					-	3.400,70	
1.3.1.1.1.	SINAPI	96361	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	20,00	138,24	BDI 1	170,04	3.400,70	RA
1.3.1.2.			Manutenção adaptadora de fechamento perimetral					-	39.550,47	
1.3.1.2.1.	Composição	002	MURO EM ALVENARIA, INCL. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA, CHAPISCO E EMBOÇO (2 faces)	M2	92,50	347,62	BDI 1	427,57	39.550,47	RA
1.3.1.3.			Pedra					-	93.454,78	
1.3.1.3.1.	SINAPI	102253	DIVISORIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	77,31	982,79	BDI 1	1.208,83	93.454,78	RA
1.3.2.			Manutenção em cobertura					-	14.999,48	
1.3.2.0.1.	SINAPI	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	100,00	69,51	BDI 1	85,50	8.549,73	RA
1.3.2.0.2.	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	30,00	174,79	BDI 1	214,99	6.449,75	RA
1.3.3.			Serviços de Vidro					-	103.279,47	
1.3.3.1.			Porta de vidro					-	43.716,19	
1.3.3.1.1.	Composição	CP-342	Porta Vidro 10mm- 102184	M2	18,48	1.797,49	BDI 1	2.210,91	40.857,67	RA
1.3.3.1.2.	SINAPI	102189	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, UMA FOLHA COMPOSTO DE DOBRADICAS SUPERIOR E INFERIOR, TRINCO, FECHADURA, CONTRA FECHADURA COM CAPUCHINHO SEM MOLA E PUXADOR. AF_11/2025	UN	8,00	290,50	BDI 1	357,32	2.858,52	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR 00	Apelido do Empreendimento 00				
LOCALIDADE SINAPI SAO PAULO	DATA BASE 11-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE 00	MUNICÍPIO / UF 00	BDI 1 23,00%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%	

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
0									1.147.409,74	
1.3.3.2.			Janela de vidro					-	59.563,29	
1.3.3.2.1.	Composição	_022	Confecção e instalação de janela de vidro (basculante, correr, pivotante)	M2	68,75	704,37	BDI 1	866,38	59.563,29	RA
1.3.4.			Pavimentação					-	193.587,35	
1.3.4.0.1.	SINAPI	101139	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M3	330,62	22,31	BDI 1	27,44	9.072,64	RA
1.3.4.0.2.	SINAPI	96396	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	274,97	143,60	BDI 1	176,63	48.567,40	RA
1.3.4.0.3.	SINAPI	100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	M3	33,10	177,22	BDI 1	217,98	7.215,16	RA
1.3.4.0.4.	SINAPI	105597	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	826,55	4,31	BDI 1	5,30	4.381,79	RA
1.3.4.0.5.	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	680,06	10,22	BDI 1	12,57	8.548,76	RA
1.3.4.0.6.	SINAPI	95879	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	4.050,80	1,52	BDI 1	1,87	7.573,38	RA
1.3.4.0.7.	Composição	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	406,00	30,67	BDI 1	37,72	15.315,98	RA
1.3.4.0.8.	SINAPI	92403	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	826,55	91,39	BDI 1	112,41	92.912,24	RA
1.3.5.			Acessórios					-	3.224,47	
1.3.5.0.1.	Composição	44.03.030	Dispenser toalheiro metálico esmaltado para bobina de 25cm x 50m, sem alavanca	UN	11,00	100,43	BDI 1	123,53	1.358,82	RA
1.3.5.0.2.	SINAPI	95547	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML, INCLUSIVE FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00	73,51	BDI 1	90,42	904,17	RA
1.3.5.0.3.	SINAPI-I	37401	TOALHEIRO PLÁSTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	UN	13,00	60,13	BDI 1	73,96	961,48	RA
1.3.6.			Serviços em pedras					-	59.547,17	
1.3.6.0.1.	SINAPI	102253	DIVISÓRIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	22,36	982,79	BDI 1	1.208,83	27.029,48	RA
1.3.6.0.2.	SINAPI	86893	BANCADA DE MÁRMORE BRANCO POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	33,31	793,67	BDI 1	976,21	32.517,69	RA
1.3.7.			Instalação de abrigo de gás					-	10.354,26	
1.3.7.0.1.	Composição	FDE-97.02.198	AG-04 ABRIGO PARA GÁS COM 2 CILINDROS DE 45 KG	UN	1,00	8.418,10	BDI 1	10.354,26	10.354,26	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR 0	APELIDO DO EMPREENDIMENTO 0			
LOCALIDADE SINAPI SAO PAULO	DATA BASE 11-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE 0	MUNICÍPIO / UF 0	BDI 1 23,00%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
0									1.147.409,74	
1.3.8.			Portas/Portão					-	80.951,21	
1.3.8.1.			Metalica					-	47.969,25	
1.3.8.1.1.	Composição	096	PORTA DE ALUMINIO COM GUARNIÇÃO	M2	28,67	940,67	BDI 1	1.157,02	33.171,88	RA
1.3.8.1.2.	Composição	24.02.060	Porta/portão de abrir em chapa, sob medida	M2	11,34	1.060,88	BDI 1	1.304,88	14.797,37	RA
1.3.8.2.			Madeira					-	32.981,96	
1.3.8.2.1.	SINAPI	91317	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	2,00	1.562,90	BDI 1	1.922,37	3.844,73	RA
1.3.8.2.2.	SINAPI	91316	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	16,00	1.480,55	BDI 1	1.821,08	29.137,22	RA
1.3.9.			Serviços em Cobertura					-	10.864,22	
1.3.9.0.1.	Composição	27.02.041	Chapa em policarbonato compacta, cristal, espessura de 10 mm	m²	9,00	769,30	BDI 1	946,24	8.516,15	RA
1.3.9.0.2.	Composição	15.03.150	Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem	kg	100,00	19,09	BDI 1	23,48	2.348,07	RA
1.3.10.			FORRO/ DRYWALL					-	40.904,35	
1.3.10.0.1.	SINAPI	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	M2	591,00	56,27	BDI 1	69,21	40.904,35	RA
1.3.11.			REVESTIMENTO					-	86.571,03	
1.3.11.0.1.	SINAPI	88478	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	M2	187,89	35,59	BDI 1	43,78	8.225,02	RA
1.3.11.0.2.	SINAPI	104596	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	M2	187,89	135,70	BDI 1	166,91	31.360,91	RA
1.3.11.0.3.	SINAPI	104619	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 80X80CM. AF_02/2023	M	12,83	12,98	BDI 1	15,97	204,84	RA
1.3.11.0.4.	SINAPI	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	31,64	126,27	BDI 1	155,31	4.914,07	RA
1.3.11.0.5.	SINAPI	104612	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	376,48	90,41	BDI 1	111,20	41.866,19	RA
1.3.12.			HIDRAULICA					-	27.125,59	
1.3.12.0.1.	SINAPI	86909	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00	109,45	BDI 1	134,62	538,49	RA
1.3.12.0.2.	SINAPI	86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	24,00	15,99	BDI 1	19,67	472,02	RA

RECURSO
↓



Grau de Sigilo
#PUBLICO

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
0									1.147.409,74	
1.3.12.0.3.	Composição	CP-484	BANCADA/PRATELEIRA DE GRANITO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	M2	22,36	830,42	BDI 1	1.021,42	22.838,88	RA
1.3.12.0.4.	SINAPI	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	15,24	BDI 1	18,75	243,69	RA
1.3.12.0.5.	SINAPI	86877	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	68,15	BDI 1	83,82	1.089,72	RA
1.3.12.0.6.	SINAPI	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00	157,95	BDI 1	194,28	1.942,79	RA
1.3.13.			PINTURA					-	148.255,14	
1.3.13.0.1.	SINAPI	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	2.237,92	36,78	BDI 1	45,24	101.242,16	RA
1.3.13.0.2.	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	1.576,44	15,46	BDI 1	19,02	29.977,27	RA
1.3.13.0.3.	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	661,48	18,49	BDI 1	22,74	15.043,84	RA
1.3.13.0.4.	SINAPI	102213	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	65,22	24,83	BDI 1	30,54	1.991,88	RA
1.3.14.			Identificação visual					-	90.767,34	
1.3.14.1.			Reforma e reinstalação de totem					-	31.772,31	
1.3.14.1.1.	Composição	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	7,50	6,41	BDI 1	7,88	59,13	RA
1.3.14.1.2.	Composição	04.02.140	Retirada de esquadria metálica em geral	m²	375,00	33,34	BDI 1	41,01	15.378,08	RA
1.3.14.1.3.	SINAPI	97665	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	4,00	2,69	BDI 1	3,31	13,23	RA
1.3.14.1.4.	SINAPI	104792	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE ATÉ 2,5 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	20,00	0,58	BDI 1	0,71	14,27	RA
1.3.14.1.5.	SINAPI	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	1,00	196,84	BDI 1	242,11	242,11	RA
1.3.14.1.6.	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	1,00	41,78	BDI 1	51,39	51,39	RA
1.3.14.1.7.	SINAPI	96529	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	4,00	302,95	BDI 1	372,63	1.490,51	RA
1.3.14.1.8.	SINAPI	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	80,00	11,89	BDI 1	14,62	1.169,98	RA
1.3.14.1.9.	SINAPI	96556	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	1,00	928,12	BDI 1	1.141,59	1.141,59	RA
1.3.14.1.10.	Composição	15.03.090	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura	kg	375,00	7,61	BDI 1	9,36	3.510,11	RA
1.3.14.1.11.	Composição	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	350,00	4,41	BDI 1	5,42	1.898,51	RA



Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPONENTE / TOMADOR 0	APELIDO DO EMPREENDIMENTO 0			
LOCALIDADE SINAPI SAO PAULO	DATA BASE 11-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE 0	MUNICÍPIO / UF 0	BDI 1 23.00%	BDI 2 0.00%	BDI 3 0.00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
									1.147.409,74
1.3.14.1.12.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	5,70	970,39	BDI 1	1.193,58	6.803,40
1.3.14.2.			Portal					-	28.922,11
1.3.14.2.1.	Composição	15.03.150	Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem pintura	kg	375,00	19,09	BDI 1	23,48	8.805,26
1.3.14.2.2.	Composição	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	375,00	4,41	BDI 1	5,42	2.034,11
1.3.14.2.3.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	15,15	970,39	BDI 1	1.193,58	18.082,73
1.3.14.3.			Brasão					-	5.590,56
1.3.14.3.1.	Composição	97.02.190	Placa de identificação em acrílico com texto em vinil	M2	2,55	1.782,42	BDI 1	2.192,38	5.590,56
1.3.14.4.			Fachada					-	15.859,32
1.3.14.4.1.	Composição	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	13,20	6,41	BDI 1	7,88	104,07
1.3.14.4.2.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	13,20	970,39	BDI 1	1.193,58	15.755,25
1.3.14.5.			Eletrica					-	8.623,04
1.3.14.5.1.	SINAPI	101636	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	7,00	158,98	BDI 1	195,55	1.368,82
1.3.14.5.2.	SINAPI	91929	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025 PS	M	200,00	8,20	BDI 1	10,09	2.017,20
1.3.14.5.3.	SINAPI	101654	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	14,00	189,43	BDI 1	233,00	3.261,98
1.3.14.5.4.	SINAPI	101632	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	UN	2,00	36,16	BDI 1	44,48	88,95
1.3.14.5.5.	SINAPI	94992		M2	20,00	76,67	BDI 1	94,30	1.886,08
1.3.15.			ELÉTRICA					-	61.064,75
1.3.15.0.1.	Composição	CP-576	CHUVEIRO ELÉTRICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	12,00	332,53	BDI 1	409,01	4.908,14
1.3.15.0.2.	Composição	41.31.070	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 W a 24 W	Un	57,00	304,34	BDI 1	374,34	21.337,28
1.3.15.0.3.	Composição	41.31.040	Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W	UN	45,00	349,72	BDI 1	430,16	19.357,00
1.3.15.0.4.	SINAPI	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6,00	48,45	BDI 1	59,59	357,56
1.3.15.0.5.	SINAPI	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	118,00	62,49	BDI 1	76,86	9.069,80
1.3.15.0.6.	SINAPI	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	23,00	64,72	BDI 1	79,61	1.830,93
1.3.15.0.7.	SINAPI	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00	48,45	BDI 1	59,59	1.668,62



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPOSITANTE / TOMADOR 00	APELIDO DO EMPREENHIMENTO 00			
LOCALIDADE SINAPI SAO PAULO	DATA BASE 11-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE 00	MUNICÍPIO / UF 00	BDI 1 23,00%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
0									1.147.409,74	
1.3.15.0.8.	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00	39,69	BDI 1	48,82	1.366,92	RA
1.3.15.0.9.	SINAPI	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	60,01	BDI 1	73,81	147,62	RA
1.3.15.0.10.	SINAPI	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	4,00	80,33	BDI 1	98,81	395,22	RA
1.3.15.0.11.	Composição	43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	1,00	508,66	BDI 1	625,65	625,65	RA
1.3.16.			ESQUADRIA DE SEGURANÇA					-	40.178,49	
1.3.16.0.1.	Composição	24.04.620	Guichê de segurança em grade de aço SAE 1045, diâmetro de 1", com têmpera e revenimento	M2	8,00	2.885,22	BDI 1	3.548,82	28.390,56	RA
1.3.16.0.2.	Composição	24.04.330	Porta de segurança de abrir em grade de aço SAE 1045, diâmetro 1", completa, com têmpera e revenimento	M2	3,00	3.194,56	BDI 1	3.929,31	11.787,93	RA
1.3.17.			SERVIÇOS FINAIS					-	14.648,56	
1.3.17.1.			Remoção de entulho					-	1.379,81	
1.3.17.1.1.	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	20,00	10,22	BDI 1	12,57	251,41	RA
1.3.17.1.2.	SINAPI	95879	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	200,00	1,52	BDI 1	1,87	373,92	RA
1.3.17.1.3.	Composição	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	20,00	30,67	BDI 1	37,72	754,48	RA
1.3.17.2.			Limpeza e jardinagem					-	13.268,75	
1.3.17.2.1.	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	10,00	23,16	BDI 1	28,49	284,87	RA
1.3.17.2.2.	Composição	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	700,00	15,08	BDI 1	18,55	12.983,88	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Não foi considerado arredondamento nos valores da planilha.
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TransfereGOV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
0	0		0	0		
LOCALIDADE SINAPI	DATA BASE	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF	BDI 1	BDI 2	BDI 3
SAO PAULO	11-25 (N DES.)		0	23,00%	0,00%	0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
0									1.147.409,74

0
Local

sábado, 0 de janeiro de 1900
Data

Responsável Técnico
Nome: 0
CREA/CAU: 0
ART/RRT: 0

RECURSO
↓

Falta distribuir:	Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5
						02/00	03/00	04/00	05/00
Linha	1.	Reforma reparatória na sede do 12º BAI	1.147.409,74	% Período:	1,84%	26,87%	40,76%	30,53%	
Linha	1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	10.566,61	% Período:	66,40%	11,20%	11,20%	11,20%	
Linha	1.2.	REMOÇÕES RETIRADAS	14.114,29	% Período:	100,00%				
Linha	1.3.	SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES	1.122.728,84	% Período:		27,36%	41,55%	31,09%	
Linha	1.3.1.	Fechamentos	136.405,95	% Período:		74,46%	21,62%	3,92%	
Linha	1.3.1.1.	Drywall	3.400,70	% Período:		100,00%			
Linha	1.3.1.2.	Manutenção adaptadora de fechamento p	39.550,47	% Período:		56,76%	43,24%		
Linha	1.3.1.3.	Pedra	93.454,78	% Período:		81,02%	13,26%	5,72%	
Linha	1.3.2.	Manutenção em cobertura	14.999,48	% Período:		28,50%	71,50%		
Linha	1.3.3.	Serviços de Vidro	103.279,47	% Período:		64,83%	22,25%	12,92%	
Linha	1.3.3.1.	Porta de vidro	43.716,19	% Período:		88,56%	11,44%		
Linha	1.3.3.2.	Janela de vidro	59.563,29	% Período:		47,42%	30,18%	22,40%	
Linha	1.3.4.	Pavimentação	193.587,35	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.5.	Acessorios	3.224,47	% Período:		38,77%	29,35%	31,88%	
Linha	1.3.6.	Serviços em pedras	59.547,17	% Período:		11,56%	28,62%	59,82%	
Linha	1.3.7.	Instalação de abrigo de gás	10.354,26	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.8.	Portas/Portão	80.951,21	% Período:		23,11%	35,68%	41,21%	
Linha	1.3.8.1.	Metálica	47.969,25	% Período:		27,62%	56,41%	15,97%	
Linha	1.3.8.2.	Madeira	32.981,96	% Período:		16,56%	5,52%	77,91%	
Linha	1.3.9.	Serviços em Cobertura	10.864,22	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.10.	FORRO/ DRYWALL	40.904,35	% Período:		34,40%	34,40%	31,20%	
Linha	1.3.11.	REVESTIMENTO	86.571,03	% Período:		34,45%	18,22%	47,34%	
Linha	1.3.12.	HIDRAULICA	27.125,59	% Período:		21,76%	31,84%	46,41%	
Linha	1.3.13.	PINTURA	148.255,14	% Período:		24,45%	28,63%	46,92%	
Linha	1.3.14.	Identificação visual	90.767,34	% Período:		23,63%	66,87%	9,50%	
Linha	1.3.14.1	Reforma e reinstalação de totem	31.772,31	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.14.2	Portal	28.922,11	% Período:			100,00%		
Linha	1.3.14.3	Brasão	5.590,56	% Período:		100,00%			
Linha	1.3.14.4	Fachada	15.859,32	% Período:		100,00%			
Linha	1.3.14.5	Elétrica	8.623,04	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.15.	ELÉTRICA	61.064,75	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.16.	ESQUADRIA DE SEGURANÇA	40.178,49	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.17.	SERVIÇOS FINAIS	14.648,56	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.17.1	Remoção de entulho	1.379,81	% Período:				100,00%	
Linha	1.3.17.2	Limpeza e jardinagem	13.268,75	% Período:				100,00%	
Total: R\$ 1.147.409,74					%:	1,84%	26,87%	40,76%	30,53%
					Repassa:	-	-	-	-
					Contrapartida:	21.130,16	308.326,00	467.667,22	350.286,36
					Outros:	-	-	-	-
					Investimento:	21.130,16	308.326,00	467.667,22	350.286,36
					%:	1,84%	28,71%	69,47%	100,00%
					Repassa:	-	-	-	-
					Contrapartida:	21.130,16	329.456,16	797.123,38	1.147.409,74
					Outros:	-	-	-	-
					Investimento:	21.130,16	329.456,16	797.123,38	1.147.409,74
					Administração Local:				

0

Local

quarta-feira, 7 de janeiro de 2026

Data

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	0

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

/

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	2,50%

BDI 1**TIPO DE OBRA**

Construção e Reforma de Edifícios

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,50%
Seguro e Garantia	SG	1,00%
Risco	R	1,00%
Despesas Financeiras	DF	1,30%
Lucro	L	7,00%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,50%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 2,5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

0
Localsábado, 0 de janeiro de 1900
Data



Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	0

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

/

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	2,50%

Responsável Técnico

Nome: 0
CREA/CAU: 0
ART/RRT: 0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

MEMÓRIAL DE CÁLCULO



TABELA RETIRADA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO FASE 03 PLAN 3													
LOCAL	WC CMT FT	SL CAPIT	WC PNE FREL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAE	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	TOTAL	TOT PISO + RESVT		
PISO m²	5,07	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	90,4	90,4	
TOTAL												90,4	
REVES PER m	9,9		9,4						7,8				
AREA	29,205	0	27,73	0	0	0	0	0	23,01	79,945		79,945	ok
TOTAL P+R												170,345	ok

TABELA SUBST REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F3 PLAN 3															
LOCAL	WC CMT FT	ARQ. COFRE	SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	WC PNE FEM 1	WC ADM BAEP	TOTAL	TOT PISO
PISO	5,07	6	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	3	9,69	109,09	109,09
RODAPE 10%															8,28
REVEST PER	9,9			9,4						7,8	7	13,12			
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0		23,01	20,65	38,704	139,299	117,37	139,299
													TOTAL P + R		256,669

TABELA RETIRADA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO FASE 03 PLAN 3														
LOCAL	WC CMT FT		SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	TOTAL	TOT PISO + RESVT	
PISO m²	5,07		14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	90,4	90,4	
TOTAL													90,4	
REVES PER m	9,9			9,4							7,8			
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0	0	0	23,01	79,945		79,945
TOTAL P+R													170,345	

TABELA 1 PLACA DIVISÓRIA CERÂMICO FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB SE	WC AL.OF	TOTAL
PLAC m	1,22	1,22	1,22	
QTD	4	9	4	
PL MEN m	0,4	0,4	0,4	
AREA m²	13,608	30,618	13,608	57,834

TABELA 1 PLACA DIVISÓRIA MICTÓRIO FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB SE	WC AL.OF	TOTAL

PLAC m	0,4	0,4	0,4	
QTD	2	2	2	
PL MEN m	0,4	0,4	0,4	
AREA m ²	1,6	1,6	1,6	4,8

TAB 2 PLACA DIV CERÂM FASE 02		
LOCAL	WC AL. FEM	TOTAL
PLAC m	1,22	
QTD	2	
PL MEN m	0	
AREA m ²	5,124	5,124

TABELA 2 PLACA DIV MICT CERÂMICO F		
LOCAL	WC AL. FEM	TOTAL
PLAC m	1,22	
QTD	2	
PL MEN m	0	
AREA m ²	5,124	5,124

TAB 3 PLACA DIVISÓRIA CERÂMICO FAS		
LOCAL	WC ADM BAEP	TOTAL
PLAC m	1,22	1,22
QTD	1	
PL MEN m	0,4	0
AREA m ²	2,02	2,02

TAB 3 PLACA DIV MICTÓRIO CERÂM FAS		
LOCAL	WC ADM BAEP	TOTAL
PLAC m	1,2	
QTD	2	
PL MEN m		
AREA m ²	2,4	2,4

TOTAL DE PLACA CERÂMICO				
LOCAL	FASE 1	FASE 2	FASE 3	TOTAL
PLAC MAIOR	57,834	5,124	2,02	

PL MEN m	4,8	5,124	2,4		
AREA m ²	62,634	10,248	4,42	77,302	OK

PORTA TEMPERADO- FASE 01 TAB 01				
JANELA	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	1,00 X 2,1	1.80 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT				
ALOJ CB SD				
ALOJ OFIC				
AREA				
QTD	0		0	0
LARG	0	0	0	0

PORTA TEMPERADO- FASE 02 TAB 02						
PORTA						
LOCAL	P01	P04	P05	P06	P07	
ALOJ FEM	0,9 X 2,10	1,85X 2,10	1,90 X 2,10	1,30 X 2,10	1,5 X 1,00	TOTAL
COPA	1		1			
EQ. VTR						
MDL						
DEPÓSIT						
JARDIM INV				1		
SALA AULA		1				
SOMA UNID						
QTD	1	1	1			3
AREA	1,89	7,77	3,99	2,73		16,38
LARG	1,8	7,77	3,99			

PORTA VIDRO TEMP- FASE 03 TAB 03					
JANELA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,9 X 2,10	1,00 X 2,1	1.80 X 2,1	1,85X 2,10	TOTAL
SALA REUN					
P1 P3					
P2					
SJD					
WC PNE FEM					
CORR ENT		1			1
QTD		1			1
LARG		2,1			2,1
AREA		2,1			2,1

FASE 1	FASE 2	FASE 3	TOTAL
TOTAL	TOTAL	TOTAL	
0	16,38	2,1	
0	0	18,48	18,48

TABELA 1 ACESSORIOS BANHEIROS FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB SD	WC AL.OF	TOTAL
DISPENS	1	1	1	3

SABONETEIRA	1	2	1	4
TOALHEIRO	2	3	2	7
				14

TABELA 2 ACESSORIO BANHEIROS FASE 0

LOCAL	WC AL. FEM	WC F. PNE	TOTAL
DISPENS	1	1	2
SABONETEIRA	1	1	2
TOALHEIRO	1	1	2

TABELA 3 ACESSORIO BANHEIROS FASE 03

LOCAL	WC ADM BAE	W ALOJ CA	W PNE FEM	W SAL CAP	TOTAL	TOT F 1 2 3
DISPENS	1	1	1	1	4	7
SABONETEIRA	1	1	1	1	4	10
TOALHEIRO	1	1	1	1	4	13

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 01 TAB 1

LOCAL	WC AL SUBT	WC AL CB SD	WC AL CAP	TOTAL	
TAMPO MAR	0,9	1,35	0,9	3,15	
ARMARIO m ²	1,83	2,7	1,8	6,33	

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 02 TAB 2

LOCAL	WC AL FEM	COPA	HALL	DML	TOTAL
TAMPO MAR	0,5	6,5		0,8	7,8

ARMARIO	1	10,15		1,46	12,61

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 03 TAB 3									
LOCAL	SAL REUNIAO	SJD	P1-P3	WC MASC	SAL P2	WC PNE F	WC S. CAP	TOTAL	TOT F 1 2 3 m²
TAMPO MAR	2,58		4,5	0,9	2,67	0,38	0,38	11,41	22,36
ARMARIO	4,3	5,15	7,5	1,8	4,46	0,8	0,8	24,81	43,75

PORTA ALUMINIO- FASE 01 TAB 01				
PORTA	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT	1			
ALOJ CB SD	1		1	
ALOJ OFIC	2			
AREA	1,89	0	3,95	
QTD	4		1	
A. TOTAL	7,56	0	3,95	11,51
A SOLEIRA	3,6	0	1,85	5,45

PORTA + ALUMINIO- FASE 02 TAB 02					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL
ALOJ FEM	2				
COPA					
EQ. VTR					
MDL	1				
DEPÓSIT	1				
WC AL. FEM					
SALA AULA		1		1	
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2	
QTD	4	1	0	1	6
A. TOTAL	7,56	1,68	0	4,2	13,44
A SOLEIRA	3,6	0,8	0	2	6,4

PORTA ALUMINIO- FASE 03 TAB 03					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL
SALA REUN					
P1 P3					
P2					

SOLEIRA	FASE 01	FASE 02	FASE 03
P. ALUMINIO	5,45	6,4	1,8
P. MADEIRA	3	1,8	14
	8,45	8,2	15,8
TOTAL			0

<i>SJD</i>					
WC PNE FEM	1				
WC MASC	1				
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2	
QTD	2	0	0	0	2
A. TOTAL	3,78	0	0	0	3,78
A SOLEIRA	1,8	0	0	0	1,8

PORTA MADEIRA- FASE 01 TAB 01				
PORTAS	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT	1			
ALOJ CB SD	1			
ALOJ OFIC	1			
AREA	1,89	1,68	3,885	
QTD	3		0	3
A. TOTAL	5,67	0	0	5,67
A SOLEIRA	2,7	0	0	2,7

PORTA + MADEIRA- FASE 02 TAB 02						
PORTAS	P01	P02	P03	P04		
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00		TOTAL
SAL. ARMA	1					
SALA AULA						
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2		
QTD	1	0	0	0		1
A. TOTAL	0,9	0	0	0		0,9
A SOLEIRA	0,9	0	0	0	1,8	1,8

PORTA MADEIRA- FASE 03 TAB 03						PINTURA PORTA VERNIZ				
PORTAS	P01	P02	P03	P04			FASE1	FASE2	FASE3	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL	TOTAL	5,67	0,9	26,04	
SALA REUN	1						TOTAL 2 FACES		65,22	
P1 P3	1					PORTAS MADEIRA				
P2	1					TAMNHO	FASE1	FASE2	FASE3	
SJD						0,8	0	0	2	2
COR CIR	2					0,9	3	1	12	16
EXISTE ANT FT	7					TOTAL				18
SAL CMT		1								
SAL SBCMT		1								
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2						
QTD	12	2	0	0	14					
A. TOTAL	22,68	3,36	0	0	26,04					
A SOLEIRA	10,8	2,688	0	0	13,488					

PORTA ALUMINIO ABRIR- FASE 01 TAB 01				
PORTA	P01	P02	P03	
LOCAL	0,6 X 1,60	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
WC ALOJ SUBT	4			
WC ALOJ CB S	9			
WC ALOJ OFIC	4			
AREA	0,96			
QTD	17		1	18
A. TOTAL	16,32	0	0	16,32

PORTA ALUMINIO ABRIR- FASE 02 TAB 02					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,6 X 1,60	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL
WC ALOJ F	2				
AREA	0,96				
QTD	2		1	3	
A. TOTAL	1,92	0	0	1,92	1,92

PORTA ALUMINIO ABRIR- FASE 03 TAB 03					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,6 X 1,60	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	2,00 X1,00	TOTAL
WC MASC	2				
AREA	0,96				
QTD	2		1	3	
A. TOTAL	1,92	0	0	1,92	3,84
					13,488

FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03													
LOCAL	SAL REUNIAO	CIRCUL 01	SJD	P1-P3	CIRC 2	WC MASC	SAL P2	ALOJ SUBCMT	WC PNE F	ALMOX	S. SUBCM	S. CMT BAEP	SALA TECN
TETO	30,83	19,95	12,87	46,08	27,66	9,69	34,85	6,62	3,5	6,97	11,19	14,31	6,18
								3,5	0		11,19	0	6,18

FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03										FASE 1	FASE 2	FASE 3
LOCAL	REL. PUBL	WC PNE FEM	S. CAP	WC S. CAP	ARQ. COF	TOTAL	T. TETO FOR	T. PINT. TETO+ PAR	TOTAL	TOTAL	TOTAL	

TETO	17,05	5,03	14	5,07	6,02	277,87	277,87		277,87		0	0	0
							277,87	0	277,87		0	0	277,87
TOTAL T+P/F1/2/3												277,87	

TABELA SUBST REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F3 PLAN 3															
LOCAL	WC CMT FT	ARQ. COFRE	SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	WC PNE FEM 1	WC ADM BAEP	TOTAL	TOT PISO
PISO	5,07	6	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	3	9,69	109,09	109,09
RODAPE 10%															8,28
REVEST PER	9,9			9,4							7,8	7	13,12		
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0	0	0	23,01	20,65	38,704	139,299	117,37
													TOTAL P +R		256,66

TABELA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F2 PLAN 2				
LOCAL	COPA	WC AL. FEM	TOTAL	OT PISO + RESVT
PISO	19,98	4,76	24,74	
RODAPE 10%				1,998
REVEST PER	18,6	9,6		
AREA	54,87	28,32		83,19
				26,738
TOTAL P +R				109,928

TABELA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F1 PLAN 1							
LOCAL	WC AL. CAP	AL. CB SD	WC AL. SUBTEN	TOTAL	OT PISO + RESVT	T PISO 3F	T REV 3F
PISO	14,28	25,5	14,28	54,06	56,61	0	
RODAPE 10%				2,55		0	
				0			
REVEST PER	15,2	21,8	15,2				
AREA	44,84	64,31	44,84	153,99	56,61	153,99	200,718
							376,479
TOTAL P +R					210,6	200,718	376,479

PEITORIL JANELA - FASE 01 TAB 01					
JANELA	J01	J03	J06	J10	
LOCAL	1,8 X 1,0	2,60 X 1,0	2,80 X 1,0	2,30 X 0,50	TOTAL
ALOJ SUBT		1			
ALOJ CB SD			2	4	
ALOJ OFIC		1			

PEITORIL JANELA - FASE 02 TAB 02							
JANELA	J01	J02	J03	J04	J05	J09	
LOCAL	1,8 X 1,0	1,20 X 1,00	2,60 X 1,00	2,50 X1,00	1,5 X 1,00	1,65 X 1,00	TOTAL
ALOJ FEM			1				
COPA			1	1			
EQ. VTR							
MDL					1		
DEPÓSIT					1		

WC ALOJ SUBT	2				
WC AL. CB SD	3				
WCALQJ OFIC	2				
QTD	7	2	2	4	11
LARG	12,6	5,2	5,6	9,2	32,6

WC AL. FEM		1					
SALA AULA	3						
SAL ARMAS	1					1	
QTD	4	1	2	1	2	1	11
LARG	7,2	1,2	5,2	2,5	3	1,65	20,75

PEITORIL JANELA - FASE 02 TAB 03						
JANELA	J05	J06	J07	J08		
LOCAL	1,5 X 1,00	2,00 X 1,0	2,10 X 1,0	2,30 X 1,00	TOTAL	TOT. GER
SALA REUN				1		
P1 P3		2				
P2		2				
SJD	1		1			
WC PNE FEM	1					
QTD	2	4	1	1	0	8
LARG	3	8	2,1	2,3	15,4	68,75

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 01 TAB 1					
LOCAL	WC AL SUB	WC AL CB	WC AL CA	TOTAL	
TAMPO MAR	0,9	1,35	0,9	3,15	

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 02 TAB 2					
LOCAL	WC AL FEM				TOTAL
TAMPO MAR	0,5	6,5		0,8	7,8

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 03 TAB 3									
LOCAL	SAL REUNIAO	SJD	P1-P3	WC MASC	SAL P2	WC PNE F	WC S. CAP	TOTAL	TOT F 1 2 3 m²
TAMPO MAR	2,58		4,5	0,9	2,67	0,38	0,38	11,41	22,36

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 01 TAB 01										
LOCAL	WC AL SUB	WC AL CB	WC AL CA	AL OJ SUBT	AL OJ CB	ALOJ OFIC	TOTAL	TOT TETO	T. PARED	T. PINT. TETO+ PAR
PAREDE				86,16	167,88	74,7	328,74			
TETO	14,28	25,5	14,28	36,66	94,68	32,04	217,44	217,44		
AR. PAR				86,16	167,88	74,7	328,74		328,74	
								217,44	328,74	546,18

PERIMETR				28,72	55,96	24,9				
PD				3	3	3				

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 02 TAB 02													
LOCAL	WC AL FEM	ALOJ FEM	RES. ARM	EQUIP VTR	COPA	HALL	DML	SAL AULA	DEPOSIT	TOTAL	T. TETO FO	T. PARED	T. PINT. TETO+ PAR
PAREDE	28,8	46,8	76,5	86,16	55,8	27,51	33,6	98,4	30,3	483,87			
TETO	4,76	10,37	37,12	47,27	19,98	5,2	7,18	65,31	6,1	166,17	166,17		203,29
AREA PAR	28,8	46,8	76,5	86,16	55,8	27,51	33,6	98,4	30,3	483,87		483,87	483,87
								6,1	30,3		166,17	483,87	687,16

PERIMETR	9,6	15,6	25,5	28,72	18,6	9,17	11,2	32,8	10,1	
PD	3	3	3	3	3	3	3	3	3	

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03													
LOCAL	SAL REUNIAO	CIRCULO	SJD	P1-P3	CIRC 2	WC MASC	SAL P2	ALOJ SUBCM	WC PNE F	ALMOX	S. SUBCM	S. CMT BAE	SALA TECN
PAREDE	68,82	103,26	45,9	96,06	55,8	0	74,55	30,9	0	35,16	41,46	49,5	35,4
TETO	30,83	19,95	12,87	46,08	27,66	9,69	34,85	6,62	3,5	6,97	11,19	14,31	6,18
AREA PAR	68,82	103,26	45,9	96,06	55,8	0	74,55	30,9	0	35,16	41,46	49,5	35,4
								3,5	0		11,19	49,5	41,58

PERIMETR	22,94	34,42	15,3	32,02	18,6	0	24,85	10,3	0	11,72	13,82	16,5	11,8
PD	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03									
LOCAL	REL. PUBL	WC PNE F	S. CAP	WC S. CAP	ARQ. COF	TOTAL	T. TETO FO	T. PARED	T. P. TET+ PAR
PAREDE	50,22	0	45	0	31,8	763,83			
TETO	17,05	5,03	14	5,07	6,02	277,87	277,87		277,87
AREA PAR	50,22	0	45	0	31,8	763,83		763,83	763,83
							277,87	763,83	1041,7
PERIMETR	16,74		15		10,6				
PD	3	3	3	3	3				

	FASE 1	FASE 2	FASE 3	T. SERV
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
TETO	217,44	166,17	277,87	661,48
PAREDE	328,74	483,87	763,83	1576,44
TOT DIV	546,18	650,04	1041,7	2237,92
	328,74	483,87	1041,7	
TOTAL T+P/F1/2/3			2237,92	

PORTA MADEIRA- FASE 01 TAB 01				
PORTAS	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT	1			
ALOJ CB SD	1			
ALOJ OFIC	1			
AREA	1,89	1,68	3,885	
QTD	3		0	3
A. TOTAL	5,67	0	0	5,67
A SOLEIRA	2,7	0	0	2,7

PORTA + MADEIRA- FASE 02 TAB 02						
PORTAS	P01	P02	P03	P04		
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00		TOTAL
SAL. ARMA	1					
SALA AULA						
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2		
QTD	1	0	0	0		1
A. TOTAL	0,9	0	0	0		0,9
A SOLEIRA	0,9	0	0	0	1,8	1,8

PORTA MADEIRA- FASE 03 TAB 03						PINTURA PORTA VERNIZ				
PORTAS	P01	P02	P03	P04			FASE1	FASE2	FASE3	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	2,00 X1,00	TOTAL	TOTAL	5,67	0,9	26,04	
SALA REUN	1						TOTAL 2 FACES		65,22	
P1 P3	1									
P2	1									
SJD										
COR CIR	2									
EXISTE ANT FT	7									
SAL CMT		1								
SAL SBCMT		1								
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2						

PORTAS MADEIRA				
TAMNHO	FASE1	FASE2	FASE3	
0,8	0	0	2	2
0,9	3	1	12	16
TOTAL				18

QTD	12	2	0	0	14	0
A. TOTAL	22,68	3,36	0	0	26,04	
A SOLEIRA	10,8	2,688	0	0	13,488	

PINTURA + EXTERNA ACRILICA- FASE 03 TAB 03											AREA DOBRADA m²	
LOCAL	FAC FRENT	PAR LAT	RECORTE	RECSAL ARM	RES ARM VTR	REC CX ARE	FR ALOJ	LAT ALOJ	CORREDOR	M LAT F	MUR FR	T. PARED
PAREDE	29,01	2,7	1,64	1,05	18,9	11	18,16	18,55	28,6	20,05	34,3	
		7,25	2,81	13,9	5	4			30		73,74	
	29,01	9,95	4,45	14,95	23,9	30	18,16	18,55	58,6	40,1	216,08	
AREA PAR	87,03	29,85	13,35	44,85	71,7	90	54,48	55,65	175,8	120,3	648,24	1391,25

ELÉTRICA FASE 01 TAB 1										
LOCAL	WC AL SUBT	WC AL CB S	WC AL CAP	AL OJ SUBT	AL OJ CB E S	ALOJ OFIC	TOTAL	TOT TETO	T. PARED	T. PINT. TETO+ PAR
TOMADA 110V	1	1	1	3	7	3	16			
TOM 220V				1			1			
LUMINARIA	2	2	2	6	9	3	24			
INTERRUPTOR	1	1	1	1	1	1	6			

ELÉTRICA- FASE 02 TAB 02										
LOCAL	WC AL FEM	ALOJ FEM	RES. ARM	EQUIP VTR	COPA	HALL	DML	SAL AULA	DEPOSIT	TOTAL
TOMADA 110V	1	3	7	2	6	1	2	6	1	29
TOM 220V					2					2
LUMINARIA	1	2	3	8	4	1	1	4	1	25
INTERRUPTOR	1	1	3	2(3w)	1	1(3w)	1	1(3w)	1	8

ELÉTRICA FASE 03 TAB 03													
LOCAL	SAL REUNIAO	CIRCUL 01	SJD	P1-P3	CIRC 2	WC MASC	SAL P2	ALOJ SUBCMT	WC PNE F	ALMOX	S. SUBCM	S. CMT BAEP	SALA TECN
TOMADA 110V	5	4	4	9	1	1	10	3		1	4	4	1
TOM 220V													
LUMINARIA	3	2	2	7	3	1	6	2	1	2	3	2	1
INTERRUPTOR	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1 1(3w)	1

[illegible]



ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
A AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



POLICIA MILITAR DO ESTADO

SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO:

PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

Ocupação:

H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

Proprietário:

Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ:

04.198.514/0130-51

Endereço:

RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

Bairro:

Aviação

Escalas:

INDICADAS

Indicadas:

08/07/2025

Conteúdo:

Quadro de Áreas:

PRANCHA:

Responsável Técnico:

01/19

Proprietário:

Nome: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Nome: PMESP - CPI-10

Título: ENGENHEIRO CIVIL

CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

CREA: 5070718978

CPF: 293.623.158-23

PLANTA BAIXA DE IMPLANTAÇÃO

ESCALA 1:100

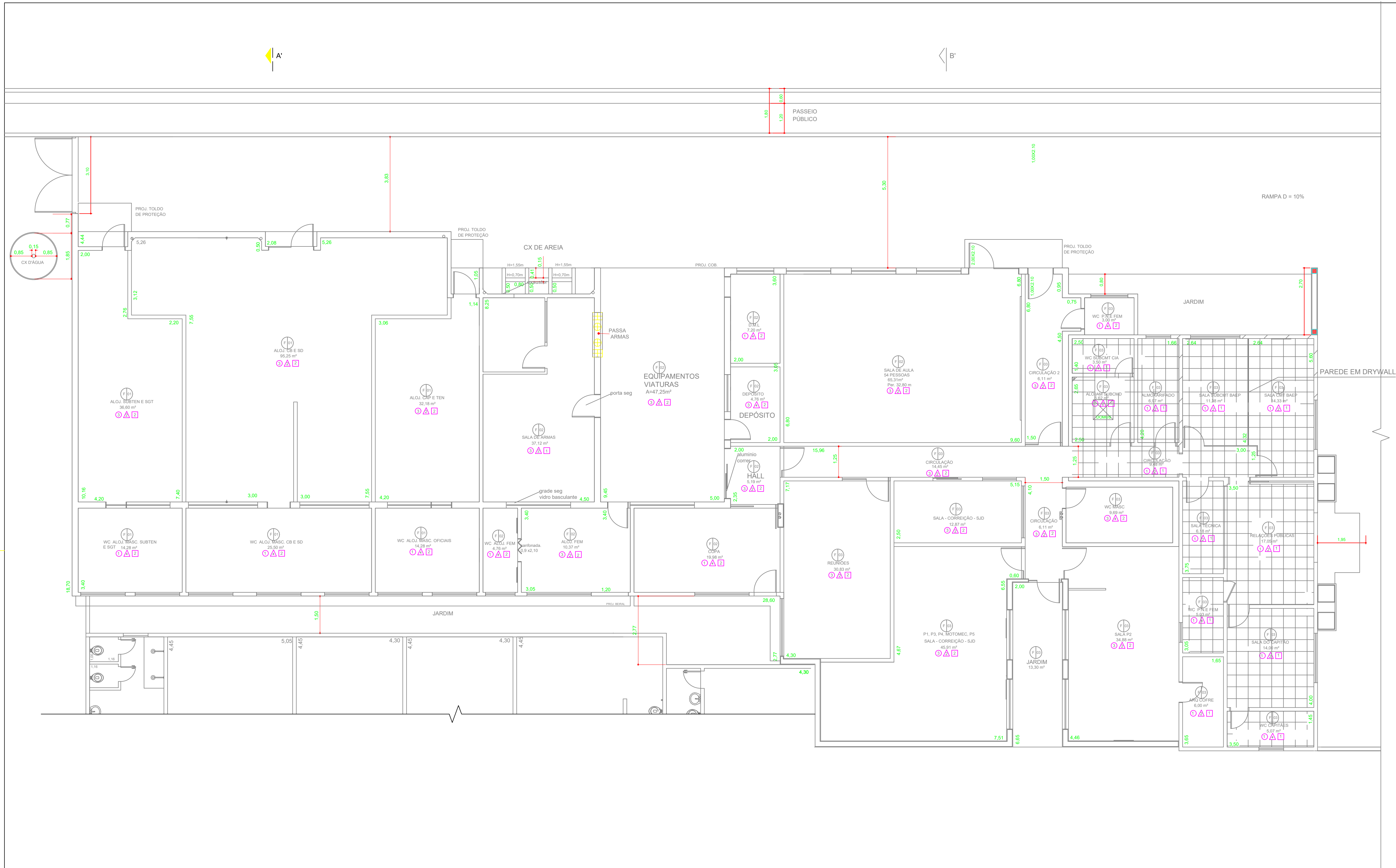
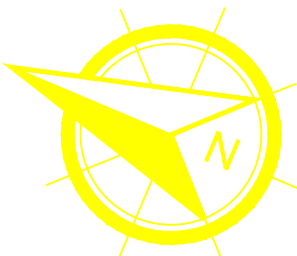


TABELA RETIRADA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO FASE 03 PLAN 3													
LOCAL	WC CMT FT	SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	TOTAL	TOT PISO + RESVT	
PISO m²	5,07	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	90,4	90,4	
TOTAL												90,4	
REVES PER m	9,9		9,4							7,8			
AREA	29,205	0	27,73	0	0	0	0	0	0	23,01	79,945	79,945	ok
TOTAL P+R												170,345	ok

TABELA SUBST REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F3 PLAN 3															
LOCAL	WC CMT FT	ARQ, COFRE	SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	WC PNE FEM 1	WC ADM BAEP	TOTAL	TOT PISO
PISO	5,07	6	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	3	9,69	109,09	109,09
RODAPÉ 10%															8,28
REVEST PER	9,9			9,4						7,8	7	13,12			
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0		23,01	20,65	38,704	139,299	117,37	139,299
													TOTAL P + R		256,669

TABELA RETIRADA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO FASE 03 PLAN 3													
LOCAL	WC CMT FT	SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	TOTAL	TOT PISO + RESVT	
PISO m²	5,07	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	90,4	90,4	
TOTAL												90,4	
REVES PER m	9,9		9,4							7,8			
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0	0	23,01	79,945	79,945	
TOTAL P+R												170,345	

ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
A AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15





POLICIA MILITAR DO ESTADO

SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO:

PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

OCUPAÇÃO:

H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

PROPRIETÁRIO

Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ

04.198.514/0130-51

ENDEREÇO:

RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

BAIRRO:

Aviação

ESCALAS:

INDICADAS

DATA:

08/07/2025

CONTEÚDO:

QUADRO DE ÁREAS:

PRANCHA:

02/19

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PROPRIETÁRIO:

NOME: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

NOME: PMESP - CPI-10

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

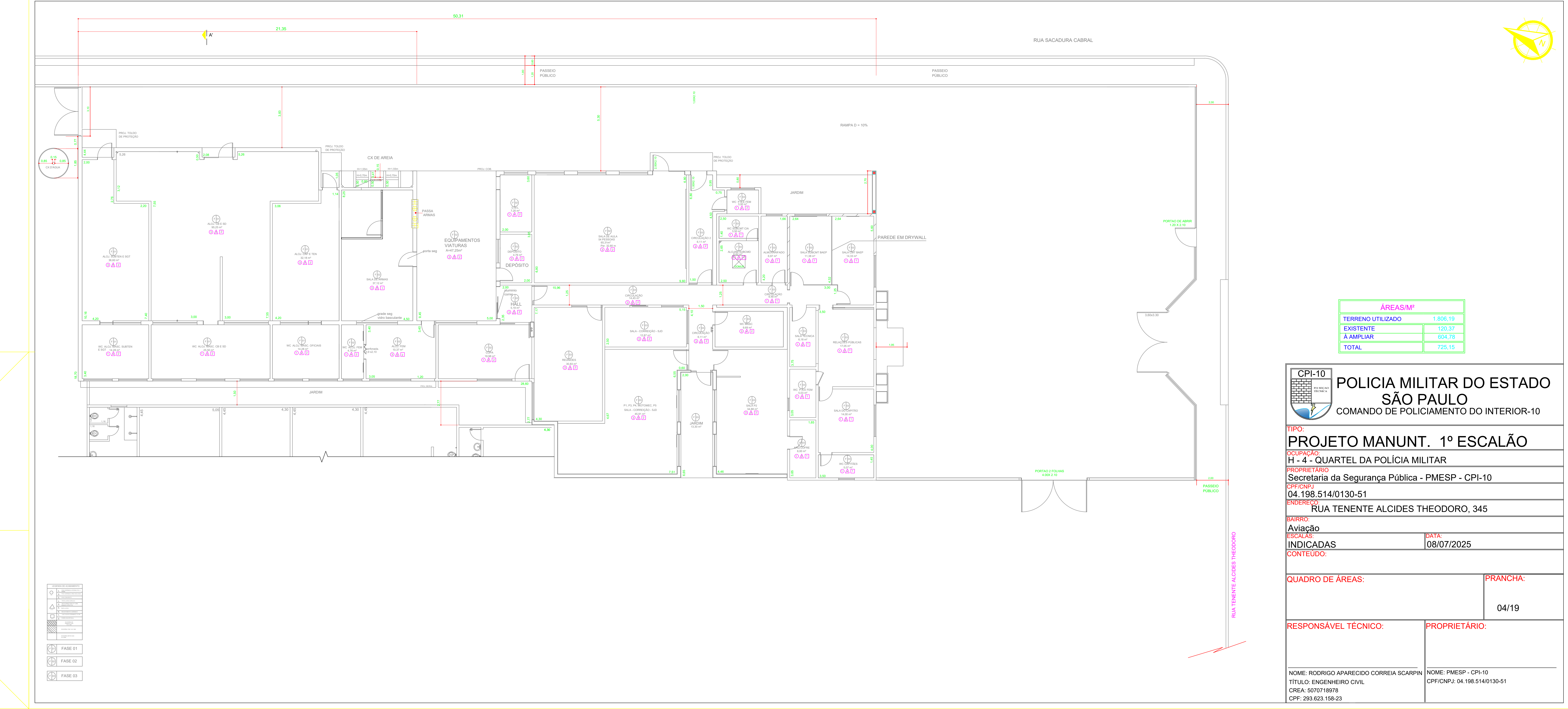
CREA: 5070718978

CPF: 293.623.158-23

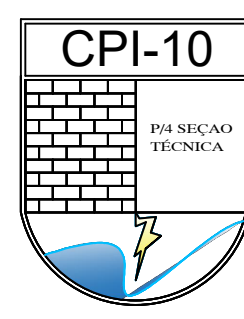
PLANTA BAIXA ÁREA DE DEMOLIÇÃO DE PISO

ESCALA 1:100

ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
À AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
À AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



POLICIA MILITAR DO ESTADO
SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO:
PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

Ocupação:
H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

Proprietário:
Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ:
04.198.514/0130-51

Endereço:
RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

Bairro:
Aviação

ESCALAS: INDICADAS	DATA: 08/07/2025
------------------------------	----------------------------

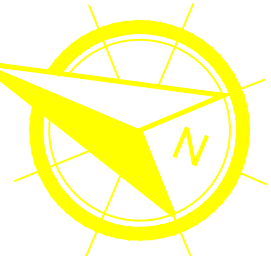
CONTEUDO:

QUADRO DE ÁREAS:	PRANCHA: 04/19
-------------------------	--------------------------

RESPONSÁVEL TÉCNICO: NOME: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL CREA: 5070718878 CPF: 293.623.158-23	PROPRIETÁRIO: NOME: PMESP - CPI-10 CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51
---	--

PLANTA BAIXA ÁREA DE PAREDE DRYWALL

ESCALA 1:100




**POLICIA MILITAR DO ESTADO
SÃO PAULO**
 COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

OCUPAÇÃO: H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

CPF/CNPJ
04.198.514/0130-51

SAIRRO:
Aviação

CONTEÚDO:

05/19

<p>NOME: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN</p> <p>TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL</p> <p>CREA: 5070718978</p> <p>CPF: 293.623.158-23</p>	<p>NOME: PMESP - CPI-10</p> <p>CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51</p>
---	---

ESCALA 1:100



TABELA 1 PLACA DIVISÓRIA CERÂMICO FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB. SE	WC AL. OF	TOTAL
PLAC m	1,22	1,22	1,22	
QTD	4	9	4	
PL MEN m	0,4	0,4	0,4	
AREA m²	13,608	30,618	13,608	57,834

TAB 3 PLACA DIV MICTÓRIO CERÂM FAS		
LOCAL	WC ADM BAEP	TOTAL
PLAC m	1,2	
QTD	2	
PL MEN m		
AREA m²	2,4	2,4

TOTAL DE PLACA CERÂMICO				
LOCAL	FASE 1	FASE 2	FASE 3	TOTAL
PLAC MAIOR	57,834	5,124	2,02	
PL MEN m	4,8	5,124	2,4	
AREA m²	62,634	10,248	4,42	77,302

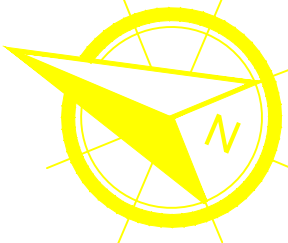
TABELA 1 PLACA DIVISÓRIA MICTÓRIO FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB. SE	WC AL. OF	TOTAL
PLAC m	0,4	0,4	0,4	
QTD	2	2	2	
PL MEN m	0,4	0,4	0,4	
AREA m²	1,6	1,6	1,6	4,8

TAB 2 PLACA DIV CERÂM FASE 02		
LOCAL	WC AL. FEM	TOTAL
PLAC m	1,22	
QTD	2	
PL MEN m	0	
AREA m²	5,124	5,124

TABELA 2 PLACA DIV MICT CERÂMICO F		
LOCAL	WC AL. FEM	TOTAL
PLAC m	1,22	
QTD	2	
PL MEN m	0	
AREA m²	5,124	5,124

TAB 3 PLACA DIVISÓRIA CERÂMICO FAS		
LOCAL	WC ADM BAEP	TOTAL
PLAC m	1,22	1,22
QTD	1	
PL MEN m	0,4	0
AREA m²	2,02	2,02

ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
À AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



POLICIA MILITAR DO ESTADO
SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO: PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

Ocupação: H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

Proprietário: Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

Endereço: RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

Bairro: Aviação

Escalas indicadas: 08/07/2025

Conteúdo:

QUADRO DE ÁREAS:	PRANCHA:
	06/19

RESPONSÁVEL TÉCNICO:	PROPRIETÁRIO:
NOME: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL CREA: 5070718978 CPF: 293.623.158-23	NOME: PMESP - CPI-10 CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

PLANTA BAIXA DIVISÓRIA DE BANHEIRO

ESCALA 1:100



PORTA TEMPERADO - FASE 01 TAB 01				
	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	1,00 X 2,1	1,80 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT				
ALOJ CB SD				
ALOJ OFIC				
AREA				
QTD	0	0	0	0
LARG	0	0	0	0

PORTA TEMPERADO- FASE 02 TAB 02						
PORTA	P01	P04	P05	P06	P07	
LOCAL	0,9 X 2,10	1,85X 2,10	1,90 X 2,10	1,30 X 2,10	1,5 X 1,00	TOTAL
ALCO FEM	7		7			
COPA						
EQ VTR						
MDL						
DEPÓSIT						
JARDIM INV				1		
SALA AULA		1				
SOMA UNID						
QTD	1	1	1			3
AREA	1,89	7,77	3,99	2,73		16,38
LARG	1,8	7,77	3,99			

PORTA VIDRO TEMP- FASE 03 TAB 03					
JANELA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,9 X 2,10	1,00 X 2,1	1,80 X 2,1	1,85X 2,10	TOTAL
SALA REUN					
P1 P3					
P2					
S/D					
WC PNE FEM					
CORR ENT		1			1
QTD		1			1
LARG		2,1			2,1
AREA		2,1			2,1

FASE 1	FASE 2	FASE 3	TOTAL
TOTAL	TOTAL	TOTAL	
0	16,38	2,1	
0	0	18,48	18,48

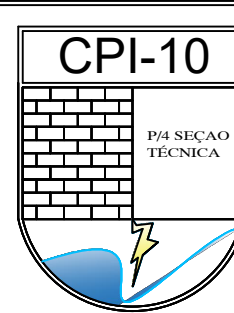
ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
À AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15

<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 0 auto; width: 80px;"> <div style="background-color: #0056b3; color: white; padding: 2px; font-weight: bold; text-align: center;">CPI-10</div>  <div style="font-size: 8px; text-align: center; margin-top: 5px;">ESTADO DE SÃO PAULO</div> </div>	<h1 style="margin: 0;">POLÍCIA MILITAR DO ESTADO SÃO PAULO</h1> <p style="margin: 0;">COMANDO DE POLÍCIAMENTO DO INTERIOR-10</p>
TIPO:	
<h2 style="margin: 0;">PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO</h2>	
Ocupação: H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR	
PROPRIETÁRIO Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10	
CPI/CNPJ 04.198.514/0130-51	
ENDEREÇO: RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345	
BARRIO:	
Aviação	
ESCALAS: INDICADAS	DATA: 08/07/2025
CONTEÚDO:	
QUADRO DE ÁREAS:	PRANCHA: <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">07/19</div>
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	PROPRIETÁRIO:
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> NOME: NUNO APARECIDO CORREIA SCARPIN TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL CREA: 5070718978 CPF: 293.623.158-23 </div> <div> NOME: PMESP - CPI-10 CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51 </div> </div>	

ESCALA 1:100



ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1 806,19
EXISTENTE	120,37
A AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



POLICIA MILITAR DO ESTADO

SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO:

PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

Ocupação:

H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

Proprietário:

Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ:

04.198.514/0130-51

Endereço:

RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

Bairro:

Aviação

Escalas:

INDICADAS

Indicadas:

08/07/2025

Conteúdo:

Quadro de Áreas:

PRANCHA:

Responsável Técnico:

PRANCHA:

Prancha:

08/19

Responsável Técnico:

PRANCHA:

Prancha:

08/19

Nome:

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Título:

ENGENHEIRO CIVIL

CREA:

5070718978

CPF:

293.623.158-23

Nome:

PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ:

04.198.514/0130-51

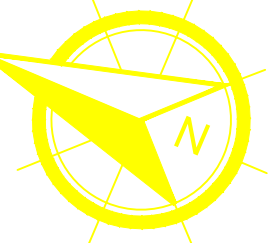
PLANTA BAIXA ÁREA REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

ESCALA 1:100



PLANTA BAIXA ÁREA DE PORTA EM ALUMÍNIO/ SOLEIRA

ESCALA 1:100

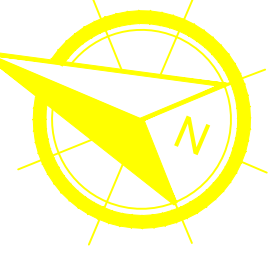


ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
À AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15


<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 0 auto; width: 80px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 60px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 40px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 20px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 5px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 2px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 1px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.5px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.2px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.1px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.05px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.02px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.01px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.00000000000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000000000002px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.000000000000000000000000001px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000000000005px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 0 auto; width: 0.0000000000000000000000000002px;"> </div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div>

PLANTA BAIXA ÁREA DE PORTA DE MADEIRA E VERNIZ

ESCALA 1:100



ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
À AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15

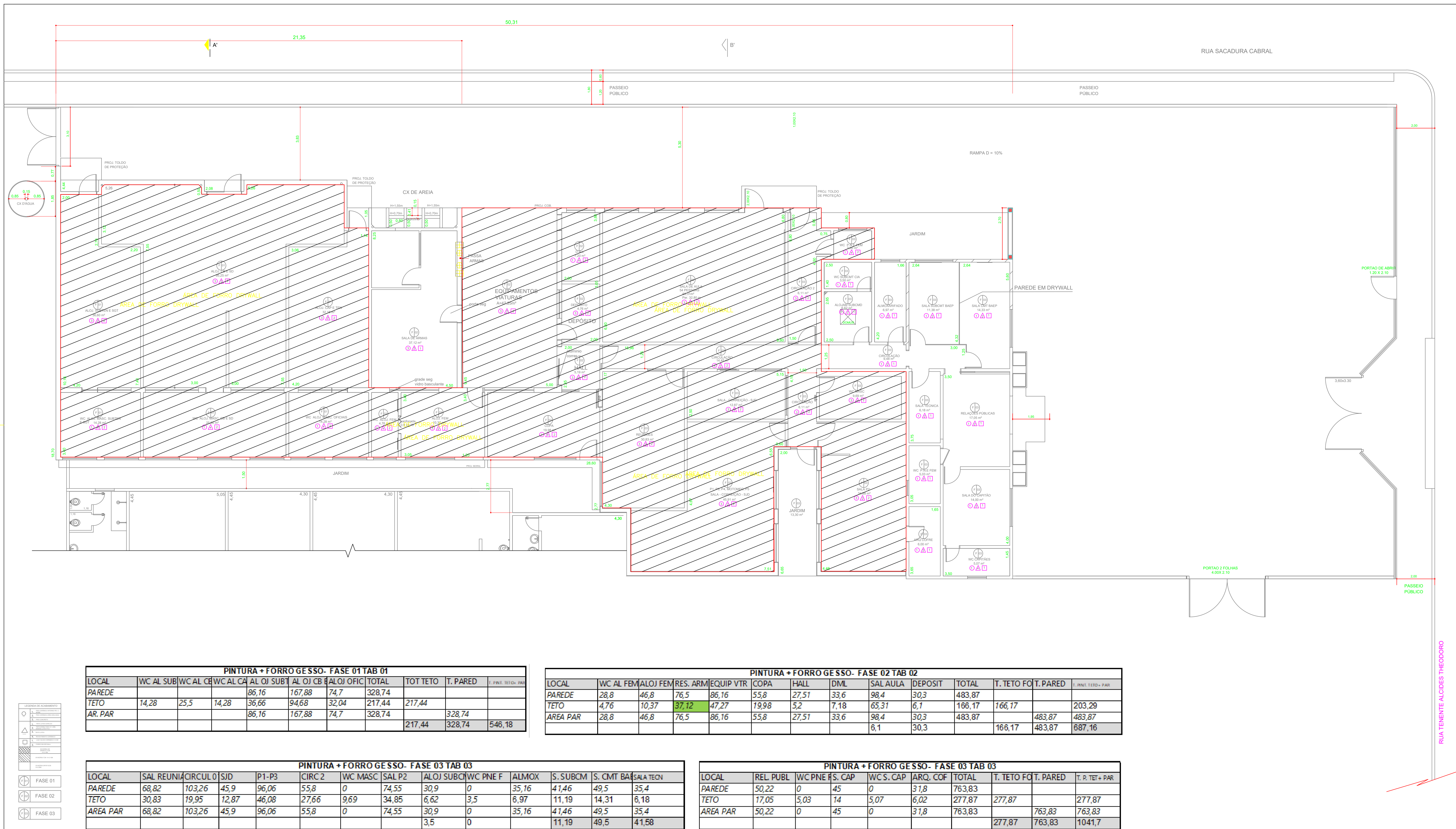
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 0 auto; width: 80px;"> CPI-10  <small>POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO</small> </div>	<h1 style="margin: 0;">POLÍCIA MILITAR DO ESTADO</h1> <h1 style="margin: 0;">SÃO PAULO</h1> <h2 style="margin: 0;">COMANDO DE POLÍCIAMENTO DO INTERIOR-10</h2>
TIPO: PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO	
Ocupação: H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR	
PROPRIETÁRIO Secretária da Segurança Pública - PMESP - CPI-10	
CPI/CNPJ 04.198.514/0130-51	
ENDEREÇO: RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345	
BAIRRO: Aviação	
INDICADAS	DATA: 08/07/2025
CONTEUDO:	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 65%;"> QUADRO DE ÁREAS: </div> <div style="width: 30%;"> PRANCHA: <div style="border: 1px solid black; padding: 10px; text-align: center; width: 100px; margin: 0 auto;">12/19</div> </div> </div>	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	PROPRIETÁRIO:
NOME: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL CREA: 50707/18978 CPF: 293.623.158-23	NOME: PMESP - CPI-10 CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

PETITORIL JANELA - FASE 01 TAB 01					
JANELA	J01	J03	J06	J10	
LOCAL	1,8 X 1,0	2,60 X 1,0	2,80 X 1,0	2,30 X 0,50	TOTAL
ALO/ SUBT	1				
ALO/ C8SD		2	4		
ALO/ OFIC	1				
WC ALO/ SUBT	2				
WC AL C8 SD	3				
WCALO/ OFIC	2				
QTD	7	2	2	4	11
LARG	12,6	5,2	5,6	9,2	32,6

PEITORIL JANELA - FASE 02 TAB 02							
JANELA	J01	J02	J03	J04	J05	J09	
LOCAL	1,8 X 1,0	1,20 X 1,00	2,60 X 1,00	2,50 X 1,00	1,5 X 1,00	1,65 X 1,00	TOTAL
ALOI FEM			1				
CORA			1	1			
EQ. VTR							
MDL					1		
DEPOSIT					1		
WC AL FEM		1					
SALA AULA	3						
SAL ARMAS	1					1	
QTD	4	1	2	1	2	1	11
LARG	7,2	1,2	5,2	2,5	3	1,65	20,75

PETIOTR JANELA - FASE 02 TAB 03						
JANELA	J05	J06	J07	J08		
LOCAL	1,5 X 1,00	2,00 X 1,0	2,10 X 1,0	2,30 X 1,00	TOTAL	TOT. GER
SALA REUN				1		
P1 P3		2				
P2		2				
SID	1		7			
WC PNE FIM	1					
QTD	2	4	1	1	0	8
LARG	3	8	2,1	2,3	15,4	68,75

PLANTA BAIXA ÁREA DE JANELA DE VIDRO E PEITORIL **ESCALA 1:100**



ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
A AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



POLICIA MILITAR DO ESTADO
SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO:
PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

OCUPAÇÃO:
H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

PROPRIETÁRIO:
Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ:
04.198.514/0130-51

ENDEREÇO:
RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

BAIRRO:
Aviação

ESCALAS:
INDICADAS

DATA:
08/07/2025

CONTEÚDO:

QUADRO DE ÁREAS:

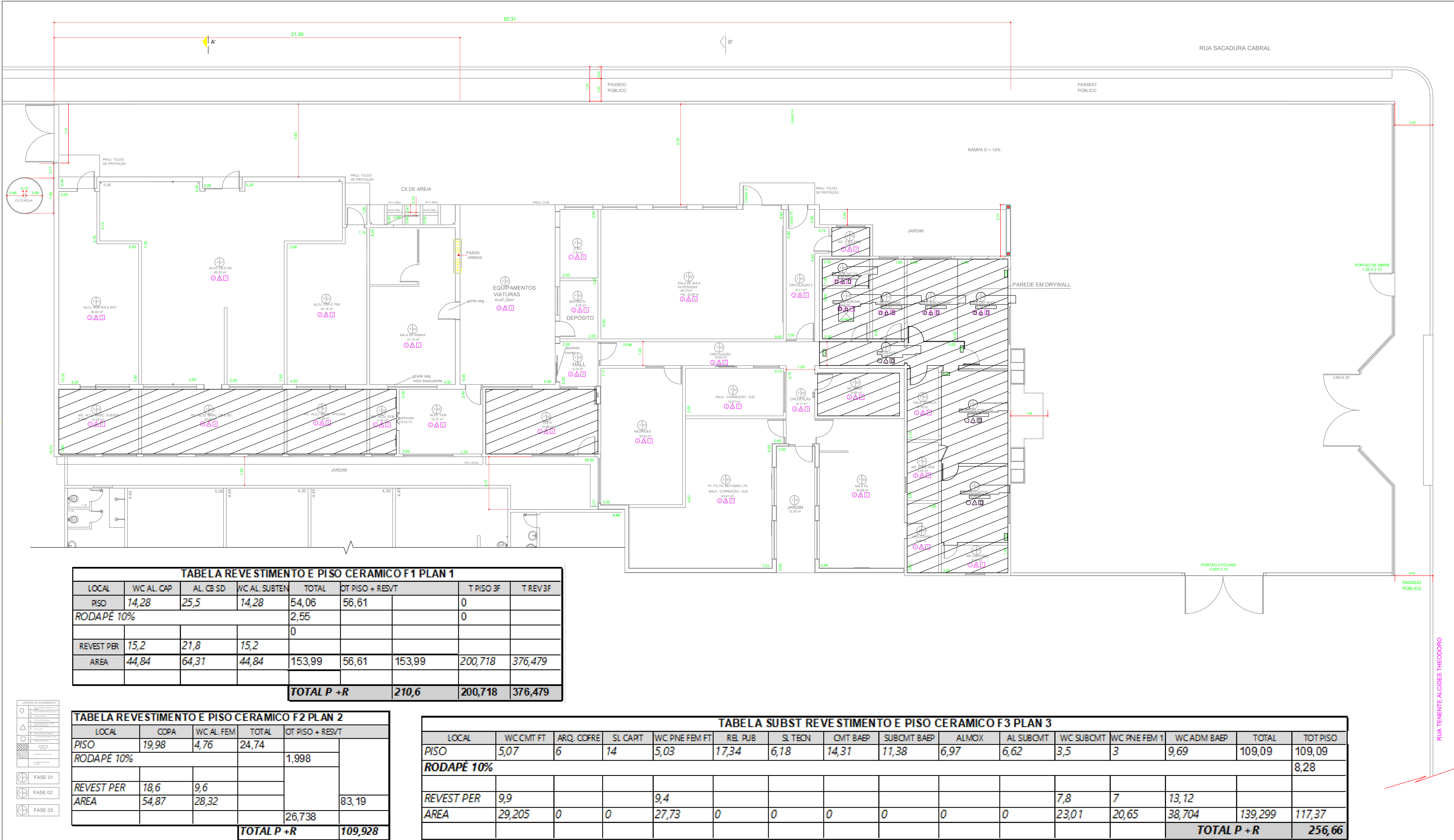
PRINCHA:
13/19

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
NOME: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN
TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 5070718978
CPF: 293.623.158-23

PROPRIETÁRIO:
NOME: PMESP - CPI-10
CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

PLANTA BAIXA ÁREA DE PINTURA E FORRO GESSO

ESCALA 1:100



ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
A AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



POLICIA MILITAR DO ESTADO

SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO: PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

Ocupação: H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

Proprietário: Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPI/CNPJ: 04.198.514/0130-51

Endereço: RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

Bairro: Aviação

Escalas: INDICADAS DATA: 08/07/2025

Conteúdo:

QUADRO DE ÁREAS:	PRANCHA:
	14/19

RESPONSÁVEL TÉCNICO: PROPRIETÁRIO:

NOME: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

CREA: 5070718878

CPF: 293.623.158-23

NOME: PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

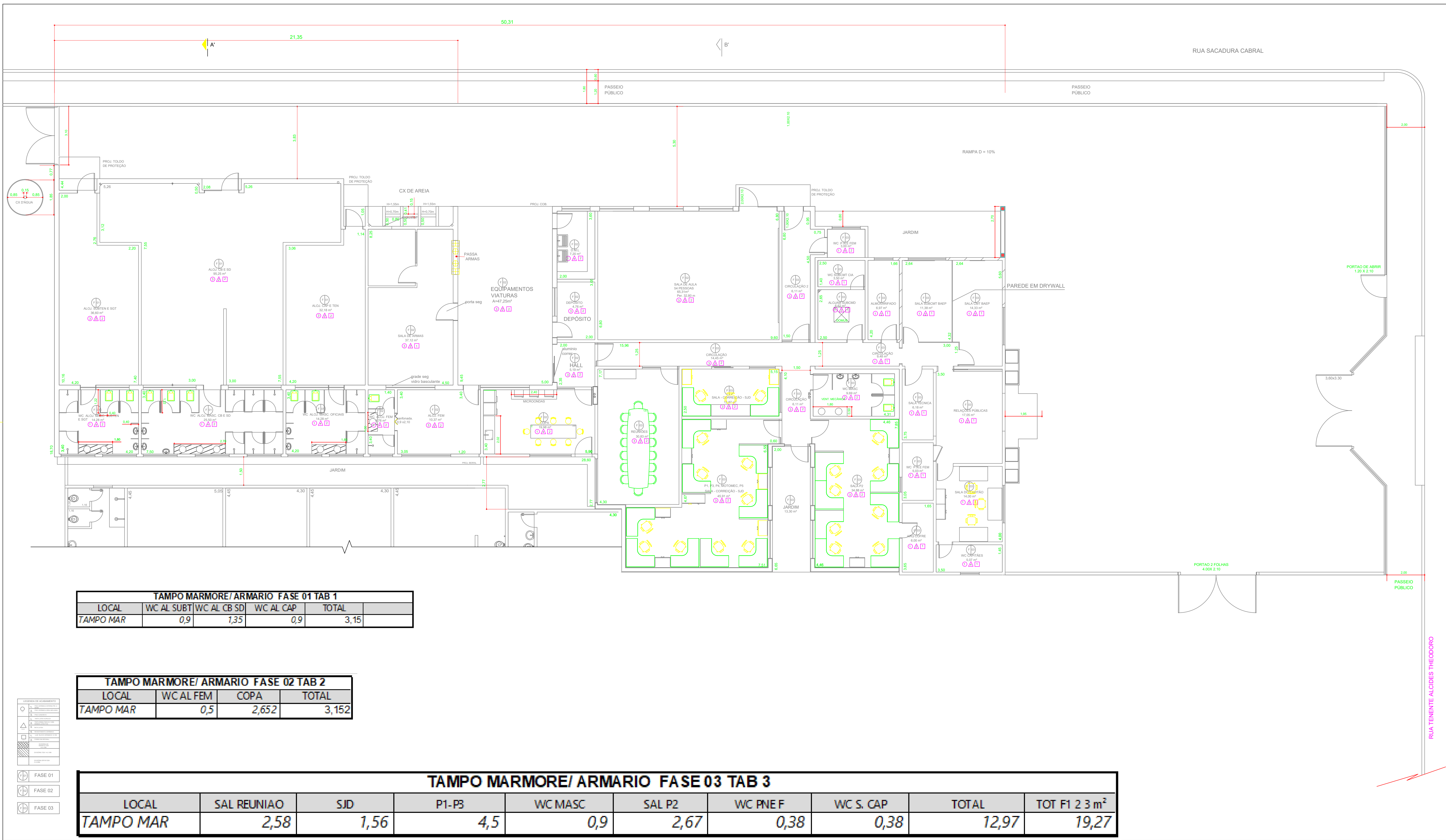
PLANTA BAIXA ÁREA DE PISO E REVESTIMENTO CERÂMICO

ESCALA 1:100

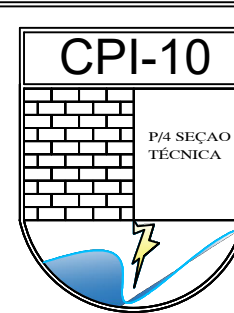


PLANTA BAIXA ÁREA DE SOLEIRA

ESCALA 1:100



ÁREAS/M²	
TERRENO UTILIZADO	1.806,19
EXISTENTE	120,37
A AMPLIAR	604,78
TOTAL	725,15



POLICIA MILITAR DO ESTADO

SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-10

TIPO:

PROJETO MANUNT. 1º ESCALÃO

Ocupação:

H - 4 - QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR

Proprietário:

Secretaria da Segurança Pública - PMESP - CPI-10

CPF/CNPJ:

04.198.514/0130-51

Endereço:

RUA TENENTE ALCIDES THEODORO, 345

Bairro:

Aviação

Escalas:

INDICADAS

Indicadas:

08/07/2025

Conteúdo:

Quadro de Áreas:

PRANCHA:

16/19

Responsável Técnico:

PROPRIETÁRIO:

Nome: RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Nome: PMESP - CPI-10

Título: ENGENHEIRO CIVIL

CPF/CNPJ: 04.198.514/0130-51

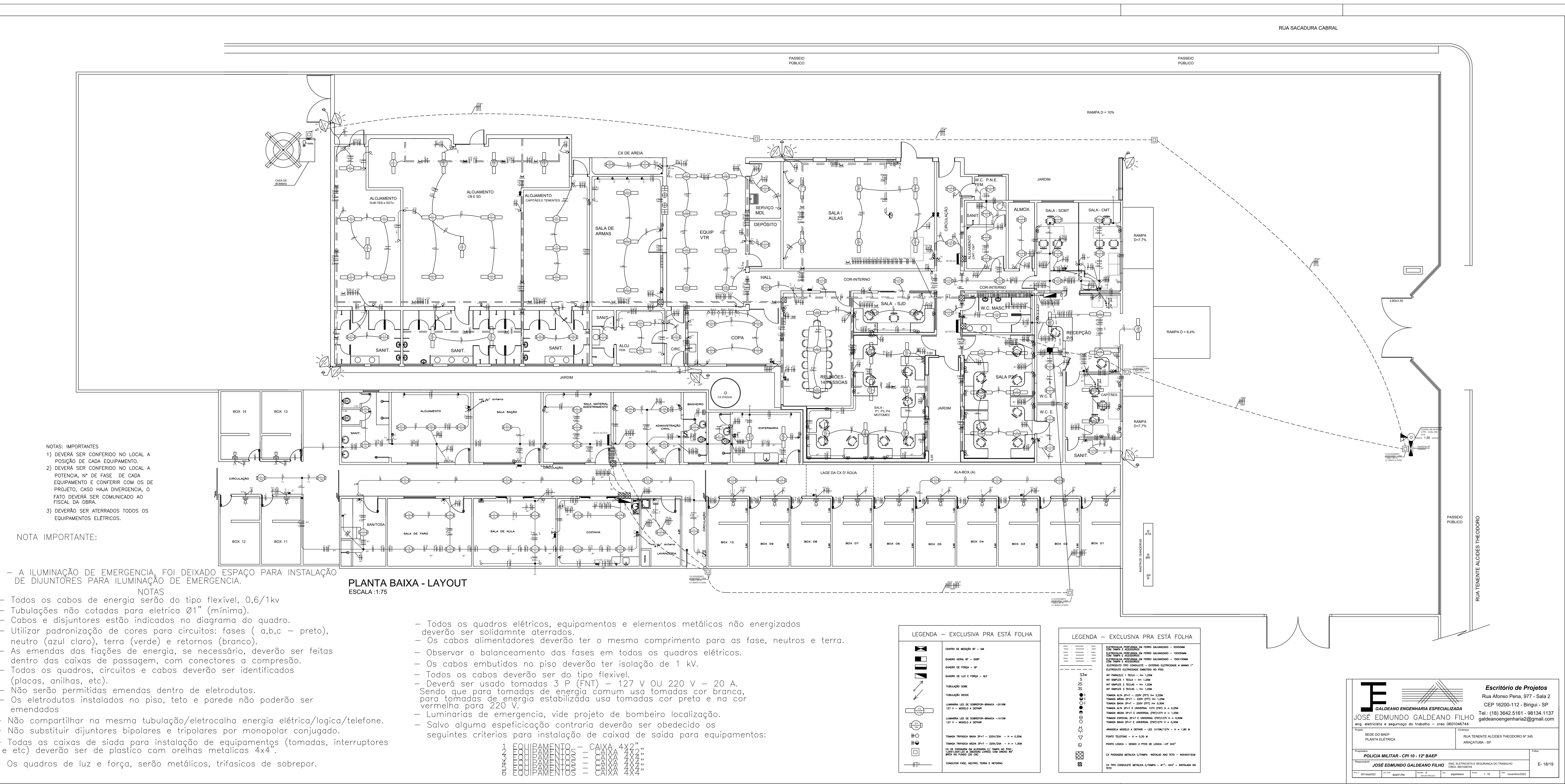
Crea: 5070718978

CPF: 293.623.158-23

PLANTA BAIXA ÁREA DE TAMPO DE MÁRMORE/ ARMÁRIO

ESCALA 1:100

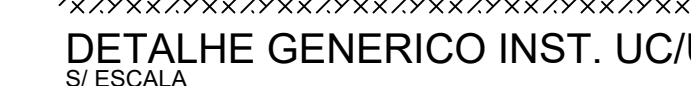




- A instaladora deve dimensionar a tubulação frigorígena, conforme o fabricante do equipamento, em função da distância dos condensadores.
- A instaladora deverá verificar no local a melhor posição para fixação da condensadora. Todos os suportes são de escopo da instaladora.
- A instaladora deverá checar também a melhor posição para o encaminamento do dreno junto com a fiscalização da obra, caso necessário deverá ser instalado bomba de drenagem.

- 1) DEVERÁ SER CONFERIDO NO LOCAL A POSIÇÃO DE CADA EQUIPAMENTO.
- 2) DEVERÁ SER CONFERIDO NO LOCAL A POTENCIA, N° DE FASE DE CADA EQUIPAMENTO E CONFERIR COM OS DE PROJETO, CASO HAJA DIVERGENCIA, O FATO DEVERÁ SER COMUNICADO AO FISCAL DA OBRA.
- 3) DEVERÃO SER ATERRADOS TODOS OS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.

- A ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA, FOI DEIXADO ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE DIJUNTORES PARA ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA.





















- Todos os cabos de energia serão do tipo flexível, 0,6/1kv
- Tubulações não cotadas para elétrica Ø1" (mínima).
- Cabos e disjuntores estão indicados no diagrama do quadro.
- Utilizar padronização de cores para circuitos: fases (a,b,c – preto), neutro (azul claro), terra (verde) e retornos (branco).
- As emendas das fiações de energia, se necessário, deverão ser feitas dentro das caixas de passagem, com conectores a compressão.
- Todos os quadros, circuitos e cabos deverão ser identificados (placas, anilhas, etc).
- Não serão permitidas emendas dentro de eletrodutos.
- Os eletrodutos instalados no piso, teto e parede não poderão ser emendados
- Não compartilhar na mesma tubulação/eletrocalha energia elétrica/logica/telefone.
- Não substituir disjuntores bipolares e tripolares por monopolar conjugado.
- Todas as caixas de saída para instalação de equipamentos (tomadas, interruptores e etc) deverão ser de plástico com orifícios metálicos 4x4".
- Os quadros de luz e força, serão metálicos, trifásicos de sobrepôr.





















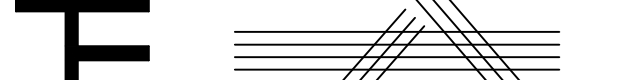
- Todos os quadros elétricos, equipamentos e elementos metálicos não energizados deverão ser solidamente aterrados.
- Os cabos alimentadores deverão ter o mesmo comprimento para as fases, neutros e terra.
- Observar o balanceamento das fases em todos os quadros elétricos.
- Os cabos embutidos no piso deverão ter isolamento de 1 kV.
- Todos os cabos deverão ser do tipo flexível.
- Deverá ser usado tomadas 3 P (FNT) – 127 V OU 220 V – 20 A. Sendo que para tomadas de energia comum usa tomadas cor branca, para tomadas de energia estabilizada usa tomadas cor preta e na cor vermelha para 220 V.
- Luminárias de emergência, vide projeto de bombeiro localização.
- Salvo alguma especificação contrária deverão ser obedecido os seguintes critérios para instalação de caixa de saída para equipamentos:

- | | | | |
|---|--------------|---|------------|
| 1 | EQUIPAMENTO | - | CAIXA 4X2" |
| 2 | EQUIPAMENTOS | - | CAIXA 4X2" |
| 3 | EQUIPAMENTOS | - | CAIXA 4X4" |
| 4 | EQUIPAMENTOS | - | CAIXA 4X4" |
| 5 | EQUIPAMENTOS | - | CAIXA 4X4" |
| 6 | EQUIPAMENTOS | - | CAIXA 4X4" |

LEGENDA - EXCLUSIVA PRA ESTA FOLHA

 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000
 **EXCLUSIVA PARA O PAZ** - 1000000 - 1000000

 <p>GALDEANO ENGENHARIA ESPECIALIZADA</p> <p>JOSÉ EDMUNDO GALDEANO FILHO</p> <p>eng. eletricitista e segurança do trabalho – cressc046744</p>		<p align="center">Escritório de Projetos</p> <p>Rua Afonso Pena, 977, 1225 - Sala 2 Cep 16200-112 - Birigui - SP</p> <p>Tel.: (16) 3642-5161 - 363434, 1137 galdeanosenharia@gmail.com</p>	
<p>Filial:</p> <p>SEDE DO BAEF PLANTA ELÉTRICA - AR CONDICIONADO E CHUVEIROS</p>		<p>Rua:</p> <p>AVENIDA ALDÉS THEODORO Nº 345 ARACATUBA - SP</p>	
<p>Proposta nº:</p> <p>POLÍCIA MILITAR - CP 10 - 12º BAPE</p>		<p>Finalidade:</p> <p>END. ELÉTRICISTA E SEGURANÇA DO TRABALHO</p>	
<p>Assinatura:</p> <p>JOSÉ EDMUNDO GALDEANO FILHO</p>		<p>Assinatura:</p> <p>_____</p>	
<p>Data:</p> <p>01/06/2022</p>	<p>Assinatura:</p> <p>_____</p>	<p>Quantidade:</p> <p>1</p>	<p>Data:</p> <p>novembro/2022</p>



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
28027230231925721

1. Responsável Técnico

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Título Profissional: **Engenheiro Civil**

Empresa Contratada:

RNP: **2619523508**

Registro: **5070718978-SP**

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: **POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Endereço: **Rua CAPITÃO ALBERTO MENDES JÚNIOR**

Complemento:

Cidade: **Araçatuba**

Contrato:

Valor: **R\$ 0,01**

Ação Institucional:

Celebrado em: **04/12/2023**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Bairro: **AVIAÇÃO**

UF: **SP**

Vinculada à Art nº:

CPF/CNPJ: **04.198.514/0130-51**

Nº: **238**

CEP: **16055-535**

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Rua CAPITÃO ALBERTO MENDES JÚNIOR**

Complemento:

Cidade: **Araçatuba**

Data de Início: **04/12/2023**

Previsão de Término: **29/02/2024**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**

Proprietário: **12º Batalhão de Ações Especiais-BAEP**

Nº: **238**

Bairro: **AVIAÇÃO**

UF: **SP**

CEP: **16055-535**

Código:

CPF/CNPJ: **04.198.514/0130-51**

4. Atividade Técnica

Elaboração

1 Projeto de reforma de edificação de alvenaria 697,00000 metro quadrado

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART REFERE-SE A ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO INSTALAÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, PISO CERÂMICO, INSTALAÇÃO DE FORRO GESSO DRYWALL, PINTURA PAREDES INTERNAS E EXTERNAS, INSTALAÇÕES DE PORTAS E BATENTES, IDENTIFICAÇÃO VISUAL, INSTALAÇÃO DE PISO INTERTRAVADO ESTACIONAMENTO EXTERNO.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

Nenhuma

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN - CPF: 293.623.158-23

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - CPF/CNPJ:
04.198.514/0130-51

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
Tel: 0800 017 18 11
E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima



Valor ART R\$ 96,62

Registrada em: 11/12/2023

Valor Pago R\$ 96,62

Nosso Número: 28027230231925721

Versão do sistema

Impresso em: 11/12/2023 08:50:21

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2 – CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3 – DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

3.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário. Serão dois módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

MÓDULO 1 – AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência.

Itens a serem observados:

1. Substituição de profissional por outro sem a comunicação prévia e a aceitação formal por parte da contratante, bem como sem a devida comprovação da qualificação técnica exigida conforme previsto no edital, o que pode comprometer a qualidade dos serviços.
2. Ausência ou substituição do preposto durante o período de execução contratual sem a comunicação prévia e a aceitação formal por parte da contratante, além da falta de comprovação da qualificação técnica conforme especificado no edital, o que pode afetar o andamento adequado do projeto.
3. Falta de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos profissionais envolvidos, o que pode gerar riscos legais e financeiros para o projeto.
4. Ausência de comprovação de regularidade dos profissionais junto aos respectivos conselhos de classe, o que é essencial para garantir que os profissionais atuem dentro das normas e regulamentações vigentes.
5. Falta de itens de equipamento de proteção individual (EPI), quando aplicável, o que pode colocar em risco a segurança dos trabalhadores e comprometer o cumprimento das normas de segurança do trabalho.

Observação: A comunicação do fiscal poderá ser realizada mediante correspondência eletrônica, garantindo a agilidade e eficiência no processo de comunicação. Os registros das ocorrências serão realizados de forma individual, ou seja, cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência específica.

MÓDULO 2 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará minuciosamente a ocorrência. Além disso, todas as ocorrências devem ser registradas de maneira precisa e detalhada, assegurando que todas as informações relevantes sejam incluídas e permitindo uma análise completa e transparente dos eventos relatados.

Itens a serem observados:

1. Descumprimento do cronograma de execução das etapas do projeto, incluindo atrasos injustificados e falta de justificativa formal.
2. Desconformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, o que compromete a integridade e a conformidade do projeto.
3. Falta de qualidade técnica dos projetos e serviços apresentados, que deve ser aferida conforme as especificações e normas técnicas vigentes.
4. Inobservância de normas técnicas, legislações e demais critérios pertinentes à execução dos projetos e serviços, colocando em risco a conformidade legal e a segurança.
5. Ausência de precisão e detalhamentos suficientes nas documentações técnicas apresentadas, dificultando a correta execução e fiscalização dos serviços.
6. Atendimento inadequado ou atraso no atendimento às solicitações da contratante, impactando negativamente o andamento e a eficiência do projeto.
7. Não atendimento dos prazos estabelecidos pela contratante, comprometendo o cronograma geral do projeto.
8. Não realização de vistorias presenciais necessárias à execução dos projetos e serviços, ou realizá-las por profissional não qualificado e não autorizado pela contratante, prejudicando a fiscalização adequada.
9. Não realizar correções de inconformidades apontadas pela contratante, o que pode resultar em falhas na execução e não conformidade com os requisitos do projeto.
10. Apresentação de assinaturas, anotações e registros de responsabilidade técnica por profissional divergente do que de fato elaborou os projetos ou executou os serviços, comprometendo a responsabilidade técnica e a rastreabilidade.
11. Ineficiência na comunicação e no relacionamento com a contratante e demais partes envolvidas, afetando negativamente a coordenação e a execução harmoniosa do projeto.

Observação: A comunicação do fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

3.2. Cada módulo, devido a sua importância, terá pesos diferenciados, conforme tabela abaixo:

MÓDULOS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	10	150
2	20	200
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		350

Itens a serem observados:

4 – CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas durante a execução do contrato e considerando os pesos atribuídos a cada módulo, a pontuação mensal da contratada será calculada utilizando a seguinte fórmula:

Pontuação mensal = $350 - (\text{"nº de Ocorrências do Módulo 1"} \times 10) - (\text{"nº de Ocorrências do Módulo 2"} \times 20)$.

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios quando a pontuação mensal obtida for inferior a 290 pontos.

4.3. O primeiro mês de vigência do contrato será utilizado apenas para notificações, permitindo à contratada ajustar e aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados sem penalizações.

4.4. A contratada terá a oportunidade de apresentar justificativas para os casos em que a prestação dos serviços fique abaixo do nível de satisfação exigido. Essas justificativas poderão ser aceitas pela CONTRATANTE, desde que a contratada comprove a excepcionalidade da ocorrência, demonstrando que os fatores responsáveis foram totalmente imprevisíveis e fora de seu controle.

4.5. Adicionalmente, a contratada deverá manter registros detalhados de todas as ocorrências e das respectivas justificativas apresentadas, assegurando a transparência e a rastreabilidade das ações corretivas adotadas.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância, conforme a pontuação obtida:

- Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto
- 350 a 310 pontos	0% de desconto
- 290 a 309 pontos	5% de desconto
- Abaixo de 290 pontos	10% de desconto

5.2. Haverá a possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

5.2.1. Aplicação de desconto de 10% por mais de três (3) vezes durante a vigência inicial do Contrato, ou nos últimos doze (12) meses, caso haja prorrogação;

5.2.2. Obtenção de pontuação abaixo de 250 pontos.

6 – FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

MÓDULO 1 – AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

MÓDULO 2 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

NOTA FINAL	
Período de Aferição	
Pontuação Final	Pontuação mensal = 350 - "nº de Ocorrências do Módulo 1" x 10 - "nº de Ocorrências do Módulo 2" x 20
Observações:	

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre _____ e _____, CNPJ nº _____, sendo parte integrante do contrato decorrente do _____ nº ____/20____, celebrado para a _____. Este instrumento visa estabelecer de maneira clara as obrigações e expectativas de cada parte envolvida.

7.2. Além disso, o objetivo deste instrumento é clarificar e solidificar o acordo pactuado entre as partes, promovendo uma colaboração estreita no provimento de serviços de alta qualidade e eficiência. Busca-se garantir que todas as ações sejam direcionadas ao benefício do interesse público, assegurando que os serviços prestados estejam em conformidade com os padrões acordados e expectativas estabelecidas.

7.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram detalhadamente e concordam que ele atende às suas necessidades. O documento apresenta objetivos que são realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços, garantindo assim uma clara compreensão das metas a serem alcançadas e os critérios de avaliação a serem utilizados.

São Paulo, ____ de _____ de 20____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Gabinete do Secretário
Núcleo Técnico de Engenharia

MEMORIAL DE COORDENAÇÃO

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

1.1. Projeto presente memorial tem o objetivo de coordenar os aspectos de gestão e fiscalização do objeto, deve ser detalhadamente analisado em todas as suas peças, ficando claro que os sistemas ou elementos apontados em quaisquer das peças devem ser considerados como se estivessem estabelecidos em todas, e os que não forem relatados entender-se-ão conforme ABNT ou NBR respectivas.

2. DO FLUXO DO OBJETO A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO:

2.1. Reunião de Coordenação:

2.1.1. Antes da emissão da Ordem de Início de Serviço (OIS) será realizada uma Reunião Técnica, devidamente registrada em ata específica, assinada por todos os envolvidos, na sede da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, situado na Rua Líbero Badaró, nº 39, Centro, São Paulo/SP, para a apresentação dos representantes da Contratante aos representantes técnicos da CONTRATADA, os principais aspectos e critérios que deverão ser adotados na análise de cada etapa da obra, abordando:

2.1.1.1. Definição dos serviços a serem elaborados;

2.1.1.2. Discussão sobre as diretrizes dos serviços;

2.1.1.3. Especificação dos padrões de qualidade a ser aplicado aos serviços;

- 2.1.1.4.** Fixação dos prazos parciais e finais para entrega dos serviços;
- 2.1.1.5.** Pontos críticos de cada serviço e possíveis soluções;
- 2.1.1.6.** Características e peculiaridades do local e dos usuários envolvidos;
- 2.1.1.7.** Definição dos técnicos responsáveis pelos serviços e vistoria in loco;
- 2.1.1.8.** Definição dos critérios de medição e pagamento.

2.2. Vistoria:

2.2.1. A CONTRATADA deverá, antes do início da obra e através dos seus responsáveis técnicos, vistoriar os locais de intervenção, a fim de conhecer suas condições físicas, peculiaridades e quantidades envolvidas;

2.2.2. Os gastos com transporte e estadia (hospedagem e alimentação) deverão ser incluídos nas despesas indiretas da Contratada licitante.

2.3. Planejamento da obra:

2.3.1. A CONTRATADA deverá definir o Planejamento da Obra que terá vínculo com os projetos e nas suas etapas de desenvolvimento, objeto do certame da licitação. Este deverá ser desenvolvido com programas para Gestão e Planejamento, tais como Microsoft Project, Primavera ou outro que salve na extensão “*.MPP”, para a representação das etapas de execução da obra.

2.3.2. O Planejamento da Obra deverá estar diretamente relacionado com tempo e método executivo, desta forma, os projetos devem permitir a elaboração do planejamento de execução de obra, além de permitir a simulação de cenários de execução. Devendo incluir as entidades (elementos, componentes e objetos) para o Modelo do Canteiro e Equipamentos e instalações necessárias à execução da obra, uma vez que só os projetos destas disciplinas não trazem todas as informações.

2.3.3. Os quantitativos (sistemas, serviços, elementos, componentes, equipamentos, objetos, entre outros) necessários à execução dos serviços devem ser previstos na estruturação do Planejamento.

2.3.4. O Planejamento da Obra deverá ser composto de no mínimo:

2.3.4.1. Sistemas, elementos e objetos que compõem o projeto;

2.3.4.2. Sequência lógica que represente a realidade de execução, permitindo comparar o planejado com o executado;

2.3.4.3. Apresentar o planejamento em Linhas de Balanço;

2.3.4.4. Análise das atividades a serem executadas, gráfico de Gantt, análise de caminho crítico, tendo por base a rede CPM (Critical Path Method);

2.3.4.5. Alocação de recursos (materiais, equipamentos e pessoal) para atendimento ao cronograma planejado;

2.3.4.6. Definição das produtividades dos serviços;

2.3.4.7. Cronogramas de utilização dos materiais;

2.3.4.8. Equipamentos;

2.3.4.9. Pessoal.

2.3.5. Antes da atribuição dos recursos às tarefas, deverá ser realizado um estudo de cada tarefa a ser executada, de forma a facilitar a definição dos recursos necessários à sua total conclusão. Esse estudo deverá ser realizado com base nas composições de custos dos serviços utilizados na formação do orçamento.

2.3.6. O Planejamento da Obra deverá refletir corretamente as fases de execução real da obra. Para este fim, o planejamento deve ser desenvolvido de forma realista, com o objetivo de permitir o melhor acompanhamento e fiscalização da execução da obra.

2.3.7. A determinação dos métodos de trabalho e a ordem das operações deverão ser tal que resultem no traçado da rede em que sejam determinadas as relações de precedência lógica na sequência executiva das operações, de forma que não permita erros ou enganos.

2.3.8. O Planejamento da Obra deverá estar vinculado ao projeto para fins de controle de execução da construção. Assim, este deverá possibilitar ao CONTRATANTE o uso da informação para realização de medições que representem a realidade executada, ou seja, comparar o planejado com o executado.

2.3.9. O Planejamento da Obra deverá estar vinculado ao orçamento apresentado, ou seja, considerar os insumos (materiais e componentes), a mão de obra e os equipamentos e seus respectivos rendimentos para determinação dos recursos necessários (ajustando-se tarefas com recursos sub ou superalocados) para determinar o prazo de execução de cada tarefa (serviço) e consequentemente de toda a obra.

2.3.10. Deverão ser analisados os volumes de recursos (material e mão de obra) necessários para a execução da obra, conforme a programação prevista, com o objetivo de verificar e validar a aplicação de tais recursos.

2.3.11. O arquivo completo deverá ser vinculado ao cronograma de execução do projeto em formato digital, possibilitando a avaliação de cronograma de execução.

2.3.12. A Contratada deverá junto com seu corpo técnico de engenharia, nos casos de obra nova, ampliação ou reforma, antes do início da obra, estudar e analisar: contrato, projetos, memorial descritivo, cronograma, orçamento, especificações e demais documentos técnicos referentes à obra, bem como consultar essa documentação sempre que necessário, visando o bom acompanhamento e supervisão dos trabalhos;

2.3.13. Após análise do contrato, projetos, memorial descritivo, cronograma, orçamento, especificações e demais documentos técnicos referentes à obra, a Contratada poderá sugerir a FISCALIZAÇÃO alterações, adequações, substituição de materiais, de forma a garantir qualidade, rapidez, segurança e economia à obra;

2.3.14. A Contrata junto com seu corpo técnico de engenharia deverá efetuar vistorias ao longo da execução das obras e serviços, mantendo atenção para os seguintes aspectos e/ou etapas construtivas:

2.3.14.1. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá inspecionar a montagem do canteiro de obra, com vistas à segurança do trabalho, arrumação, meios disponíveis para apoio à fiscalização da obra (escritório), guarda e armazenamento de materiais de forma correta, dentro da especificação de cada produto e demais aspectos relacionados à NR-18;

2.3.14.2. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá impugnar materiais e/ou serviços que tenham sido, ou viriam a ser, empregados e/ou executados em não conformidade com as exigências do projeto e respectivo memorial descritivo da obra, da normalização técnica nacional ou dos padrões da boa técnica; se preciso, determinar a demolição e nova execução dos serviços impugnados;

2.3.14.3. O corpo técnico de engenharia da Contratada, poderá solicitar ensaios de controle tecnológico de materiais e componentes, a serem empregados na obra, às expensas desta, conforme previsão contratual;

2.3.14.4. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá alertar, sempre que pertinente, a necessidade de efetuar alterações nos orçamentos, projetos e cronogramas e indicar as soluções dos problemas, relativos à interpretação de projetos e especificações;

2.3.14.5. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá garantir que esta observe rigorosamente, os prazos estabelecidos contratualmente, alertando para a necessidade de aumento da mão de obra e equipamentos, entre outros, quando for preciso;

2.3.14.6. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá elaborar um cronograma de permanência de mão-de-obra, a cada etapa construtiva para auxiliar na fiscalização do item anterior;

2.3.14.7. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá preencher os documentos voltados à formalização das vistorias (Livro de Ocorrências);

2.3.14.8. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá caso necessário, advertir sobre eventuais falhas que estejam ocorrendo, determinando providências técnico administrativas, no sentido de evitar atrasos nos prazos previstos e prejuízos da qualidade dos serviços.

2.3.14.9. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá utilizar documentos padronizados para efetuar comunicações a respeito da qualidade, prazos, custos, medições, alterações de serviços e outras informações consideradas relevantes;

2.3.15. Vale frisar que, qualquer decisão referente à alteração do tipo de serviço, projetos e cronograma inicialmente previstos para a execução das obras, deverá ser discutida obrigatoriamente com a fiscalização, cabendo a esta a respectiva aprovação;

2.3.16. As informações constantes nos documentos expedidos pelo O corpo técnico de engenharia da Contratada, estão voltadas não somente ao acompanhamento, controle e supervisão das obras e serviços, mas também à criação de subsídios à realimentação de informações em diversas áreas, destacando se a área de Projetos, para aperfeiçoamento e eventual padronização de projetos futuros e ao Cadastro de Obras e Ações do Governo (COAG) do estado de São Paulo;

2.3.17. Para a obtenção de um desempenho satisfatório de suas funções e total integração com a FISCALIZAÇÃO, é fundamental que o corpo técnico de engenharia da Contratada tenha pleno conhecimento do projeto.

2.4. Pasta da Obra:

2.4.1. Após a contratação das obras, será montada a “pasta da obra”, com documentos fornecidos pela FISCALIZAÇÃO e também produzidos ao longo do tempo pelo corpo técnico de engenharia da Contratada, dentre eles:

2.4.2. Orçamento do projeto básico e da licitação;

2.4.3. Relatórios de Vistorias emitidos pela seção técnica da FISCALIZAÇÃO, nas etapas preliminares do projeto e documentos legais relativos à regularização da edificação;

2.4.4. Memorial descritivo dos projetos executivos;

2.4.5. Projetos executivos e versões atualizadas;

2.4.6. Contrato;

2.4.7. Cronogramas de permanência de mão-de-obra;

2.4.8. Cronograma para Execução de Obras e Serviços;

2.4.9. Qualquer outro documento que se fizer necessário ao Gerenciamento.

3. ALINHAMENTOS FINAIS:

3.1. O controle tecnológico da obra consiste na execução de ensaios tecnológicos em materiais, componentes e serviços, análise e tratamento estatístico de seus resultados;

3.2. Durante a execução da obra o corpo técnico de engenharia da Contratada deve fazer uma análise qualitativa dos materiais e/ou serviços, para verificação da conformidade dos mesmos com as respectivas especificações;

3.3. Para uma orientação de como avaliar os materiais/serviços, bem como quais normas servirão de parâmetro, o corpo técnico de engenharia da Contratada deve seguir as especificações dos projetos e normas técnicas;

3.4. A execução desses ensaios é de responsabilidade da construtora, e às expensas desta, conforme condição contratual;

3.5. Os ensaios em materiais e componentes construtivos, deverão ser realizados segundo normas ABNT, INMETRO, normas estrangeiras e/ou normas devidamente reconhecidas no meio técnico;

3.6. O corpo técnico de engenharia da Contratada deverá fornecer informações diárias referentes à:

3.6.1. Evolução da obra: considera dados quanto à evolução física no período, elaborada de comum acordo com a Construtora e, sempre que possível, confrontando com o previsto contratual ou formalmente programado;

3.6.2. Principais pendências: Listagem sucinta da situação dos eventos e prazos, principalmente os não cumpridos ou com perspectiva de não cumprimento, com discriminação da causa, tendência de evolução e análise de seu impacto em relação ao prazo, qualidade e valor do contrato;

3.6.3. Recursos utilizados: Informação dos recursos, equipamentos e metodologias utilizadas na obra, sua adequação ao projeto e seu impacto em relação ao prazo, qualidade e valor do contrato;

3.6.4. As informações serão registradas e processadas pelo corpo técnico de engenharia da Contratada, emitindo os relatórios gerenciais de acompanhamento das obras.

ANDRÉ LUIZ MORAIS DE LIMA

Cabo PM – Assessor Policial-Militar - Núcleo Técnico de Engenharia da SSP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº SSP-002/SAEA/2025

Objetivo: com observância aos requisitos estabelecidos no “Manual do Sistema ETP Digital”, disponível no Portal de Compras do Estado, este instrumento, que constitui a primeira etapa do planejamento, tem por objetivo caracterizar o interesse público envolvido, evidenciar o problema a ser resolvido e verificar a melhor solução para satisfazê-lo, oferecendo subsídios necessários à elaboração e consolidação do Termo de Referência, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica, à contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEP), conforme parágrafo 1º, do artigo 18, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023¹.

¹ Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares - ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE:	3
2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:	4
3. CONDIÇÕES GERAIS:	4
4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:	4
5. ÁREA REQUISITANTE:	6
6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:	6
7. LEVANTAMENTO DO MERCADO:	21
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:	22
9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:	23
10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:	23
11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:	23
12. IDENTIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:	25
13. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:	25
14. RESULTADOS PRETENDIDOS:	25
15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:	26
12. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:	27
17. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:	28
18. ANEXOS:	28

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE:

1.1. Unidade Demandante:

1.1.1. Subsecretaria de Gestão Corporativa (SGC), da Secretaria da Segurança Pública (SSP), utilizando-se do artigo 2º, da Resolução SSP nº 59, de 18 de outubro de 2024², combinado com a Portaria nº ATG-002, de 17 e fevereiro de 2025³, a fim de atender as necessidades do Comando de Policiamento do Interior Dez (CPI-10), da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

1.2. Titular da Unidade:

1.2.1. Rafael Ramos da Silva, Dirigente da Unidade Orçamentária (UO/SSP).

1.3. Responsável pela elaboração do ETP:

1.3.1. Capitão PM Alcides da Silva Júnior, Assessor Militar da SSP/SP.

1.4. Representante da Unidade Administrativa:

1.4.1. Capitão PM Alcides da Silva Júnior, Assessor Militar da SSP/SP.

1.5. Representantes da Unidade Técnica - Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura:

1.5.1. Cabo PM André Luiz Morais de Lima, Assessor Policial-Militar da SSP/SP – Engenheiro Civil – CREA/SP nº 5070238056;

1.5.2. Cabo PM Brena Bolonhese Farias, Assessor Policial-Militar da SSP/SP, Engenheiro Civil, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia sob o nº 5070213283.

1.6. Atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021:

1.6.1. Os responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), preenchem os requisitos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como às disposições do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

² Resolução SSP nº 59, de 18 de outubro de 2024: Artigo 2º - O Núcleo Técnico de Engenharia - NTE-SSP, objetivando a contratação de obras, serviços comuns e especiais de engenharia, relacionados à manutenção, reforma, ampliação, demolição, reconstrução, construção, de bens imóveis sob administração da Pasta, conforme os objetivos prioritários da Secretaria da Segurança Pública, inclusive com a possibilidade de contratação de terceiros, possuem as seguintes atribuições: Inciso IV: elaborar estudo técnico preliminar.

³ Portaria nº ATG-002/2025, de 14 de fevereiro de 2025: estabelece a condição das Unidades Gestoras Executoras no âmbito da Unidade Orçamentária da Secretaria da Segurança Pública (UO 180.01 - Administração Superior da Secretaria e da Sede), bem como fixa as suas atribuições e encargos.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia⁴, não contínuos⁵, para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro da Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante.

3. CONDIÇÕES GERAIS:

3.1. Em conformidade com o parágrafo 3º, do artigo 18, da Lei Federal nº 14.133/2021, será dispensada a elaboração de projeto executivo pela Administração Pública, pela demonstração da inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados⁶, para contratação do objeto em questão, subsidiado pelo Termo de Referência, o qual assegurará a viabilidade técnica, adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, avaliação do custo da obra, definição dos métodos e prazo de execução;

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO⁷:

4.1. A fim de suprir com as demandas operacionais e administrativas existentes e manifestadas pelo Comandante do Policiamento do Interior Dez (CPI-10) e, buscando o exaurimento do problema a ser resolvido e sua melhor solução, sob a perspectiva do interesse público, conclui-se pela necessidade da contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para manutenção e adequação da edificação que abrigará a futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizada na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, cuja decisão é corroborada pelos seguintes fatores:

⁴ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

⁵ XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

⁶ Livro do TCE/SP – Reflexões sobre a Nova Lei de Licitações: Em que pese o citado dispositivo não especificar expressamente que os projetos dispensáveis seriam os projetos executivos, este entendimento é possível com base no que foi determinado no § 1º do artigo 46, em que constou a necessidade da elaboração de projetos executivos para obras e serviços de engenharia, citando como exceção a previsão do § 3º do artigo 18. Importante ressaltar que a exceção se aplica somente a obras e serviços considerados comuns. Os serviços comuns são aqueles considerados padronizáveis quanto a desempenho e qualidade esperados, possuem um mercado próprio e se encontram disponíveis com características padronizadas.

⁷ Inciso I do artigo 5º do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

4.1.1. A Fazenda Pública do Estado de São Paulo não possui a titularidade da atual sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizada localizada Rua Odorinho Perenha, nº 141, Jardim Umuarama, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, a qual é objeto de locação, custeada pela prefeitura do município de Araçatuba/SP (Termo de Convênio nº GSSP/ATP-261/2021), cujo contrato finda-se em 5 de outubro de 2026, fator esse que impossibilita a realização de qualquer tipo de readequação, redimensionamento e compatibilização, com as atuais demandas operacionais e administrativas da Organização Policial-Militar (OPM) em questão;

4.1.2. Além de readequação, redimensionamento e compatibilização, com as atuais demandas operacionais e administrativas, o imóvel da atual sede do 12º BAEP por ser uma edificação antiga e, devido ao desgaste pela ação do tempo e do uso ininterrupto, necessita, rotineiramente, de manutenção preventiva e corretiva de todos os sistemas existentes (elétrico, hidráulico, lógico, estrutural, de captação de água, etc.), porém, por não ser próprio do Estado, impossibilita a execução de tais dispêndios;

4.1.3. A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP), diante de tal demanda, previu no Plano de Aplicação Substituto de 2021 e 2022, na área temática “Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social”, a execução de serviços comuns de engenharia visando a manutenção e adequação da edificação que abrigará a sede do 12º BAEP, localizada na Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº 238, Bairro da Aviação, Araçatuba/SP, vinculando a ação, mediante cláusulas e condições próprias, ao Termo de Adesão nº 50/2021 e 50/2022;

4.1.4. Resultante de tal previsão, há disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), repassados anualmente aos Estados e Distrito Federal, conforme Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;

4.1.5. Com a manutenção e adequação da edificação que abrigará a sede do 12º BAEP, o problema exposto será exaurido, mediante a disponibilização de edificação com espaços adequados funcional e operacionalmente, com acessibilidade e proteção contra incêndios, possibilitando a mitigação dos riscos à integridade física tanto do público interno, na execução das atividades administrativas e operacionais, realizadas diuturnamente; quanto do público externo, durante o atendimento e registros de ocorrências policiais-militares; além da preservação do patrimônio público utilizado no local;

4.1.6. O imóvel que abrigará a sede do 12º BAEP é de propriedade da Fazenda Pública Estadual, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Araçatuba, por intermédio da Matrícula nº 94.079, bem como está cadastrado no Sistema de Gerenciamento de Imóveis (SGI), sob o nº 13.847;

5. ÁREA REQUISITANTE:

5.1. Comando de Policiamento do Interior Dez (CPI-10), da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), por intermédio da Subsecretaria de Gestão Corporativa (SGC), utilizando-se do artigo 2º, da Resolução SSP nº 59, de 18 de outubro de 20246 , combinado com a Portaria nº ATG-002, de 17 e fevereiro de 2025.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO⁸:

6.1. Padrões mínimos de qualidade⁹, a Contratada deverá:

6.1.1. Executar o objeto de acordo com o futuro Termo de Referência e apensos, Edital de Licitação, Contrato Administrativo, Ordem de Execução de Serviço, Gestão, Supervisão e Fiscalização do Contratante e demais normas relativas à boa técnica do ramo, observando, de acordo com a exigibilidade para execução do objeto, as seguintes normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), não excluindo outras exigências normativas e legais que, porventura, se fizerem obrigatórias e necessárias:

NORMAS TÉCNICAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)	
1	Canteiro de Obra - Instalações Provisórias:
1.1	NBR-12284:1991 - Áreas de vivência em canteiros de obras;
1.2	NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
2	Apoio a Obra:
2.1	NBR-6494:1990 - Segurança nos andaimes;
3	Destinação de Resíduos:
3.1	Resolução CONAMA nº 307/2002;
3.2	Resolução CONAMA nº 308/2002;
3.3	NBR-10004:2004 - Resíduos sólidos – Classificação quanto ao perigo;
3.3	NBR-13896:2013 - Sistema de gestão de resíduos na construção civil;
3.5	NBR-12217:2008 - Gerenciamento de resíduos da construção civil.
3.6	NBR-15114:2004 - Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
3.7	NBR-15532:2015 - Análise do ciclo de vida de produtos e sistemas na construção civil;
3.8	NBR-13965:2005 - Sistema de gestão de resíduos – Práticas na construção civil;
3.9	NBR-12147:2017 - Desenvolvimento sustentável nas construções – Diretrizes gerais.

⁸ Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: Artigo 5º, Inciso II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

⁹ Requisitos da Contratação: no subitem 6.1 foram estabelecidas as condições mínimas a serem atendidas para a execução do objeto, visando a exequibilidade eficiente, segura e com utilização da boa técnica requerida ao ramo, além da garantia ao atendimento das normas técnicas e legislações vigentes, principalmente pelas Normas Brasileiras (conjunto de regras e diretrizes técnicas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

4	Alvenaria e divisórias:
4.1	NBR-7171:2005 – Bloco cerâmico para alvenaria;
4.2	NBR-14715-1:2021 – Chapas de gesso para Drywall.
5	Regularização de base:
5.1	NBR-11170/90: “Serviços de Pavimentação”;
5.2	NBR-9780/87: “Peças de concreto para pavimentação - Determinação da resistência à compressão”;
5.3	NBR-9781/87: “Peças de concreto para pavimentação”;
5.4	NBR-9050/04: “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.
6	Revestimento Cerâmico:
6.1	NBR-15463:2020 – Placas cerâmicas para revestimento – Porcelanato;
6.2	NBR-7129:1997 – Azulejo.
7	Forro:
7.1	NBR-14715-1:2021 – Chapas de gesso para Drywall.
8	Vidros:
8.1	NBR-14697:2023 – Vidro laminado;
8.2	NBR-14698:2001 – Vidro temperado.
9	Esquadrias:
9.1	NBR-10821:2011 - Caixilhos para edificações - Janelas;
9.2	NBR-10821-1:2017 - Esquadrias para edificação - Parte 1: Esquadrias externas e internas;
9.3	NBR-10821-2:202023 - Esquadrias para edificação - Parte 2: Esquadrias externas;
9.4	NBR-10821-4:2017 - Esquadrias para edificação - Parte 4: Esquadrias externas - Requisitos adicionais de desempenho;
9.5	NBR-1499:2011 – Fechadura de embutir – requisitos, classificação e métodos de ensaio.
10	Acessibilidade:
10.1	NBR-9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
11	Impermeabilização:
11.1	NBR 9574:2018 - Execução de Impermeabilização.
12	Instalações Elétricas:
12.1	NBR-5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão;
12.2	NBR-14039:2003 - Instalações elétricas de média tensão;
12.3	NBR-549:209 – Iluminância de interiores;
12.4	NBR-5419:2015 – Proteção de estruturas contra descarga atmosférica;
12.5	NBR-9570:2012 - Sistemas fotovoltaicos – Projetos e execução.
13	Sistema de Tomadas:
13.1	NBR-1496:2012 – Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada – Padronização, e a necessidade do ambiente.
14	Sistema de Telefonia:
14.1	NBR-5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão.
15	Sistema de cabeamento estruturado:
15.1	NBR-5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão.
16	Instalações Hidráulicas:
16.1	NBR-7198:1993 - Projeto e execução de sistemas de abastecimento de água quente;
16.2	NBR-10844:1989 - Instalação predial de gás.
16.3	NBR-5648:1618 – Tubos e conexões de PVC-U com junta soldável para sistemas prediais de água fria – requisitos;

16.4	NBR-5626:1616 – Sistemas prediais de água fria e água quente – Projeto, execução, operação e manutenção;
16.5	NBR-5688:1618 – Tubos e conexões de PVC-U para sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação – requisitos;
16.6	NBR-8116:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;
16.7	NBR-7229:1624 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos;
16.8	NBR-9969:1624 – Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, construção e operação;
16.9	NBR-9649:1986 – Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário;
16.10	NBR-9814:1622 – Execução de rede coletora de esgoto sanitário.
17	Proteção e Combate a Incêndios:
17.1	NBR-11742:1618 – Porta Corta-fogo para saída de emergência.
18	Sistema de iluminação de emergência:
18.1	NBR-10898:1623 – Sistema de iluminação de emergência, e priorizando as exigências do Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros.
19	Sistema de alarme de incêndio:
19.1	NBR-5410:1604 – Instalações elétricas de baixa tensão;
19.2	NBR-9441:1610 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio;
19.3	NBR-11836:1612 – Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio;
19.4	Normas Americanas Factory Mutual, UL 864 e NFPA 72;
19.5	Práticas SEAP – Governo Federal.
20	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA):
20.1	NBR-5419:1615 - Proteção contra descargas atmosféricas.
21	Pintura:
21.1	NBR 9245:1611 – Tintas para construção civil – Execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície.
22	Projeto executivo de paisagismo:
22.1	NBR 6492: “Representação de projetos de arquitetura”.
23	Climatização - Ar Condicionado:
23.1	NBR-12401:1612 - Sistemas de climatização - Parte 1: Projetos;
23.2	NBR-15575-2:169 - Desempenho de edificações habitacionais - Parte 2: Desempenho térmico;
23.3	NBR-15216-3:1605 - Desempenho térmico de edificações – Parte 3: Condições de conforto térmico;
23.4	NBR-6401:1608 – Instalações centrais de ar condicionado para conforto – Parâmetros básicos de projeto;
23.5	NBR-7256:1622 – Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) – Requisitos para projeto e execução das instalações;
23.6	NBR-10080:1987 – Instalação de ar condicionado para salas de computadores;
23.7	Normas estrangeiras – Normas da ASHRAE (“American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers”);
23.8	Normas da SMACNA – “HVAC Systems Testing, Adjusting & Balancing”;
23.9	NBR-12401-1 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários, Parte 1: Projeto das instalações;
24	Drenagem:
24.1	NBR-10844:1989 - Projeto de drenagem urbana – Diretrizes gerais;
24.2	NBR-12.212:169 - Drenagem de águas pluviais - Projetos e execução de sistemas de drenagem superficial;
24.3	NBR-12499:1612 - Drenagem urbana – Diretrizes para o manejo de águas pluviais.
25	Gás Encanado (Gás Natural e GLP):
25.1	NBR-15526:1607 - Instalações de gás para unidades residenciais;
25.2	NBR-12.212:169 - Drenagem de águas pluviais - Projetos e execução de sistemas de drenagem superficial;
25.3	NBR-12499:1612 - Drenagem urbana – Diretrizes para o manejo de águas pluviais.

26	Gás Encanado (Gás Natural e GLP):
26.1	NBR-15526:1607 - Instalações de gás para unidades residenciais;
26.2	NBR-9103:1995 - Instalações prediais de gás liquefeito de petróleo (GLP);
26.3	NBR-14619:1615 - Instalações internas de gás natural.

6.1.2. Utilizar materiais, equipamentos, maquinários, insumos e peças técnicas, tudo o que for necessário à boa execução e concretização dos serviços;

6.1.3. Apresentar certificado de treinamento conforme as diretrizes de ordem administrativa, planejamento e organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção, conforme Norma Regulamentadora nº 18, do Ministério do Trabalho e do Emprego, bem como do cumprimento dos requisitos de utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, conforme Norma Regulamentadora nº 6, também do Ministério do Trabalho e do Emprego, nos casos exigidos para execução e entrega do objeto;

6.1.4. Possuir o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme a Norma Regulamentadora nº 7 e Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA), conforme Norma Regulamentadora nº 9, ambas do Ministério do Trabalho e do Emprego, nos casos exigidos para execução e entrega do objeto;

6.1.5. Fornecer ao Gestor, Supervisor e Fiscais do Contrato, o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os funcionários envolvidos na execução dos serviços, conforme atividade a ser executada, nos casos exigidos para execução e entrega do objeto.

6.2. Catálogo Eletrônico:

6.2.1. Após consulta, tanto no Catálogo de Compras do Governo Federal, pelo endereço eletrônico: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>; quanto no Portal de Compras do Estado de São Paulo, pelo endereço eletrônico: <https://compras.sp.gov.br/pesquisa-de-itens/>, por meio da utilização do radical “obras”, foi obtido o seguinte resultado:

6.2.1.1. Item de Serviço no Sistema “Compras Gov”: 809 (Serviços de Engenharia);

6.2.1.2. Item de Serviço no Sistema “Contabiliza SP”: 9415 (Serviços de Engenharia).

6.3. Certificação do não enquadramento do objeto com bem de luxo:

6.3.1. Foi certificado por responsável técnico que o objeto a ser contratado não se enquadra como bem de luxo, em cumprimento ao artigo 16, da Lei Federal nº 14.93, de 1º de abril de 1961, combinado com o Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 1961.

6.4. Indicação de marcas ou modelos:

6.4.1. Não haverá indicação de marcas ou modelos, porém, os itens a serem empregados para consecução do objeto a ser contratado deverão atender aos parâmetros e referências estabelecidos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Boletim Técnico da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) e Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), normas e regras técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas Normas Brasileiras (NBR), todos vigentes.

6.5. Vedação de determinada marca e/ou produto:

6.5.1. Não será vedada nenhuma marca e/ou produto, porém, não serão aceitos materiais, insumos, equipamentos, etc., sem precedência ou em desacordo com as marcas de referência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), bem como fora das regras técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelas Normas Brasileira (NBR), todos vigentes.

6.6. Natureza continuada do objeto a ser contratado:

6.6.1. O objeto a ser contratado não possui natureza continuada, por não estar relacionado com a manutenção da atividade administrativa decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, ou seja, o objeto em questão impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período pré-determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, o que caracteriza o serviço não contínuo, conforme inciso XVII, do artigo 6º, da Lei Federal nº 14.93, de 1º de abril de 1961.

6.7. Natureza continuada do objeto a ser contratado:

6.7.1. O objeto a ser contratado não possui natureza continuada, por não estar relacionado com a manutenção da atividade administrativa decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, ou seja, o objeto em questão impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período pré-determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, o que caracteriza o serviço não contínuo, conforme inciso XVII, do artigo 6º, da Lei Federal nº 14.93, de 1º de abril de 1962.

6.8. Certificar que o objeto a ser contratado se enquadra como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou da entidade:

6.8.1. Os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Governo do Estado de São Paulo, no Plano Plurianual (PPA) do Quadriênio 1964-1967, instituído pela Lei Estadual nº 17.898, de 9 de abril de 1964, visam fortalecer e integrar a segurança pública para uma sociedade protegida e com menor incidência de crimes, os quais serão atingidos com a execução do objeto a ser contratado, por meio do seguinte programa e ação, ambos previstos na previsão na Lei Orçamentária Anual nº 17.863, de 22 de dezembro de 1969:

6.8.1.1. Programa: 1816 (Integração da Segurança Pública) – Produto: 1900 (Redução e Combate à Vitimização Decorrente de Violência Interpessoal), Ação: 6560 (Acolhimento e Proteção das Crianças, Adolescentes, Mulheres e Idosos);

6.8.1.2. Programa: 1816 (Integração da Segurança Pública) – Produto: 1901 (Redução e Combate à Vitimização Decorrente de Violência Criminal), Ação: 6560 (Acolhimento e Proteção das Crianças, Adolescentes, Mulheres e Idosos).

6.9. Garantia e assistência técnica perante a execução do objeto:

6.9.1. A Contratada responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, pela solidez e segurança do trabalho, bem como pelos serviços de engenharia e obra executados, materiais, equipamentos, insumos, inclusive sobre o solo etc., conforme artigo 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 1962, o qual instituiu o Código Civil Brasileiro e parágrafo 6º, do artigo 140, da Lei Federal 14.93, de 1º de abril de 1962.

6.10. Prestação de garantia da contratação do objeto da licitação:

6.10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.93/1621, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, visando comprovar que o licitante possui capacidade de cumprir as condições, custos e prazos assumidos na assinatura do contrato, e, como consequência, para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, inclusive no que diz respeito a multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento¹⁰;

6.10.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, de acordo com o parágrafo 5º, do artigo 59, da Lei Federal nº 14.93, de 1º de abril de 1961, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;

6.10.3. No prazo de convocação para formalização da contratação e, anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

6.10.3.1. Caução em dinheiro: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

6.10.3.2. Caução em títulos da dívida pública: Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

6.10.3.3. Fiança Bancária: Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil¹¹. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

¹⁰ Manual de Orientações e Jurisprudências do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do sítio eletrônico: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/5-11-2-garantias-2/>;

¹¹ Artigo 827 da Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002: O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor.

6.10.3.4. Seguro-garantia: A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

6.10.3.5. Título de Capitalização: Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

6.10.4. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes;

6.10.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.11. Recebimento do Objeto do Contrato:

6.11.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha, relatório fotográfico e memória de cálculo detalhado;

6.11.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

6.11.1.2. A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, considerará os seguintes critérios:

6.11.1.2.1. Análise quantitativa e qualitativa, “in loco”, pelo Fiscal Técnico, do cumprimento dos requisitos técnicos previamente estabelecidos durante a execução dos eventos incluídos na “Planilha de Medição”, em conformidade com cronograma físico-financeiro;

6.11.1.2.2. Avaliação por etapa concluída, a ser realizada pelo fiscal técnico, mediante a emissão do “Instrumento de Medição por Resultado”, podendo obter os conceitos: “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não Aplicável” para a etapa medida.

6.11.1.3. O Contratado também apresentará, a cada medição:

6.11.1.3.1. Quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819, de 6 de junho de 1962, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

6.11.1.3.2. Quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819, de 6 de junho de 1962, e o registro de sua destinação final;

6.11.1.3.3. Quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 67.409, de 23 de dezembro de 1962, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

6.11.1.3.4. Quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 67.409, de 23 de dezembro de 1962, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

6.11.1.3.5. As faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

6.11.1.4. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto Estadual nº 66.819, de 6 de junho de 1962, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 67.409, de 23 de dezembro de 1962, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

6.11.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelos Fiscais Técnico e Administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme alínea “a”, do inciso I, do artigo 140, da Lei Federal nº 14.93/1621, e inciso X do artigo 17 e inciso VI do artigo 18, ambos do Decreto Estadual nº 68.216, de 15 de dezembro de 1969;

6.11.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

6.11.2.2. O Fiscal Técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme inciso X, do artigo 17, do Decreto Estadual nº 68.216, de 15 de dezembro de 1969;

6.11.2.3. O Fiscal Administrativo do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, conforme inciso VI, do artigo 18, do Decreto Estadual nº 68.216/1969;

6.11.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

6.11.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento (etapa), que observará os parâmetros definidos no item 6 deste instrumento, o Fiscal Técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato;

6.11.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.11.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

6.11.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme artigo 119, combinado com o artigo 140, ambos da Lei Federal nº 14.93/1621;

6.11.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

6.11.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.11.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo;

6.11.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, referente a cada etapa, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.11.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento, conforme inciso VII, do artigo 18, do Decreto Estadual nº 68.216, de 15 de dezembro de 1619;

6.11.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.11.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

6.11.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

6.11.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.11.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143, da Lei Federal nº 14.93/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.11.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

6.11.7. Recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.12. Indicar requisitos específicos que couberem quanto à exigência de habilitação técnica ou atendimento a normas como ABNT:

6.12.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, a qual poderá ser agendada presencialmente na sede do Comando de Policiamento do Interior Dez (CPI-10), localizado Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº 238, Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, ou pelo endereço eletrônico: cpi10logistica@policiamilitar.sp.gov.br, ou por meio do telefone (18) 2102-5200, das 9 (nove) horas às 17 (dezessete) horas;

6.12.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.12.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade;

6.12.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

6.12.5. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), certificado por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme o caso, por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado (s):

6.12.5.1. Para Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, serviços de:

ITEM	PARCELA DE VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO ¹²	RELEVÂNCIA (%)	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	REQUISITO
1	Aplicação de massa acrílica, conforme subitem 1.3.13 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	12,92	Alvenaria de vedação de blocos	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
2	Serviço em pedra, conforme subitem 1.3.1 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	8,14	Divisória em granito	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
3	Pavimentação, conforme subitem 1.3.4 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	16,87	Piso intertravado	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
4	Serviços em vidro, conforme subitem 1.3.3 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	9,00	Fornecimento e instalação de janela de vidro	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto

6.12.5.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

6.12.5.3. A comprovação do vínculo profissional a que se refere este item pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o fornecedor apresentar cópia do contrato social atualizado;

6.12.6. Comprovação de Capacidade Operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso:

¹² Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

6.12.6.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

ITEM	PARCELA DE VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO ¹³	RELEVÂNCIA (%)	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	QTDE. TOTAL	QTDE. EXIGIDA – 50%
1	Aplicação de massa acrílica, conforme subitem 1.3.13 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	12,92	Alvenaria de vedação de blocos	m²	2.237,92	1.118,96
	Serviço em pedra, conforme subitem 1.3.1 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	8,14	Divisória em granito	m²	77,31	38,65
3	Pavimentação, conforme subitem 1.3.4 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	16,87	Piso intertravado	m²	826,55	413,27
4	Serviços em vidro, conforme subitem 1.3.3 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	9,00	Fornecimento e instalação de janela de vidro	m²	68,75	34,37

6.12.6.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

6.12.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

6.12.6.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.13. Incluir, no que cabível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, observado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.13.1. A geração de resíduos é o maior impacto ambiental possível nesta obra, razão pela qual a empresa contratada para execução deverá seguir as diretrizes e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, com as alterações da Resolução nº 448, de 18 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, bem como a Lei Municipal nº 7.676, de 12 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Plano Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Araçatuba – PMGIRS;

¹³ Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

6.13.2. A empresa contratada deverá utilizar boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando os critérios abaixo descritos:

6.13.2.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de acordo com as classificações da ANVISA;

6.13.2.2. Adoção de práticas para evitar desperdício de água potável;

6.13.2.3. Implementação de um programa de treinamento para uso racional de energia elétrica, água e redução de resíduos sólidos;

6.13.2.4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis, contatando associações locais de reciclagem;

6.13.2.5. Redução do consumo de papel, utilizando frente-verso na impressão e fonte;

6.13.2.6. Uso de papel não clorado na impressão;

6.13.2.7. Substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

6.13.2.8. Destinação adequada de pilhas e baterias usadas;

6.13.2.9. Proteção dos empregados, fornecendo EPIs e fiscalizando seu uso;

6.13.2.10. Consideração de empresas certificadas ambientalmente nas aquisições;

6.13.2.11. Estímulo à troca de informações através de ferramentas digitais;

6.13.2.12. Respeito às normas especialmente sobre resíduos sólidos, mitigação ambiental, produtos que reduzam consumo de energia e recursos naturais, avaliação de impactos de vizinhança, proteção do patrimônio cultural, e acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

6.13.2.13. Cumprimento da Lei Estadual nº 12.250, de 12 de março de 1606, a qual Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

6.13.1. Observância das Normas Brasileiras (NBR):

6.13.1.1. NBR nº 15.112 - Resíduos da construção civil e resíduos volumosos. Áreas de Transbordo e Triagem: Diretrizes para projeto, implantação e operação;

6.13.1.2. NBR nº 15.19 - Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes. Aterros: Diretrizes para projeto, implantação e operação;

6.13.1.3. NBR nº 15.114 - Resíduos sólidos da construção civil. Áreas de Reciclagem: Diretrizes para projeto, implantação e operação;

6.13.1.4. NBR nº 15.115 - Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil. Pavimentação: Execução de camadas de pavimentação e procedimentos;

6.13.1.5. NBR nº 15.112 - Agregados de resíduos sólidos da construção civil. Pavimentação: Utilização, preparo de concreto sem função estrutural e requisitos.

7. LEVANTAMENTO DO MERCADO¹⁴:

7.1. Em conformidade com o inciso III, do artigo 1º, da Resolução SSP nº 59, de 18 de outubro de 2024¹⁴ e após análise quanto à viabilidade das condições peculiares do local, bem como das exigências operacionais e administrativas do 12º BAEP, foi confirmada a aplicabilidade e exequibilidade do projeto básico produzido por engenheiro civil, pertencente ao efetivo da Seção de Logística do CPI-10, contendo memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, cálculo de BDI, memória de cálculo, tabela de encargos sociais e projetos técnicos;

7.2. Nesse sentido, não foi necessário verificar a existência de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, tampouco, houve a necessidade de ser realizada audiência e/ou consulta pública e/ou chamamento público, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições técnicas e operacionais.

¹⁴ Alíneas “a” à “d”, do inciso III, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar, podendo, entre outras opções: a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração; b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições; c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou outros instrumentos jurídicos para utilização de bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO¹⁵:

8.1. Problema a ser resolvido:

8.1.1. Edificação própria do Estado, a fim de suprir com as demandas do 12º BAEP, com espaços adequados, incluindo acessibilidade e proteção contra incêndios, possibilitando, desta forma, a mitigação dos riscos à integridade física tanto do público interno, na execução das atividades administrativas e operacionais, realizadas diuturnamente; quanto do público externo, durante o atendimento e registros de ocorrências policiais-militares; além da preservação do patrimônio público utilizado no local.

8.2. Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

8.2.1. Em conformidade com o inciso III, do artigo 1º, da Resolução SSP nº 59, de 18 de outubro de 2024¹⁶, serão utilizadas peças técnicas produzidas por engenheiro civil pertencente ao quadro efetivo da Seção de Logística do Comando de Policiamento do Interior Dez (CPI-10), contendo memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, cálculo de BDI, memória de cálculo, tabela de encargos sociais, projetos técnicos, visando a economicidade efetividade e celeridade processual, haja vista que as condições peculiares do local condizem com o projeto previamente elaborado.

8.3. Processo licitatório para contratação:

8.3.1. Para execução indireta do objeto, será estabelecido o regime de empreitada por preço global;

8.3.2. Outro parâmetro escolhido é o critério de julgamento pelo menor preço, conforme inciso I, do artigo 33, da Lei Federal nº 14.93/1621.

8.4. Sustentabilidade da solução escolhida:

8.4.1. Após a entrega, a Contratada responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, pela solidez e segurança do trabalho, bem como pelos serviços de engenharia e obra executados, materiais, equipamentos, insumos, inclusive sobre o solo, etc., conforme artigo 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 1962, o qual instituiu o Código Civil Brasileiro, o qual instituiu o Código Civil Brasileiro, combinado com o parágrafo 6º, do artigo 140, da Lei Federal 14.93, de 1º de abril de 1962.

¹⁵ Inciso IV, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

8.4.2. Nesse sentido, para obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, será contratado serviços de limpeza, asseio e conservação predial, cuja disponibilização orçamentária e financeira está prevista na Lei Estadual nº 18.078, de 3 de janeiro de 2025¹⁶, na Ação Programática nº 06.122.1819.4992 (Administração Geral da Polícia Militar).

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES¹⁷:

9.1. Estima-se a contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, conforme Memória de Cálculo, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha Orçamentária, todos apensados no Termo de Referência.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO¹⁸:

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.147.409,74 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e nove reais e setenta e quatro centavos), conforme custos unitários postos na Planilha Orçamentária, Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO¹⁹:

11.1. A fim de verificar a viabilidade técnica e econômica para o parcelamento ou não da solução, levou-se em consideração:

¹⁶ Lei Estadual nº 18.078, de 3 de janeiro de 2025: lei que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2025, compreendendo, nos termos do artigo 174, § 4º, da Constituição Estadual, pág. 588.

¹⁷ Inciso V, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

¹⁸ Inciso VI, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

¹⁹ Inciso VII, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: justificativas para o parcelamento ou não da solução.

11.1.1. Responsabilidade técnica, cuja questão envolve a participação direta ou indireta de profissionais, dotado de conhecimento técnico e qualificação diferenciada, que orienta a execução das prestações e assume a responsabilidade por falhas ou defeitos, e, neste caso, o parcelamento dos serviços pode envolver problemas significativos relativamente à responsabilidade técnica, pois, poderão surgir conflitos na realidade prática, decorrentes da pluralidade de prestadores de serviços. Em tais situações, há o risco de extinção da responsabilidade técnica atinente aos diversos serviços a serem executados, em vista da multiplicidade de colaboradores e da pluralidade de soluções adotadas, conforme orientações e jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU:

[...]

No caso de obras e serviços de engenharia, também existe o risco relacionado à responsabilidade técnica de cada uma das parcelas a serem contratadas, bem como à necessidade de que cada etapa realizada tenha funcionalidade autônoma. Essa condição deve ser ponderada na definição da estratégia de contratação. Um exemplo não recomendável de parcelamento, exatamente pela dificuldade de gestão das responsabilidades, é contratar as fundações de uma edificação em separado do restante da estrutura. Além de a fundação, contratada isoladamente, não ter serventia plena, há o risco de paralisação posterior de serviços, degradação das etapas já realizadas e vícios aparentes ou ocultos na parcela executada²⁰.

[...] [...].

11.1.2. Custo da gestão, fator esse que, com o parcelamento de contratação de serviço, poderá acarretar a ampliação dos custos da gestão, inclusive superando os benefícios eventualmente gerados pela ampliação da competição, conforme orientações e jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU:

[...]

Existem situações em que o parcelamento pode ser inviável ou desvantajoso. Por exemplo, quando há perda de economia de escala e a divisão em mais de um certame resulta em aumento dos custos globais da contratação. Outra situação é quando os benefícios do parcelamento não compensam o aumento do custo e das dificuldades administrativas da gestão contratual. Além disso, o parcelamento pode descaracterizar ou prejudicar o objeto da contratação, ou ser necessário contratar um fornecedor único para padronização. Especificamente para serviços, o parcelamento pode levar à perda da responsabilidade técnica devido à pluralidade de prestadores²¹.

[...] [...].

11.2. Diante das análises, verificou-se a inviabilidade do parcelamento da solução, exigindo-se ao caso, a contratação de prestação de serviços sem divisão em itens, tampouco, em lotes.

²⁰ Orientações e Jurisprudência do TCU, 5ª Edição, Manual de Licitações & Contratos, de 29 de agosto de 2024.

²¹ Orientações e Jurisprudência do TCU, 5ª Edição, Manual de Licitações & Contratos, de 29 de agosto de 2024;

12. IDENTIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES²²:

12.1. Não há contratações que guardem relação ou afinidade, ou seja, correlatas e/ou interdependentes, pretéritas ou futuras, com a atual pretensão contratual.

13. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO²³:

13.1. A pretensão contratual está alinhada e prevista tanto no Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o quadriênio 2024-2027, quanto no Plano de Metas da Secretaria da Segurança Pública, além de estar prevista no inciso I do artigo 5º, bem como no “caput” e incisos do artigo 6º, todos da Resolução SSP nº 99, de 25 de novembro de 1619, anexa ao Decreto Estadual nº 65.657, de 27 de abril de 1621, que regulamenta a Lei Estadual nº 17.219, de 29 de novembro de 1619, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Segurança Pública e do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, e, aprova o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências;

13.2. Buscando-se a celeridade processual e eficiência administrativa, foi elaborado o Documento de Formalização de Demanda (DFD), contendo as informações básicas do objeto a ser contratado, informações preliminares, descrição sucinta do objeto, justificativa da necessidade, estimativa de quantidade e valores, vinculação ou dependência com outro DFD, haja vista a contratação não ter sido incluída Plano de Contratações Anual (PCA) de 1625. No entanto, conforme artigo 15 do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 1619, o Plano de Contratações Anual (PCA), será atualizado e aprovado pela autoridade competente, com a inclusão de tal contratação, o qual será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14. RESULTADOS PRETENDIDOS²⁴:

14.1. Reformar futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizada na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, utilizando-se das atribuições do artigo 2º da Resolução SSP nº 59, de 18 de outubro de 2024²⁸, combinado com a Portaria nº ATG-002, de 17 e fevereiro de 2025²⁵;

²² Inciso VIII, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: contratações correlatas e/ou interdependentes.

²³ Inciso IX, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

²⁴ Inciso X, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

²⁵ Portaria nº ATG-002/2025, de 14 de fevereiro de 2025: estabelece a condição das Unidades Gestoras Executoras no âmbito da Unidade Orçamentária da Secretaria da Segurança Pública (UO 180.01 - Administração Superior da Secretaria e da Sede), bem como fixa as suas atribuições e encargos.

14.2. Exaurir o problema a ser resolvido e sua melhor solução, sob a perspectiva do interesse público, ou seja, disponibilizar edificação própria do Estado, a fim de suprir com as necessidades e demandas do 12º BAEP, com espaços adequados, incluindo acessibilidade e proteção contra incêndios, possibilitando, desta forma, a mitigação dos riscos à integridade física tanto do público interno, na execução das atividades administrativas e operacionais, realizadas diuturnamente; quanto do público externo, durante o atendimento e registros de ocorrências policiais-militares; além da preservação do patrimônio público utilizado no local

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS²⁶:

15.1. Abertura de Processo Administrativo no Sistema SEI Estadual;

15.2. Elaboração do Documento de Formalização de Demanda (DFD);

15.3. Elaboração do “Análise de Riscos” que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

15.4. Consolidação deste Estudo Técnico Preliminar (ETP);

15.5. Disponibilização de recursos;

15.6. Elaboração do Termo de Referência, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, entre outros documentos técnicos;

15.7. Elaboração de Edital de Licitação (Projeto Básico e Planilha Orçamentária já elaborados), contendo, no mínimo, o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento;

15.8. Edição da minuta de contrato que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

15.9. Encaminhamento do processo à Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública (CJ/SSP), para emissão de Parecer Jurídico;

²⁶ Inciso XI, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

- 15.10.** Despacho da Autoridade Competente – Saneador;
- 15.11.** Publicação da Licitação;
- 15.12.** Realização da Sessão Pública;
- 15.13.** Habilitação da empresa vencedora;
- 15.14.** Adjudicação e Homologação;
- 15.15.** Publicações no Diário Oficial da União da Ata da Sessão Pública;
- 15.16.** Prazo Recursal;
- 15.17.** Publicação da convocação da empresa vencedora para assinatura do Termo de Contrato;
- 15.18.** Assinatura do Termo de Contrato, com a emissão da Ordem de Início de Serviço e respectiva Nota de Empenho;
- 15.19.** Designação do Gestor e Fiscais do Contrato (Administrativo e Técnico), com a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado;
- 15.20.** Início da execução dos serviços, a qual a Contratada deverá realizar, seguindo as peculiaridades, detalhamentos e exigências técnicas previstas no Termo de Referência e apensos.

16. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS²⁷:

- 16.1.** Manejo arbóreo ou poda de árvores existentes;
- 16.2.** Resíduos da execução dos serviços a serem contratados: demolições, entulhos, escavações, etc;

²⁷ Inciso XII, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

16.3. Resíduos gerados pelos profissionais da contratada durante a execução da empreitada, tais como: papel, papelão, vidro, latas, plásticos, trapos, folhas, galhos e terra, restos de alimentos, madeira e todos os outros detritos apresentados à coleta pública regular realizada pelo respectivo município.

17. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO²⁸:

17.1. Após consolidação dos estudos técnicos preliminares, a equipe técnica instituída concluiu pela viabilidade legal, técnica e econômica do projeto em pauta, bem como este Estudo Técnico Preliminar (ETP) atende aos requisitos e circunstâncias estabelecidas pelo artigo 3º e 4º, ambos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

18. ANEXOS:

18.1. Declaração de Classificação da Natureza do Objeto;

18.2. Declaração de Enquadramento de Serviços de Qualidade Comum;

18.3. Indicação de Qualificação Técnica Profissional e Operacional;

18.4. Parecer Técnico de Viabilidade de Projeto Padrão;

18.5. Parecer Técnico de Negativa de Manejo Arbóreo;

18.6. Declaração de Negativa de Tombamento – IPHAN, CONDEPHAAT e SCM;

18.7. Parecer Técnico de Acessibilidade de Edificação;

18.8. Memória de Cálculo;

²⁸ Inciso XII, artigo 5º, do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023: manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

18.9. Planilha de Levantamento de Quantidades – PLQ;

18.10. Tabela de Composições – SINAPI;

18.11. Indicação de Subcontratação Parcial;

18.12. Análise de Riscos.

Data da assinatura digital.

ALCIDES DA SILVA JÚNIOR

Capitão PM – Assessor Policial-Militar

Chefe do Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

ANDRÉ LUIZ MORAIS DE LIMA

Cabo PM – Assessor Policial-Militar – Engenheiro Civil – CREA/SP nº 5070238056

Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

BRENA BOLONHESE FARIAS

Cabo PM – Assessora Policial-Militar – Engenheira Civil – CREA/SP nº 5070213283

Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria da Gestão Corporativa
Seção de Apoio de Engenharia e Arquitetura

DECLARAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DO OBJETO

1. Objeto:

1.1. Execução de serviços comuns de engenharia¹, não contínuos², para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro da Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante.

2. Análise:

2.1. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e subsidiado pela Nota Técnica IBR-001/2021, após análise do objeto pautado, perante à complexidade técnica, heterogeneidade, padronização, disponibilidade de mercado, ao risco de execução, foi verificado(a):

2.1.1. baixo grau de complexidade técnica, pois os conhecimentos exigidos para execução são amplamente consolidados no ramo da engenharia civil e arquitetura, com soluções dominadas pelo mercado local, estadual e federal;

2.1.2. alta frequência da tipologia dos serviços comuns de engenharia a serem contratados, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública (SSP), a qual possui alto grau de experiência com o objeto em questão;

¹ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

² Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

2.1.3. especificações e métodos usuais no mercado, possibilitando a participação ampla de diversas empresas especializadas no ramo de engenharia civil e arquitetura.

2.1.4. soluções reparativas em edificações acessíveis e aplicadas pela maioria das empresas e profissionais do ramo no mercado local, possuindo características de fácil descrição e compreensão, possibilitando ampla participação de prováveis licitantes;

2.1.5. baixo risco de execução, pois os serviços a serem executados são corriqueiros tanto para o mercado, quanto para a Pasta.

3. Conclusão:

3.1. Diante do exposto e pelas características técnicas do objeto, classifico-o como serviços comuns de engenharia³.

Data da assinatura digital.

ANDRÉ LUIZ MORAIS DE LIMA

Engenheiro Civil – Assessor Policial-Militar - CREA/SP nº 5070238056

Seção de Apoio de Engenharia e Arquitetura

³ Nota Técnica IBR-001/2021 – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP): nota técnica emitida para estabelecer critérios técnicos que auxiliem os agentes públicos na correta classificação e contratação desses objetos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE COMUM

1. O presente documento visa qualificar o objeto da contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia¹, não contínuos², para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro da Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante.

2. Após análise técnica do objeto a ser contratado **não se enquadra na categoria de bens ou serviços de luxo** por não apresentar características como ostentação, opulência, extravagância, requinte ou forte apelo estético, ou seja, verifica-se de qualidade comum³, conforme inciso I, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

Data da assinatura digital.

ANDRÉ LUIZ MORAIS DE LIMA

Engenheiro Civil – Assessor Policial-Militar - CREA/SP nº 5070238056
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

¹ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

² Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

³ Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023: artigo 2º, inciso I - de qualidade comum, aqueles necessários e essenciais para suprir a demanda justificada do órgão ou entidade contratante, independentemente do valor monetário;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

ATENDIMENTO E COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Considerando que os critérios de habilitação técnica, previstos no artigo 67 da Lei 14.133, de 1º de junho de 2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação.
2. Considerando que a documentação para habilitação técnica deve comprovar, a depender do tipo de objeto a ser contratado, a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional cumulativamente;
3. Considerando que a qualificação técnico-profissional¹ trata da vinculação ao licitante de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessários à execução do objeto do certame. O licitante deve indicar profissional (registrado no conselho profissional competente, neste caso) detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, que será o responsável técnico caso o licitante seja contratado;
4. Considerando que o profissional indicado pelo licitante deve participar da execução do contrato, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;
5. Considerando que a qualificação técnico-operacional² envolve a comprovação de que o licitante já executou, de modo satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação;

¹ Manual de Licitações e Contratos– Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), pág. 571, da “Habilitação Técnica”, 2024.

² Súmula – Tribunal de Contas da União (TCU) nº 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional dos licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

6. Diante do exposto e utilizando-se do artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fim de comprovar que o licitante possui qualificação técnica necessária para bem executar serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, solicito a inclusão pela autoridade competente, como exigência de habilitação técnica para demonstração, por parte da proponente, das seguintes qualificações:

7. Para Qualificação Técnica:

7.1. As licitantes deverão comprovar até a data de entrega da proposta que possuem:

7.1.1. **Capacidade técnico-operacional**, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a prévia execução de serviços comuns de engenharia com características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo e descrição do serviço, a indicação da área em metros quadrados e o prazo de execução. Os atestados devem corresponder a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de valor significativo³ do objeto a ser contratado, relacionadas na tabela a seguir:

Tabela 1 - Capacidade Técnico-Operacional

ITEM	PARCELA DE VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO ⁴	RELEVÂNCIA (%)	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	QTDE. TOTAL	QTDE. EXIGIDA – 50%
1	Aplicação de massa acrílica, conforme subitem 1.3.13 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	12,92	Alvenaria de vedação de blocos	m²	2.237,92	1.118,96
2	Serviço em pedra, conforme subitem 1.3.1 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	8,14	Divisória em granito	m²	77,31	38,65
3	Pavimentação, conforme subitem 1.3.4 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	16,87	Piso intertravado	m²	826,55	413,27
4	Serviços em vidro, conforme subitem 1.3.3 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	9,00	Fornecimento e instalação de janela de vidro	m²	68,75	34,37

³ Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 67, parágrafo 1º: A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

⁴ Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

7.1.2. Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução do objeto, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de valor significativo do objeto a ser contratado, a saber:

Tabela 2 - Capacidade Técnico-Profissional

ITEM	PARCELA DE VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO ⁵	RELEVÂNCIA (%)	DESCRIÇÃO	UNID. FORN.	REQUISITO
1	Aplicação de massa acrílica, conforme subitem 1.3.13 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	12,92	Alvenaria de vedação de blocos	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
2	Serviço em pedra, conforme subitem 1.3.1 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	8,14	Divisória em granito	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
3	Pavimentação, conforme subitem 1.3.4 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	16,87	Piso intertravado	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto
4	Serviços em vidro, conforme subitem 1.3.3 da Planilha Orçamentária nº SSP-002/SAEA/2025	9,00	Fornecimento e instalação de janela de vidro	m²	Profissional: Engenheiro ou Arquiteto

8. Por fim, esclareço que tais exigências, tem por finalidade, selecionar licitantes que já executaram objetos com características, prazos ou qualidade compatíveis com o serviço comum de engenharia a ser contratado, levando à contratação de empresa capaz de executar a avença, com consequente obtenção do objeto pretendido pela Administração Pública, com o cumprimento das obrigações previstas.

Data da assinatura digital.

ANDRÉ LUIZ MORAIS DE LIMA

Engenheiro Civil – Assessor Policial-Militar - CREA/SP nº 5070238056

Núcleo Técnico de Engenharia

⁵ Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE APOIO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

PARECER TÉCNICO Nº SSP-002/SAEA/2026

VIABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

1. Objetivo: o presente Parecer Técnico tem por objetivo analisar a viabilidade técnica do Projeto Básico nº 12BAEP - 001/41/2026, de reforma reparativa da futura Sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, CEP 16055-535, Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, contendo as seguintes peças técnicas:

- 1.1. Projeto Básico;
- 1.2. Memorial Descritivo;
- 1.3. 17 (dezessete) Pranchas de Arquitetura;
- 1.4. 02 (duas) Pranchas de Elétrica;
- 1.5. Planilha Orçamentária;
- 1.6. Cronograma Físico-Financeiro;
- 1.7. Memória de Cálculo;
- 1.8. Benefícios de Despesas Indiretas (BDI);
- 1.9. Planilha de Levantamento de Quantitativos (PLQ).

2. Após análise técnica, procedeu-se à avaliação do “Projeto Básico de Reforma Reparativa”: O qual foi confrontado com as condições reais do imóvel, conforme vistoria técnica in loco, constatando-se plena aderência entre as soluções projetadas e o estado físico existente da edificação. Foi confirmada a aplicabilidade e exequibilidade das peças técnicas apresentadas (projeto básico; memorial descritivo; planilha orçamentária; cronograma físico-financeiro; cálculo de BDI; memória de cálculo; tabela de encargos sócias; prancha de arquitetura e elétrica) ao objeto em questão. Em conformidade com o inciso XI, do artigo 2º, da Resolução SSP nº 59, de 18 de outubro de 2024¹, verificou-se que o conjunto documental encontra-se tecnicamente consistente, coerente entre si e compatível com o objeto proposto, atendendo às exigências técnicas, normativas e operacionais aplicáveis. Dessa forma restou confirmada a viabilidade técnica, a exequibilidade e a adequação do Projeto Básico, o qual se mostra apto a subsidiar a execução da intervenção pretendida, sem prejuízo à funcionalidade, à segurança e ao interesse público.

3. Anexos:

3.1. Cadastro no Sistema de Gerenciamento de Imóveis nº 15.033;

3.2. Matrícula;

Data da assinatura digital.

Elaborado por:

BRENA BOLONHESE FARIAS
Cabo PM – Equipe Técnica – SSP
Engenheira Civil - CREA 5070213283

¹ **Resolução SSP nº 59:** inciso XI do artigo 2º - emitir parecer de homologação de projetos desenvolvidos pelas instituições subordinadas à Secretaria da Segurança Pública;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Polícia Militar do Estado de São Paulo
Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP)

PARECER TÉCNICO

Assunto: Caracterização de intervenção ambiental.

Endereço: na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, bairro Aviação, Araçatuba/SP, Cep 16055-557 Araçatuba-SP.

Declaro, para os devidos fins, que o local de intervenção objeto do presente projeto situa-se em área previamente edificada, inserida em complexo já consolidado, onde existem construções preexistentes.

Esclarece-se que a área destinada à intervenção não possui cobertura vegetal arbórea, tampouco indivíduos arbóreos isolados, uma vez que se trata de espaço integralmente antropizado. Dessa forma, a execução do projeto não implica em supressão, transplante ou manejo de vegetação arbórea, inexistindo necessidade de autorização ambiental específica para tal finalidade.

Ressalta-se que a área a ser reformada possui centroide nas coordenadas geográficas 21°11'45.3"S e 50°25'47.2"W.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Data da assinatura digital.

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Cabo PM – Auxiliar da Seção de Logística -Engenheiro Civil

CREA/SP nº 5070718978

ART 28027230231925721

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Polícia Militar do Estado de São Paulo
Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP)

PARECER TÉCNICO

Assunto: Verificação de Tombamento

Endereço: Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, bairro Aviação, Araçatuba/SP

Em atendimento à necessidade de verificação de eventual restrição decorrente de legislação de proteção ao patrimônio histórico-cultural, foi realizada consulta junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT e a Secretaria de Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araçatuba/ SP- SMPC.

Conforme verificação, o imóvel localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, bairro Aviação, Araçatuba/SP, não é tombado individualmente, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado e não possui qualquer restrição decorrente de legislação de proteção ao patrimônio histórico ou cultural junto ao IPHAN, CONDEPHAAT e a SCM.

Evidencia-se, portanto, que o referido imóvel não é tombado isoladamente, não integra conjunto tombado e não possui restrições impeditivas à intervenção proposta.

Data da assinatura digital.

RODRIGO
APARECIDO CORREIA
SCARPIN:293623158
23

Assinado de forma digital por
RODRIGO APARECIDO CORREIA
SCARPIN:29362315823
Dados: 2026.01.22 09:18:43 -03'00'

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Cabo PM – Auxiliar da Seção de Logística -Engenheiro Civil

CREA/SP nº 5070718978

ART 28027230231925721

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Polícia Militar do Estado de São Paulo
Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP)

PARECER TÉCNICO

Assunto: Atendimento a ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Endereço: Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, bairro Aviação, Araçatuba/SP

Declaro, para os devidos fins, que a edificação objeto da intervenção não dispõe, em sua condição atual, de condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme os parâmetros estabelecidos na ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Diante dessa condição, o projeto de reforma foi desenvolvido com o objetivo de promover a adequação integral da edificação às normas de acessibilidade vigentes.

As soluções projetuais propostas observam rigorosamente as diretrizes da ABNT NBR 9050:2020, bem como o disposto na Lei Federal nº 10.098/2000 e no Decreto Federal nº 5.296/2004, que regulamentam a acessibilidade no âmbito nacional, além da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, sendo esta seguida pelo município de Marília.

Dessa forma, após a execução da intervenção conforme o projeto apresentado, a edificação passará a atender plenamente às exigências normativas e legais relativas à acessibilidade, garantindo condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na data da assinatura digital.

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Cabo PM – Auxiliar da Seção de Logística -Engenheiro Civil

CREA/SP nº 5070718978

ART 28027230231925721

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

MEMÓRIAL DE CÁLCULO



TABELA RETIRADA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO FASE 03 PLAN 3													
LOCAL	WC CMT FT	SL CAPIT	WC PNE FREL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAE	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	TOTAL	TOT PISO + RESVT		
PISO m²	5,07	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	90,4	90,4	
TOTAL												90,4	
REVES PER m	9,9		9,4						7,8				
AREA	29,205	0	27,73	0	0	0	0	0	23,01	79,945		79,945	ok
TOTAL P+R												170,345	ok

TABELA SUBST REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F3 PLAN 3																
LOCAL	WC CMT FT	ARQ. COFRE	SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	WC PNE FEM 1	WC ADM BAEP	TOTAL	TOT PISO	
PISO	5,07	6	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	3	9,69	109,09	109,09	
RODAPE 10%															8,28	
REVEST PER	9,9			9,4						7,8	7	13,12				
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0		23,01	20,65	38,704	139,299	117,37	139,299	
													TOTAL P + R		256,669	

TABELA RETIRADA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO FASE 03 PLAN 3														
LOCAL	WC CMT FT		SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	TOTAL	TOT PISO + RESVT	
PISO m²	5,07		14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	90,4	90,4	
TOTAL													90,4	
REVES PER m	9,9			9,4							7,8			
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0	0	0	23,01	79,945		79,945
TOTAL P+R													170,345	

TABELA 1 PLACA DIVISÓRIA CERÂMICO FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB SE	WC AL.OF	TOTAL
PLAC m	1,22	1,22	1,22	
QTD	4	9	4	
PL MEN m	0,4	0,4	0,4	
AREA m²	13,608	30,618	13,608	57,834

TABELA 1 PLACA DIVISÓRIA MICTÓRIO FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB SE	WC AL.OF	TOTAL

<i>PLAC m</i>	<i>0,4</i>	<i>0,4</i>	<i>0,4</i>	
<i>QTD</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	
<i>PL MEN m</i>	<i>0,4</i>	<i>0,4</i>	<i>0,4</i>	
<i>AREA m²</i>	<i>1,6</i>	<i>1,6</i>	<i>1,6</i>	<i>4,8</i>

TAB 2 PLACA DIV CERÂM FASE 02		
LOCAL	WC AL. FEM	TOTAL
<i>PLAC m</i>	<i>1,22</i>	
<i>QTD</i>	<i>2</i>	
<i>PL MEN m</i>	<i>0</i>	
<i>AREA m²</i>	<i>5,124</i>	<i>5,124</i>

TABELA 2 PLACA DIV MICT CERÂMICO F		
LOCAL	WC AL. FEM	TOTAL
<i>PLAC m</i>	<i>1,22</i>	
<i>QTD</i>	<i>2</i>	
<i>PL MEN m</i>	<i>0</i>	
<i>AREA m²</i>	<i>5,124</i>	<i>5,124</i>

TAB 3 PLACA DIVISÓRIA CERÂMICO FAS		
LOCAL	WC ADM BAEP	TOTAL
<i>PLAC m</i>	<i>1,22</i>	<i>1,22</i>
<i>QTD</i>	<i>1</i>	
<i>PL MEN m</i>	<i>0,4</i>	<i>0</i>
<i>AREA m²</i>	<i>2,02</i>	<i>2,02</i>

TAB 3 PLACA DIV MICTÓRIO CERÂM FAS		
LOCAL	WC ADM BAEP	TOTAL
<i>PLAC m</i>	<i>1,2</i>	
<i>QTD</i>	<i>2</i>	
<i>PL MEN m</i>		
<i>AREA m²</i>	<i>2,4</i>	<i>2,4</i>

TOTAL DE PLACA CERÂMICO				
LOCAL	FASE 1	FASE 2	FASE 3	TOTAL
<i>PLAC MAIOR</i>	<i>57,834</i>	<i>5,124</i>	<i>2,02</i>	

PL MEN m	4,8	5,124	2,4		
AREA m ²	62,634	10,248	4,42	77,302	OK

PORTA TEMPERADO- FASE 01 TAB 01				
JANELA	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	1,00 X 2,1	1.80 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT				
ALOJ CB SD				
ALOJ OFIC				
AREA				
QTD	0		0	0
LARG	0	0	0	0

PORTA TEMPERADO- FASE 02 TAB 02						
PORTA						
LOCAL	P01	P04	P05	P06	P07	
ALOJ FEM	0,9 X 2,10	1,85X 2,10	1,90 X 2,10	1,30 X 2,10	1,5 X 1,00	TOTAL
COPA	1		1			
EQ. VTR						
MDL						
DEPÓSIT						
JARDIM INV				1		
SALA AULA		1				
SOMA UNID						
QTD	1	1	1			3
AREA	1,89	7,77	3,99	2,73		16,38
LARG	1,8	7,77	3,99			

PORTA VIDRO TEMP- FASE 03 TAB 03					
JANELA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,9 X 2,10	1,00 X 2,1	1.80 X 2,1	1,85X 2,10	TOTAL
SALA REUN					
P1 P3					
P2					
SJD					
WC PNE FEM					
CORR ENT		1			1
QTD		1			1
LARG		2,1			2,1
AREA		2,1			2,1

FASE 1	FASE 2	FASE 3	TOTAL
TOTAL	TOTAL	TOTAL	
0	16,38	2,1	
0	0	18,48	18,48

TABELA 1 ACESSORIOS BANHEIROS FASE 01				
LOCAL	WC AL. SUBTEN	WC AL. CB SD	WC AL.OF	TOTAL
DISPENS	1	1	1	3

SABONETEIRA	1	2	1	4
TOALHEIRO	2	3	2	7
				14

TABELA 2 ACESSORIO BANHEIROS FASE 0

LOCAL	WC AL. FEM	WC F. PNE	TOTAL
DISPENS	1	1	2
SABONETEIRA	1	1	2
TOALHEIRO	1	1	2

TABELA 3 ACESSORIO BANHEIROS FASE 03

LOCAL	WC ADM BAE	W ALOJ CA	W PNE FEM	W SAL CAP	TOTAL	TOT F 1 2 3
DISPENS	1	1	1	1	4	7
SABONETEIRA	1	1	1	1	4	10
TOALHEIRO	1	1	1	1	4	13

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 01 TAB 1

LOCAL	WC AL SUBT	WC AL CB SD	WC AL CAP	TOTAL	
TAMPO MAR	0,9	1,35	0,9	3,15	
ARMARIO m ²	1,83	2,7	1,8	6,33	

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 02 TAB 2

LOCAL	WC AL FEM	COPA	HALL	DML	TOTAL
TAMPO MAR	0,5	6,5		0,8	7,8

ARMARIO	1	10,15		1,46	12,61

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 03 TAB 3									
LOCAL	SAL REUNIAO	SJD	P1-P3	WC MASC	SAL P2	WC PNE F	WC S. CAP	TOTAL	TOT F 1 2 3 m²
TAMPO MAR	2,58		4,5	0,9	2,67	0,38	0,38	11,41	22,36
ARMARIO	4,3	5,15	7,5	1,8	4,46	0,8	0,8	24,81	43,75

PORTA ALUMINIO- FASE 01 TAB 01				
PORTA	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT	1			
ALOJ CB SD	1		1	
ALOJ OFIC	2			
AREA	1,89	0	3,95	
QTD	4		1	
A. TOTAL	7,56	0	3,95	11,51
A SOLEIRA	3,6	0	1,85	5,45

PORTA + ALUMINIO- FASE 02 TAB 02					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL
ALOJ FEM	2				
COPA					
EQ. VTR					
MDL	1				
DEPÓSIT	1				
WC AL. FEM					
SALA AULA		1		1	
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2	
QTD	4	1	0	1	6
A. TOTAL	7,56	1,68	0	4,2	13,44
A SOLEIRA	3,6	0,8	0	2	6,4

PORTA ALUMINIO- FASE 03 TAB 03					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL
SALA REUN					
P1 P3					
P2					

SOLEIRA	FASE 01	FASE 02	FASE 03
P. ALUMINIO	5,45	6,4	1,8
P. MADEIRA	3	1,8	14
	8,45	8,2	15,8
TOTAL			0

<i>SJD</i>					
WC PNE FEM	1				
WC MASC	1				
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2	
QTD	2	0	0	0	2
A. TOTAL	3,78	0	0	0	3,78
A SOLEIRA	1,8	0	0	0	1,8

PORTA MADEIRA- FASE 01 TAB 01				
PORTAS	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT	1			
ALOJ CB SD	1			
ALOJ OFIC	1			
AREA	1,89	1,68	3,885	
QTD	3		0	3
A. TOTAL	5,67	0	0	5,67
A SOLEIRA	2,7	0	0	2,7

PORTA + MADEIRA- FASE 02 TAB 02						
PORTAS	P01	P02	P03	P04		
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00		TOTAL
SAL. ARMA	1					
SALA AULA						
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2		
QTD	1	0	0	0		1
A. TOTAL	0,9	0	0	0		0,9
A SOLEIRA	0,9	0	0	0	1,8	1,8

PORTA MADEIRA- FASE 03 TAB 03						PINTURA PORTA VERNIZ				
PORTAS	P01	P02	P03	P04			FASE1	FASE2	FASE3	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL	TOTAL	5,67	0,9	26,04	
SALA REUN	1						TOTAL 2 FACES		65,22	
P1 P3	1					PORTAS MADEIRA				
P2	1					TAMNHO	FASE1	FASE2	FASE3	
SJD						0,8	0	0	2	2
COR CIR	2					0,9	3	1	12	16
EXISTE ANT FT	7					TOTAL				18
SAL CMT		1								
SAL SBCMT		1								
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2						
QTD	12	2	0	0	14					
A. TOTAL	22,68	3,36	0	0	26,04					
A SOLEIRA	10,8	2,688	0	0	13,488					

PORTA ALUMINIO ABRIR- FASE 01 TAB 01				
PORTA	P01	P02	P03	
LOCAL	0,6 X 1,60	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
WC ALOJ SUBT	4			
WC ALOJ CB S	9			
WC ALOJ OFIC	4			
AREA	0,96			
QTD	17		1	18
A. TOTAL	16,32	0	0	16,32

PORTA ALUMINIO ABRIR- FASE 02 TAB 02					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,6 X 1,60	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00	TOTAL
WC ALOJ F	2				
AREA	0,96				
QTD	2		1	3	
A. TOTAL	1,92	0	0	1,92	1,92

PORTA ALUMINIO ABRIR- FASE 03 TAB 03					
PORTA	P01	P02	P03	P04	
LOCAL	0,6 X 1,60	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	2,00 X1,00	TOTAL
WC MASC	2				
AREA	0,96				
QTD	2		1	3	
A. TOTAL	1,92	0	0	1,92	3,84
					13,488

FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03													
LOCAL	SAL REUNIAO	CIRCUL 01	SJD	P1-P3	CIRC 2	WC MASC	SAL P2	ALOJ SUBCMT	WC PNE F	ALMOX	S. SUBCM	S. CMT BAEP	SALA TECN
TETO	30,83	19,95	12,87	46,08	27,66	9,69	34,85	6,62	3,5	6,97	11,19	14,31	6,18
								3,5	0		11,19	0	6,18

FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03										FASE 1	FASE 2	FASE 3
LOCAL	REL. PUBL	WC PNE FEM	S. CAP	WC S. CAP	ARQ. COF	TOTAL	T. TETO FOR	T. PINT. TETO+ PAR	TOTAL	TOTAL	TOTAL	

TETO	17,05	5,03	14	5,07	6,02	277,87	277,87		277,87		0	0	0
							277,87	0	277,87		0	0	277,87
TOTAL T+P/F1/2/3												277,87	

TABELA SUBST REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F3 PLAN 3															
LOCAL	WC CMT FT	ARQ. COFRE	SL CAPIT	WC PNE FEM FT	REL PUB	SL TECN	CMT BAEP	SUBCMT BAEP	ALMOX	AL SUBCMT	WC SUBCMT	WC PNE FEM 1	WC ADM BAEP	TOTAL	TOT PISO
PISO	5,07	6	14	5,03	17,34	6,18	14,31	11,38	6,97	6,62	3,5	3	9,69	109,09	109,09
RODAPE 10%															8,28
REVEST PER	9,9			9,4							7,8	7	13,12		
AREA	29,205	0	0	27,73	0	0	0	0	0	0	23,01	20,65	38,704	139,299	117,37
													TOTAL P +R		256,66

TABELA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F2 PLAN 2				
LOCAL	COPA	WC AL. FEM	TOTAL	OT PISO + RESVT
PISO	19,98	4,76	24,74	
RODAPE 10%				1,998
REVEST PER	18,6	9,6		
AREA	54,87	28,32		83,19
				26,738
TOTAL P +R				109,928

TABELA REVESTIMENTO E PISO CERÂMICO F1 PLAN 1							
LOCAL	WC AL. CAP	AL. CB SD	WC AL. SUBTEN	TOTAL	OT PISO + RESVT	T PISO 3F	T REV 3F
PISO	14,28	25,5	14,28	54,06	56,61	0	
RODAPE 10%				2,55		0	
				0			
REVEST PER	15,2	21,8	15,2				
AREA	44,84	64,31	44,84	153,99	56,61	153,99	200,718
							376,479
TOTAL P +R					210,6	200,718	376,479

PEITORIL JANELA - FASE 01 TAB 01					
JANELA	J01	J03	J06	J10	
LOCAL	1,8 X 1,0	2,60 X 1,0	2,80 X 1,0	2,30 X 0,50	TOTAL
ALOJ SUBT		1			
ALOJ CB SD			2	4	
ALOJ OFIC		1			

PEITORIL JANELA - FASE 02 TAB 02							
JANELA	J01	J02	J03	J04	J05	J09	
LOCAL	1,8 X 1,0	1,20 X 1,00	2,60 X 1,00	2,50 X1,00	1,5 X 1,00	1,65 X 1,00	TOTAL
ALOJ FEM			1				
COPA			1	1			
EQ. VTR							
MDL					1		
DEPÓSIT					1		

WC ALOJ SUBT	2				
WC AL. CB SD	3				
WCALOJ OFIC	2				
QTD	7	2	2	4	11
LARG	12,6	5,2	5,6	9,2	32,6

WC AL. FEM		1					
SALA AULA	3						
SAL ARMAS	1					1	
QTD	4	1	2	1	2	1	11
LARG	7,2	1,2	5,2	2,5	3	1,65	20,75

PEITORIL JANELA - FASE 02 TAB 03						
JANELA	J05	J06	J07	J08		
LOCAL	1,5 X 1,00	2,00 X 1,0	2,10 X 1,0	2,30 X 1,00	TOTAL	TOT. GER
SALA REUN				1		
P1 P3		2				
P2		2				
SJD	1		1			
WC PNE FEM	1					
QTD	2	4	1	1	0	8
LARG	3	8	2,1	2,3	15,4	68,75

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 01 TAB 1					
LOCAL	WC AL SUB	WC AL CB	WC AL CA	TOTAL	
TAMPO MAR	0,9	1,35	0,9	3,15	

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 02 TAB 2					
LOCAL	WC AL FEM				TOTAL
TAMPO MAR	0,5	6,5		0,8	7,8

TAMPO MARMORE/ ARMARIO FASE 03 TAB 3									
LOCAL	SAL REUNIAO	SJD	P1-P3	WC MASC	SAL P2	WC PNE F	WC S. CAP	TOTAL	TOT F 1 2 3 m²
TAMPO MAR	2,58		4,5	0,9	2,67	0,38	0,38	11,41	22,36

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 01 TAB 01										
LOCAL	WC AL SUB	WC AL CB	WC AL CA	AL OJ SUBT	AL OJ CB	ALOJ OFIC	TOTAL	TOT TETO	T. PARED	T. PINT. TETO+ PAR
PAREDE				86,16	167,88	74,7	328,74			
TETO	14,28	25,5	14,28	36,66	94,68	32,04	217,44	217,44		
AR. PAR				86,16	167,88	74,7	328,74		328,74	
								217,44	328,74	546,18

PERIMETR				28,72	55,96	24,9				
PD				3	3	3				

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 02 TAB 02													
LOCAL	WC AL FEM	ALOJ FEM	RES. ARM	EQUIP VTR	COPA	HALL	DML	SAL AULA	DEPOSIT	TOTAL	T. TETO FO	T. PARED	T. PINT. TETO+ PAR
PAREDE	28,8	46,8	76,5	86,16	55,8	27,51	33,6	98,4	30,3	483,87			
TETO	4,76	10,37	37,12	47,27	19,98	5,2	7,18	65,31	6,1	166,17	166,17		203,29
AREA PAR	28,8	46,8	76,5	86,16	55,8	27,51	33,6	98,4	30,3	483,87		483,87	483,87
								6,1	30,3		166,17	483,87	687,16

PERIMETR	9,6	15,6	25,5	28,72	18,6	9,17	11,2	32,8	10,1	
PD	3	3	3	3	3	3	3	3	3	

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03													
LOCAL	SAL REUNIAO	CIRCULO	SJD	P1-P3	CIRC 2	WC MASC	SAL P2	ALOJ SUBCM	WC PNE F	ALMOX	S. SUBCM	S. CMT BAE	SALA TECN
PAREDE	68,82	103,26	45,9	96,06	55,8	0	74,55	30,9	0	35,16	41,46	49,5	35,4
TETO	30,83	19,95	12,87	46,08	27,66	9,69	34,85	6,62	3,5	6,97	11,19	14,31	6,18
AREA PAR	68,82	103,26	45,9	96,06	55,8	0	74,55	30,9	0	35,16	41,46	49,5	35,4
								3,5	0		11,19	49,5	41,58

PERIMETR	22,94	34,42	15,3	32,02	18,6	0	24,85	10,3	0	11,72	13,82	16,5	11,8
PD	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3

PINTURA + FORRO GESSO- FASE 03 TAB 03									
LOCAL	REL. PUBL	WC PNE F	S. CAP	WC S. CAP	ARQ. COF	TOTAL	T. TETO FO	T. PARED	T. P. TET+ PAR
PAREDE	50,22	0	45	0	31,8	763,83			
TETO	17,05	5,03	14	5,07	6,02	277,87	277,87		277,87
AREA PAR	50,22	0	45	0	31,8	763,83		763,83	763,83
							277,87	763,83	1041,7
PERIMETR	16,74		15		10,6				
PD	3	3	3	3	3				

	FASE 1	FASE 2	FASE 3	T. SERV
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
TETO	217,44	166,17	277,87	661,48
PAREDE	328,74	483,87	763,83	1576,44
TOT DIV	546,18	650,04	1041,7	2237,92
	328,74	483,87	1041,7	
TOTAL T+P/F1/2/3			2237,92	

PORTA MADEIRA- FASE 01 TAB 01				
PORTAS	P01	P02	P03	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	TOTAL
ALOJ SUBT	1			
ALOJ CB SD	1			
ALOJ OFIC	1			
AREA	1,89	1,68	3,885	
QTD	3		0	3
A. TOTAL	5,67	0	0	5,67
A SOLEIRA	2,7	0	0	2,7

PORTA + MADEIRA- FASE 02 TAB 02						
PORTAS	P01	P02	P03	P04		
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,10	2,00 X1,00		TOTAL
SAL. ARMA	1					
SALA AULA						
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2		
QTD	1	0	0	0		1
A. TOTAL	0,9	0	0	0		0,9
A SOLEIRA	0,9	0	0	0	1,8	1,8

PORTA MADEIRA- FASE 03 TAB 03						PINTURA PORTA VERNIZ				
PORTAS	P01	P02	P03	P04			FASE1	FASE2	FASE3	
LOCAL	0,9 X 2,10	0,8 X 2,10	1.85 X 2,1	2,00 X1,00	TOTAL	TOTAL	5,67	0,9	26,04	
SALA REUN	1						TOTAL 2 FACES		65,22	
P1 P3	1									
P2	1									
SJD										
COR CIR	2									
EXISTE ANT FT	7									
SAL CMT		1								
SAL SBCMT		1								
AREA	1,89	1,68	3,885	4,2						

PORTAS MADEIRA				
TAMNHO	FASE1	FASE2	FASE3	
0,8	0	0	2	2
0,9	3	1	12	16
TOTAL				18

QTD	12	2	0	0	14	0
A. TOTAL	22,68	3,36	0	0	26,04	
A SOLEIRA	10,8	2,688	0	0	13,488	

PINTURA + EXTERNA ACRILICA- FASE 03 TAB 03											AREA DOBRADA m²	
LOCAL	FAC FRENT	PAR LAT	RECORTE	RECSAL ARM	RES ARM VTR	REC CX ARE	FR ALOJ	LAT ALOJ	CORREDOR	M LAT F	MUR FR	T. PARED
PAREDE	29,01	2,7	1,64	1,05	18,9	11	18,16	18,55	28,6	20,05	34,3	
		7,25	2,81	13,9	5	4			30		73,74	
	29,01	9,95	4,45	14,95	23,9	30	18,16	18,55	58,6	40,1	216,08	
AREA PAR	87,03	29,85	13,35	44,85	71,7	90	54,48	55,65	175,8	120,3	648,24	1391,25

ELÉTRICA FASE 01 TAB 1										
LOCAL	WC AL SUBT	WC AL CB S	WC AL CAP	AL OJ SUBT	AL OJ CB E S	ALOJ OFIC	TOTAL	TOT TETO	T. PARED	T. PINT. TETO+ PAR
TOMADA 110V	1	1	1	3	7	3	16			
TOM 220V				1			1			
LUMINARIA	2	2	2	6	9	3	24			
INTERRUPTOR	1	1	1	1	1	1	6			

ELÉTRICA- FASE 02 TAB 02										
LOCAL	WC AL FEM	ALOJ FEM	RES. ARM	EQUIP VTR	COPA	HALL	DML	SAL AULA	DEPOSIT	TOTAL
TOMADA 110V	1	3	7	2	6	1	2	6	1	29
TOM 220V					2					2
LUMINARIA	1	2	3	8	4	1	1	4	1	25
INTERRUPTOR	1	1	3	2(3w)	1	1(3w)	1	1(3w)	1	8

ELÉTRICA FASE 03 TAB 03													
LOCAL	SAL REUNIAO	CIRCUL 01	SJD	P1-P3	CIRC 2	WC MASC	SAL P2	ALOJ SUBCMT	WC PNE F	ALMOX	S. SUBCM	S. CMT BAEP	SALA TECN
TOMADA 110V	5	4	4	9	1	1	10	3		1	4	4	1
TOM 220V													
LUMINARIA	3	2	2	7	3	1	6	2	1	2	3	2	1
INTERRUPTOR	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1 1(3w)	1

[illegible]



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES
Memória de Cálculo - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO	Nº TransfereGOV	Nº OPERAÇÃO	PROPOSNENTE / TOMADOR	Nº OPERAÇÃO
0	0	0	0	0

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
0				
1.	Reforma reparatória na sede do 12º BAEP_Araçatuba		-	
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES		-	
1.1.0.0.1.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	10,00	planilha Memoria de calculo
1.1.0.0.2.	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 3 BACIAS, 4 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	4,00	planilha Memoria de calculo
1.2.	REMOÇÕES_RETIRADAS		-	
1.2.0.0.1.	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	170,35	planilha Memoria de calculo
1.2.0.0.2.	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	74,46	74,46
1.3.	SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES		-	
1.3.1.	Fechamentos		-	
1.3.1.1.	Drywall		-	
1.3.1.1.1.	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	20,00	planilha Memoria de calculo
1.3.1.2.	Manutenção adaptadora de fechamento perimetral		-	
1.3.1.2.1.	MURO EM ALVENRIA, INCL. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA, CHAPISCO E EMBOÇO (2 faces)	M2	92,50	37*2,5 h
1.3.1.3.	Pedra		-	
1.3.1.3.1.	DIVISORIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	77,31	planilha Memoria de calculo
1.3.2.	Manutenção em cobertura		-	
1.3.2.0.1.	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	100,00	planilha Memoria de calculo
1.3.2.0.2.	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	30,00	planilha Memoria de calculo
1.3.3.	Serviços de Vidro		-	
1.3.3.1.	Porta de vidro		-	
1.3.3.1.1.	Porta Vidro 10mm- 102184	M2	18,48	planilha Memoria de calculo
1.3.3.1.2.	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, UMA FOLHA COMPOSTO DE DOBRADICAS SUPERIOR E INFERIOR, TRINCO, FECHADURA, CONTRA FECHADURA COM CAPUCHINHO SEM MOLA E PUXADOR. AF_11/2025	UN	8,00	planilha Memoria de calculo
1.3.3.2.	Janela de vidro		-	
1.3.3.2.1.	Confecção e instalação de janela de vidro (basculante, correr, pivotante)	M2	68,75	planilha Memoria de calculo
1.3.4.	Pavimentação		-	
1.3.4.0.1.	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M3	330,62	área 826,55*0,40cm=330,62
1.3.4.0.2.	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	274,97	826,55*0,30
1.3.4.0.3.	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	M3	33,10	826,55*0,04
1.3.4.0.4.	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	826,55	planilha Memoria de calculo
1.3.4.0.5.	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	680,06	escavação =330,62 transporte subbase=274,97 demolição pavimento concreto+74,46
1.3.4.0.6.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	4.050,80	escavação =405,08 * 10 km
1.3.4.0.7.	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	406,00	escavação+demolição =406
1.3.4.0.8.	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	826,55	planilha Memoria de calculo
1.3.5.	Acessorios		-	
1.3.5.0.1.	Dispenser toalheiro metálico esmaltado para bobina de 25cm x 50m, sem alavanca	UN	11,00	planilha Memoria de calculo
1.3.5.0.2.	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00	planilha Memoria de calculo
1.3.5.0.3.	TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	UN	13,00	planilha Memoria de calculo
1.3.6.	Serviços em pedras		-	
1.3.6.0.1.	DIVISORIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	22,36	planilha Memoria de calculo
1.3.6.0.2.	BANCADA DE MÁRMORE BRANCO POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	33,31	planilha Memoria de calculo
1.3.7.	Instalação de abrigo de gás		-	
1.3.7.0.1.	AG-04 ABRIGO PARA GAS COM 2 CILINDROS DE 45 KG	UN	1,00	planilha Memoria de calculo
1.3.8.	Portas/Portão		-	
1.3.8.1.	Metalica		-	
1.3.8.1.1.	PORTA DE ALUMINIO COM GUARNIÇÃO	M2	28,67	planilha Memoria de calculo
1.3.8.1.2.	Porta/portão de abrir em chapa, sob medida	M2	11,34	planilha Memoria de calculo
1.3.8.2.	Madeira		-	

FRENTES DE OBRA:	FRENTE 01	FRENTE 02	FRENTE 03	FRENTE 04
	1	2	3	4
Agrupador de Eventos	21.130,16	308.325,99	467.667,22	350.286,37
TOTAL FINÂNC. POR FRENTE (R\$):				
SERVIÇOS PRELIMINARES	10,00			
SERVIÇOS PRELIMINARES	1,00	1,00	1,00	1,00
REMOÇÕES_RETIRADAS	170,35			
REMOÇÕES_RETIRADAS	74,46			
Drywall		20,00		
Manutenção adaptadora de fechamento perimetral		52,50	40,00	
Pedra		62,64	10,25	4,42
Manutenção em cobertura		50,00	50,00	
Manutenção em cobertura			30,00	
Porta de vidro		16,38	2,10	
Porta de vidro		7,00	1,00	
Janela de vidro		32,60	20,75	15,40
Pavimentação			330,62	
Pavimentação			274,97	
Pavimentação			33,10	
Pavimentação			826,55	
Pavimentação			680,06	
Pavimentação			4.050,80	
Pavimentação			406,00	
Pavimentação			826,55	
Acessorios		3,00	5,00	3,00
Acessorios		4,00	2,00	4,00
Acessorios		7,00	2,00	4,00
Serviços em pedras		3,15	7,80	11,41
Serviços em pedras		3,15	7,80	22,36
Instalação de abrigo de gás			1,00	
Metalica		11,45	13,44	3,78
Metalica			8,82	2,52



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES
Memória de Cálculo - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO	Nº TransfereGOV	Nº OPERAÇÃO	PROPOSNTE / TOMADOR	Nº OPERAÇÃO
0	0	0	0	0

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
0				
1.3.8.2.1.	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	2,00	planilha Memoria de calculo
1.3.8.2.2.	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	16,00	planilha Memoria de calculo
1.3.9.	Serviços em Cobertura		-	
1.3.9.0.1.	Chapa em policarbonato compacta, cristal, espessura de 10 mm	m²	9,00	planilha Memoria de calculo
1.3.9.0.2.	Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem pintura	kg	100,00	planilha Memoria de calculo
1.3.10.	FORRO/ DRYWALL		-	
1.3.10.0.1.	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	M2	591,00	planilha Memoria de calculo
1.3.11.	REVESTIMENTO		-	
1.3.11.0.1.	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	M2	187,89	planilha Memoria de calculo
1.3.11.0.2.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	M2	187,89	planilha Memoria de calculo
1.3.11.0.3.	RODAPE CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 80X80CM. AF_02/2023	M	12,83	planilha Memoria de calculo
1.3.11.0.4.	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	31,64	planilha Memoria de calculo
1.3.11.0.5.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	376,48	planilha Memoria de calculo
1.3.12.	HIDRAULICA		-	
1.3.12.0.1.	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00	planilha Memoria de calculo
1.3.12.0.2.	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	24,00	planilha Memoria de calculo
1.3.12.0.3.	BANCADA/PRATELEIRA DE GRANITO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	M2	22,36	planilha Memoria de calculo
1.3.12.0.4.	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	planilha Memoria de calculo
1.3.12.0.5.	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	planilha Memoria de calculo
1.3.12.0.6.	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00	planilha Memoria de calculo
1.3.13.	PINTURA		-	
1.3.13.0.1.	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	2.237,92	planilha Memoria de calculo
1.3.13.0.2.	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	1.576,44	planilha Memoria de calculo
1.3.13.0.3.	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	661,48	planilha Memoria de calculo
1.3.13.0.4.	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	65,22	planilha Memoria de calculo
1.3.14.	Identificação visual		-	
1.3.14.1.	Reforma e reinstalação de totem		-	
1.3.14.1.1.	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	7,50	(6,0x0,85x0,20)*2 faces
1.3.14.1.2.	Retirada de esquadria metálica em geral	m²	375,00	375
1.3.14.1.3.	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	4,00	4
1.3.14.1.4.	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE ATÉ 2,5 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	20,00	20
1.3.14.1.5.	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	1,00	1
1.3.14.1.6.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	1,00	1
1.3.14.1.7.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	4,00	4
1.3.14.1.8.	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	80,00	80

FRENTES DE OBRA:	FRENTE 01	FRENTE 02	FRENTE 03	FRENTE 04
Agrupador de Eventos	1	2	3	4
TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	21.130,16	308.325,99	467.667,22	350.286,37
Madeira				2,00
Madeira		3,00	1,00	12,00
Serviços em Cobertura			9,00	
Serviços em Cobertura			100,00	
FORRO/ DRYWALL		203,29	203,29	184,42
REVESTIMENTO		54,06	24,74	109,09
REVESTIMENTO		54,06	24,74	109,09
REVESTIMENTO		2,55	2,00	8,28
REVESTIMENTO		8,15	8,20	15,29
REVESTIMENTO		153,99	83,19	139,30
HIDRAULICA		1,00	2,00	1,00
HIDRAULICA		24,00		
HIDRAULICA		3,15	7,80	11,41
HIDRAULICA		7,00	2,00	4,00
HIDRAULICA		7,00	2,00	4,00
HIDRAULICA		7,00	1,00	2,00
PINTURA		546,18	650,04	1.041,70
PINTURA		328,74	483,87	763,83
PINTURA		217,44	166,17	277,87
PINTURA		11,34	1,80	52,08
Reforma e reinstalação de totem			7,50	
Reforma e reinstalação de totem			375,00	
Reforma e reinstalação de totem			4,00	
Reforma e reinstalação de totem			20,00	
Reforma e reinstalação de totem			1,00	
Reforma e reinstalação de totem			1,00	
Reforma e reinstalação de totem			4,00	
Reforma e reinstalação de totem			80,00	



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES
Memória de Cálculo - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO	Nº TransfereGOV	Nº OPERAÇÃO	PROPOSNENTE / TOMADOR	Nº OPERAÇÃO
0	0	0	0	0

					FRENTES DE OBRA:				
						FRENTE 01	FRENTE 02	FRENTE 03	FRENTE 04
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo	Agrupador de Eventos	1	2	3	4
0					TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	21.130,16	308.325,99	467.667,22	350.286,37
1.3.14.1.9.	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	1,00	1	Reforma e reinstalação de totem			1,00	
1.3.14.1.10.	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura	kg	375,00	375	Reforma e reinstalação de totem			375,00	
1.3.14.1.11.	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	350,00	350	Reforma e reinstalação de totem			350,00	
1.3.14.1.12.	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	5,70	5,7	Reforma e reinstalação de totem			5,70	
1.3.14.2.	Portal		-						
1.3.14.2.1.	Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem pintura	kg	375,00	375	Portal			375,00	
1.3.14.2.2.	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	375,00	375	Portal			375,00	
1.3.14.2.3.	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	15,15	7*1,9+6,6*0,7*4	Portal			15,15	
1.3.14.3.	Brasão		-						
1.3.14.3.1.	Placa de identificação em acrílico com texto em vinil	M2	2,55	1,7*1,5	Brasão		2,55		
1.3.14.4.	Fachada		-						
1.3.14.4.1.	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	13,20	6,6*2	Fachada		13,20		
1.3.14.4.2.	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	13,20	13,2	Fachada		13,20		
1.3.14.5.	Elétrica		-						
1.3.14.5.1.	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	7,00	7	Elétrica				7,00
1.3.14.5.2.	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	200,00	200	Elétrica				200,00
1.3.14.5.3.	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	14,00	14	Elétrica				14,00
1.3.14.5.4.	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	2,00	2	Elétrica				2,00
1.3.14.5.5.	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	20,00	20	Elétrica				20,00
1.3.15.	ELÉTRICA		-						
1.3.15.0.1.	CHUVEIRO ELÉTRICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	12,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				12,00
1.3.15.0.2.	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 W a 24 W	Un	57,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				57,00
1.3.15.0.3.	Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W	UN	45,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				45,00
1.3.15.0.4.	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				6,00
1.3.15.0.5.	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	118,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				118,00
1.3.15.0.6.	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	23,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				23,00
1.3.15.0.7.	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				28,00
1.3.15.0.8.	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				28,00
1.3.15.0.9.	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				2,00
1.3.15.0.10.	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	4,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				4,00
1.3.15.0.11.	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	1,00	planilha Memoria de calculo	ELÉTRICA				1,00
1.3.16.	ESQUADRIA DE SEGURANÇA		-						
1.3.16.0.1.	Guichê de segurança em grade de aço SAE 1045, diâmetro de 1", com têmpera e revenimento	M2	8,00	planilha Memoria de calculo	ESQUADRIA DE SEGURANÇA				8,00
1.3.16.0.2.	Porta de segurança de abrir em grade de aço SAE 1045, diâmetro 1', completa, com têmpera e revenimento	M2	3,00	planilha Memoria de calculo	ESQUADRIA DE SEGURANÇA				3,00
1.3.17.	SERVIÇOS FINAIS		-						
1.3.17.1.	Remoção de entulho		-						
1.3.17.1.1.	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	20,00	planilha Memoria de calculo	Remoção de entulho				20,00
1.3.17.1.2.	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	200,00	planilha Memoria de calculo	Remoção de entulho				200,00
1.3.17.1.3.	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	20,00	planilha Memoria de calculo	Remoção de entulho				20,00
1.3.17.2.	Limpeza e jardinagem		-						
1.3.17.2.1.	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	10,00	planilha Memoria de calculo	Limpeza e jardinagem				10,00
1.3.17.2.2.	Limpeza final da obra	M2	700,00	planilha Memoria de calculo	Limpeza e jardinagem				700,00

Local
Data
quarta-feira, 14 de janeiro de 2026

Responsável Técnico
Nome:
CREA/CAU:
ART/RRT:

Responsável
Nome:
CREA/CAU:
ART/RRT:

B	C	D	E	H
Composição	002	MURO EM ALVENRIA, INCL. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA, CHAPISCO E EMBOÇO (2 faces)	M2	
SINAPI	88238	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5
SINAPI	88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1
SINAPI	88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,7
SINAPI-I	43058	ACO CA-50, 10,0 MM, OU 12,5 MM, OU 16,0 MM, OU 20,0 MM, DOBRADO E CORTADO	KG	1,3
SINAPI-I	43132	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	1,08
SINAPI-I	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,08
SINAPI-I	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,06
SINAPI-I	1106	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	KG	2
SINAPI-I	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	9,2
SINAPI-I	2692	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	0,1
SINAPI-I	5061	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	0,1
SINAPI-I	20206	SARRAFO APARELHADO *2 X 10* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	0,2
SINAPI-I	6189	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,4
CDHU	G.01.000.0	Tijolo cerâmico furado "baianinho" de 10 x 19 x 19 cm	UN	23,1
SINAPI	89277	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 440 L, MOTOR A DIESEL POTÊNCIA 10 CV, COM CARREGADOR - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_05/2023	H	0,05
SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	2

SINAPI	87794	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	M2	2
Composição	CP-342	Porta Vidro 10mm- 102184	M2	
SINAPI-I	3104	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	1
SINAPI-I	5031	VIDRO TEMPERADO INCOLOR PARA PORTA DE ABRIR, E = 10 MM (SEM FERRAGENS E SEM COLOCACAO)	M2	1,05
SINAPI-I	11499	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	1
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5
SINAPI	88325	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5
Composição	_022	Confecção e instalação de janela de vidro (basculante, correr, pivotante)	M2	
SINAPI	102181	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 10 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_11/2025	M2	1
SINAPI-I	5092	GONZO DE EMBUTIR, EM LATAO / ZAMAC, *20 X 48* MM, PARA JANELA BASCULANTE / PIVOTANTE, JOGO COM 4 PECAS (PAR) - INCLUI PARAFUSOS	PAR	1
SINAPI-I	5093	LEVANTADOR DE JANELA GUILHOTINA, EM LATAO CROMADO	PAR	1
SINAPI-I	38169	CONJUNTO DE FERRAGENS PIVO, PARA PORTA PIVOTANTE DE ATE 100 KG, REGULAVEL COM ESFERA, CROMADO - SUPERIOR E INFERIOR - COMPLETO	CJ	1
SINAPI-I	38177	FECHO / TRINCO TIPO AVIAO, EM ZAMAC CROMADO, *60* MM, PARA JANELAS - INCLUI PARAFUSOS	UN	1
Composição	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	
CDHU	A.05.000.0	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	1

Composição	44.03.030	Dispenser toalheiro metálico esmaltado para bobina de 25cm x 50m, sem alavanca	UN	
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,25
CDHU	O.11.000.0	Dispenser tipo toalheiro metálico esmaltado para bobina de 25cm x 50m, sem alavanca, ref. 1855 da Ideal, Aurimar 86 da Guarani ou equivalente	UN	1
Composição	FDE-97.02.	AG-04 ABRIGO PARA GAS COM 2 CILINDROS DE 45 KG	UN	
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,18
SINAPI	88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,18
SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,64
SINAPI	88248	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,64
SINAPI	88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,93
SINAPI	88238	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,93
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	21,29
SINAPI	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,76
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,94
SINAPI-I	367	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,577
SINAPI-I	1106	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	KG	52,58
SINAPI-I	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	154,04
SINAPI-I	4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,313
SINAPI-I	6189	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	0,26
SINAPI-I	43681	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 8 A 12 MM	M2	0,85
SINAPI-I	34449	ACO CA-50, 6,3 MM, DOBRADO E CORTADO	KG	3,05

SINAPI-I	43062	ACO CA-60, 6,0 MM OU 7,0 MM, DOBRADO E CORTADO	KG	7,62
SINAPI-I	34599	BLOCO DE VEDACAO CONCRETO APARENTE 9 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	70,72
SINAPI-I	5065	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	KG	0,52
SINAPI-I	345	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	0,32
SINAPI-I	35692	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA	L	1,98
SINAPI-I	6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	1,584
SINAPI	92690	TUBO DE AÇO PRETO SEM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIAS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	2,4
SINAPI-I	38836	TAMPAO / CAP, ROSCA MACHO, DN 3/4", PARA TUBO PEX PARA INST. AGUA QUENTE/FRIA	UN	2
CDHU	A.06.000.0	Cilindro de aço para gás GLP de 45kg com carga	UN	2
SINAPI	95249	VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2
CDHU	O.11.000.0	Válvula e mangueira para gás domiciliar de 3/8 ´	CJ	2
CDHU	O.11.000.0	Regulador de alta pressão, vazão 9 kg; ref. 76510/3 fabricação Aliança ou equivalente	UN	1
SINAPI	97553	TÊ, EM AÇO, CONEXÃO SOLDADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIAS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1
CDHU	O.05.000.0	Válvula dupla em latão cromado, para bancada de laboratório, uso em GLP, bico para mangueira, de 1/4 ´ a 1/2 ´ , ref. PV120 Pecinox, JV109 Juval, ou equivalente	UN	1
SINAPI-I	37562	PORTAO DE CORRER EM GRADIL FIXO DE BARRA DE FERRO CHATA DE 3 X 1/4" NA VERTICAL, SEM REQUADRO, ACABAMENTO NATURAL, COM TRILHOS E ROLDANAS	M2	2,25
Composição	096	PORTA DE ALUMINIO COM GUARNIÇÃO	M2	
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,266664
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9435801

SINAPI-I	4914	PORTA DE ABRIR EM ALUMINIO COM LAMBRI HORIZONTAL/LAMINADA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA	M2	1
SINAPI-I	7568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	8,8
SINAPI-I	142	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	310ML	1,613
SINAPI	105812	GUARNIÇÃO DE ALUMÍNIO. AF_11/2024	M	6
Composição	24.02.060	Porta/portão de abrir em chapa, sob medida	M2	
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3
SINAPI-I	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	2,03
SINAPI-I	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,01
CDHU	H.03.000.0	Porta em chapa nº 14 com batente	M2	1
Composição	27.02.041	Chapa em policarbonato compacta, cristal, espessura de 10 mm	m ²	
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,97
SINAPI	88251	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,97
CDHU	F.04.000.0	Chapa em policarbonato compacto, cor cristal, espessura de 10mm	M2	1,1
Composição	15.03.150	Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem pintura	kg	
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,11
SINAPI	88251	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,11
CDHU	E.04.000.0	Tubo metálico metalon, referência 60 x 60 x 3,75mm	M	0,1642
SINAPI-I	1330	CHAPA DE ACO GROSSA, ASTM A36, E = 1/4" (6,35 MM) 49,79 KG/M2	KG	0,0168
Composição	CP-484	BANCADA/PRATELEIRA DE GRANITO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	M2	
SINAPI-I	4823	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	0,5228

SINAPI-I	7568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	6
SINAPI-I	11795	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2	1,005
SINAPI-I	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	0,0211
SINAPI-I	37591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	UN	2
SINAPI	88274	MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,4944
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9834
Composição	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,05
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,15
Composição	04.02.140	Retirada de esquadria metálica em geral	m ²	
SINAPI-I	4750	PEDREIRO (HORISTA)	H	0,7
SINAPI-I	6111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	0,7
Composição	15.03.090	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura	kg	
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,11
SINAPI	88251	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,11
Composição	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	
CDHU	E.01.000.0	Pintura de acabamento em tinta esmalte sobre estrutura metálica	KG	1
Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,52
SINAPI-I	252	AJUDANTE DE SERRALHEIRO (HORISTA)	H	10,07
SINAPI-I	40547	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	1

SINAPI-I	5104	REBITE DE REPUXO EM ALUMINIO VAZADO, DIAMETRO 3,2 X 8 MM DE COMPRIMENTO (1KG = 1025 UNIDADES)	KG	1,5
CDHU	E.08.000.0	Placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm, acabamento em PVDF, uso externo/interno	M2	1,3
CDHU	F.08.000.0	Mastique silicone Silix 567; referência comercial Rhodia / Dow Corning 791 ou equivalente	bg	2,12
SINAPI-I	44073	TARUGO DELIMITADOR DE PROFUNDIDADE EM ESPUMA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE 10 MM, CINZA	M	1,27
SINAPI-I	592	CANTONEIRA EM ALUMINIO, ABAS IGUAIS, LARGURA DE 25,40 MM (1"), ESPESSURA DE 3,17 MM (1/8") E PESO LINEAR DE APROXIMADAMENTE 0,408 KG/M	KG	2,48
Composição	97.02.190	Placa de identificação em acrílico com texto em vinil	M2	
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2
CDHU	N.04.000.0	Placa com sinalização indicativa de 7 x 25 cm, em acrílico cristal ou colorido, com espessura de 2 mm, com texto em vinílico adesivo	M2	1
Composição	CP-576	CHUVEIRO ELÉTRICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	
SINAPI-I	1367	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO CROMADO, COM CANO, 4 TEMPERATURAS (110/220 V)	UN	1
SINAPI-I	3146	FITA VEDA ROSCA, EM PTFE, ROLO DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	0,021
SINAPI	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4467
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1407
Composição	41.31.070	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 W a 24 W	Un	
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3

SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3
SINAPI-I	20111	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	0,01
CDHU	P.15.000.0	Luminária LED quadrada, sobrepor, de 15 a 24W fluxo lum. 1363 a 1800 lm, 220V, temper. de cor 4000 K, difusor prismático transparente; ref. 400-24/1 LED da ARM, EF75-S2000840, difusor leitoso Lumicenter, PL 289/LED18W TL Prolumi ou equivalente	UN	1
Composição	41.31.040	Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W	UN	
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4
CDHU	P.15.000.0	Luminária LED retangular, sobrepor, de 35 a 41W, 3690 a 4800 lm, 220V, temper. cor 4000K, difusor translúcido; ref. AL0756D.L102 da Ajalumi, SM-755/2 LED LC da ARM, LHT42-S4000840 da Lumicenter ou equivalente	UN	1
SINAPI-I	21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	0,01
Composição	43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	
SINAPI	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1
SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1
CDHU	Q.01.000.0	Exaustor elétrico doméstico para banheiro, estrutura em plástico, potência 13 a 20W, vazão nominal livre 150 a 190m³/h, ref. B12 Plus da Cata, Silent 200cz da Soler & Palau, Ventokit 150 da Westaflex, Inline-190 da Sicflux ou equivalente	UN	1
Composição	24.04.620	Guichê de segurança em grade de aço SAE 1045, diâmetro de 1', com têmpera e revenimento	M2	
SINAPI	88251	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,78
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,84

CDHU	H.09.000.0	Guichê de segurança em grade com aço SAE 1045, diâmetro de 1 ´, com têmpera e revenimento	M2	1
Composição	24.04.330	Porta de segurança de abrir em grade de aço SAE 1045, diâmetro 1 ´, completa, com têmpera e revenimento	M2	
SINAPI	88251	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,78
SINAPI	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,84
CDHU	H.09.000.0	Porta de segurança de abrir em grade aço SAE 1045, diâmetro de 1 ´, completa - com têmpera e revenimento	M2	1
Composição	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	
SINAPI-I	6121	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (HORISTA)	H	0,7

INDICAÇÃO DE ADMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

1. Visando o atendimento ao princípio constitucional da eficiência, previsto no artigo 37, da Constituição Federal do Brasil de 1988, a fim de agir com produtividade e competência, atendendo de maneira satisfatória o interesse público, **solicito a inclusão da possibilidade de subcontratação parcial do objeto**, por parte da empresa a ser contratada, dos seguintes itens:

1.1. Serviço de fornecimento, confecção e instalação de elementos de identificação, em conformidade com o novo padrão visual institucional - 100% do subitem.

2. Esclareço que tal indicação tem por objetivo o alcance da meta estabelecida, ou seja, a conclusão da obra Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), Araçatuba /SP, com efetividade, economicidade, transparência e moralidade.

Data da assinatura digital.

RODRIGO APARECIDO CORREIA SCARPIN

Cabo PM – Auxiliar da Seção de Logística - Engenheiro Civil

CREA/SP nº 5070718978

ART 28027230231925721

Secretaria da Segurança Pública
Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura
ANÁLISE DE RISCOS

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia, não contínuos, para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro da Aviação, Araçatuba, interior do Estado de São Paulo.

ITEM	ETAPA DO PROCESSO, SE APLICÁVEL AO OBJETO	DEMANDA	RISCO	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO I = (1 a 5)	PROBABILIDADE P = (1 a 5)	RISCO INERENTE RI = P x I	CONTROLE EXISTENTE	RISCO INERENTE RI	FATOR DE CONTROLE FC	RISCO RESIDUAL RR = RI x FC	NÍVEL DE RISCO RESIDUAL (RR) Extremo: RR ≥ 15 Alto: 8 ≤ RR < 14,90 Médio: 4 ≤ RR < 7,9 Baixo: 0 < RR < 4	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO DE RESPONSABILIDADE
1	Planejamento	Levantamento prévio falho quanto à real demanda.	Atraso na definição da natureza e classificação do objeto.	1) Atraso na elaboração da documentação. 2) Falhas durante a elaboração da documentação. 3) Atraso no Cronograma de Execução.	4	1	4	Controle de profissionais disponíveis capacitados e treinados.	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Revisão e validação contínua do planejamento, com revisões regulares do levantamento das demandas e do planejamento, envolvendo todas as partes interessadas. 2) Plano de contingência para lidar com possíveis falhas no levantamento da demanda, com ações corretivas.	Risco exclusivo do Contratante.
2	Planejamento	Criação de Equipe de Planejamento e Contratação	Ausência de profissionais capacitados para designação.	1) Atraso na elaboração da documentação; 2) Falhas durante a elaboração da documentação; 3) Atraso no Cronograma de Execução.	4	1	4	Controle de profissionais disponíveis capacitados.	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Profissionais disponíveis capacitados; 2) Treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais disponíveis.	Risco exclusivo do Contratante.
3	Planejamento	Documento de Formalização da Demanda	Não estar inserido no Plano de Contratação Anual (PCA)	Alteração e inserção da demanda no Plano de Contratação Anual.	4	1	4	Controle do Plano de Contratação Anual vigente.	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Revisão e validação contínua do planejamento, com revisões regulares do levantamento das demandas e do planejamento, envolvendo todas as partes interessadas. 2) Plano de contingência para lidar com possíveis falhas no levantamento da demanda, com ações corretivas.	Risco exclusivo do Contratante.
4	Planejamento	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar	Atraso na elaboração do Estudo Técnico Preliminar com atraso ou comprometido, não possibilitando a elaboração dos demais atos administrativos (Termo de Referência, Edital, etc.).	1) Atraso na elaboração da documentação. 2) Falhas durante a elaboração da documentação. 3) Atraso no Cronograma de Execução.	4	1	4	Acompanhamento durante a elaboração do ETP, Análise de Riscos, Memória de Cálculo	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Designação de profissionais capacitados para elaboração do Estudo técnico Preliminar. 2) Treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos.	Risco exclusivo do Contratante.
5	Planejamento	Elaboração do Termo de Referência	Elaboração do Termo de Referência com atraso, não possibilitando a elaboração dos demais atos administrativos (peças editais, etc.).	1) Atraso na elaboração da documentação. 2) Falhas durante a elaboração da documentação. 3) Atraso no Cronograma de Execução.	4	1	4	Acompanhamento durante a elaboração do Termo de Referência e apensos.	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Designação de profissionais capacitados para elaboração do Termo de Referência. 2) Treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos.	Risco exclusivo do Contratante.
6	Planejamento	Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	Ausência de aprovação do Termo de Referência.	1) Atraso na elaboração da documentação. 2) Atraso no Cronograma de Execução.	4	1	4	Acompanhamento durante a elaboração do Termo de Referência e apensos.	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Revisão e validação contínua do planejamento, com revisões regulares do levantamento das demandas e do planejamento, envolvendo todas as partes interessadas. 2) Plano de contingência para lidar com possíveis falhas no levantamento da	Risco exclusivo do Contratante.

7	Licitação	Designação da Comissão de Licitação e Agente da Contratação	Ausência ou atraso da designação formal da comissão de licitação ou do agente da contratação.	1) Atraso na elaboração da documentação. 2) Falhas durante a elaboração da documentação. 3) Atraso no Cronograma de Execução.	4	1	4	Relação de profissionais aptos a serem designados para compor a Comissão de Licitação e Agente de Contratação	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Revisão e validação contínua do planejamento, com revisões regulares do levantamento das demandas e do planejamento, envolvendo todas as partes interessadas. 2) Plano de contingência para lidar com possíveis falhas no levantamento da demanda, com ações corretivas.	Risco exclusivo do Contratante.
8	Licitação	Elaboração da Minuta Editalícia e apensos	Ausência de documentação exigida	1) Atraso na consolidação dos demais documentos licitatórios. 2) Atraso no Cronograma de Execução.	4	1	4	Relação de profissionais aptos e competentes a serem designados para compor a Comissão de Licitação e Agente de Contratação.	4	0,4	1,6	BAIXO	1) Revisão e validação contínua do planejamento, com revisões regulares do levantamento das demandas e do planejamento, envolvendo todas as partes interessadas. 2) Plano de contingência para lidar com possíveis falhas no levantamento da demanda, com ações corretivas.	Risco exclusivo do Contratante.
9	Licitação	Análise do processo licitatório pela Consultoria Jurídica	Presença de falhas, omissões ou discrepâncias com os documentos disponibilizados pela PGE no site compras.sp	Exigibilidade de readequação, retificação do Edital e apensos.	4	3	12	Utilização dos documentos disponibilizados pela PGE no site compras.sp	12	0,4	4,8	MÉDIO	Planejamento antecipado e detalhado, com elaboração de todos documentos exigíveis e elaborados conforme os modelos disponibilizados no portal compras.sp.	Risco exclusivo do Contratante.
10	Licitação	Publicação no DOE/SP e jornal de grande circulação, quando for o caso.	Revogação da licitação	Atraso na abertura da sessão pública	4	1	4	Checklist das etapas e obrigatoriedades a serem cumpridas.	4	0,4	1,6	BAIXO	Cumprimento do Capítulo III da Lei Federal nº 14.133/2021.	Risco exclusivo do Contratante.
11	Licitação	Vício insanável do durante o desenvolvimento do processo licitatório.	Ausência de requisitos obrigatórios do Edital e apensos.	Revogação ou anulação da licitação e exigibilidade de readequação, retificação e republicação do Edital e apensos.	5	3	15	Acompanhamento e elaboração do Edital e apensos conforme modelos padrão disponibilizados no portal compras.sp.	15	0,4	6	MÉDIO	1) Elaboração do processo licitatório utilizando-se os modelos disponibilizados no portal compras.sp; 2) Designação de autoridades competentes aos atos administrativos desenvolvidos.	Risco exclusivo do Contratante.
12	Licitação	Abertura e realização da sessão pública da licitação.	Problemas técnicos do sistema e plataforma digital compras.gov.br.	Revogação da licitação e republicação do Edital e apensos.	5	3	15	Previsão em agenda da abertura da licitação, com conferência prévia do funcionamento da plataforma compras.gov.br.	15	0,4	6	MÉDIO	Realização de testes na plataforma compras.gov.br, bem como conferência prévia de data e horário da sessão pública.	Risco exclusivo do Contratante.

13	Licitação	Falta de disputa no certame.	Licitação deserta ou fracassada.	1) Ausência de proponentes; 2) Propostas inexequíveis.	5	3	15	1) Elaboração de estudo de mercado, descrição detalhada do objeto e planejamento prévio; 2) Clareza e razoabilidade nas exigências do edital; 3) Publicidade e divulgação ampla da licitação.	15	0,4	6	MÉDIO	1) Consultas aos fornecedores e associações do setor para entender as condições e expectativas do mercado; 2) Definição adequada do orçamento e condições financeiras, utilizando fontes de referência confiáveis para definição de preços como SINAPI, CDHU, SICRO e bases regionais; 3) Publicação de audiência pública para verificar as tendências e tecnologias utilizadas no mercado, se for o caso.	Risco exclusivo do Contratante.
14	Licenças e aprovações	Obtenção de licenças ambientais.	Atraso ou não obtenção de licenças ambientais por culpa exclusiva do Contratado.	1) Atraso no início das obras ou no cronograma de execução; 2) Aumento dos custos do empreendimento; 3) Necessidade de alteração de projeto.	4	3	12	Análise do objeto e suas obrigações quanto à aprovações e licenciamentos.	12	0,4	4,8	MÉDIO	1) Planejamento Antecipado e Gestão de Riscos, realizando estudos ambientais prévios para identificar possíveis desafios; 2) Cumprir rigorosamente os requisitos e prazos estabelecidos para evitar atrasos no processo, manter diálogo contínuo com os órgãos licenciados e avaliar a possibilidade de solicitar licenças parciais ou temporárias; 3) Elaboração de projetos com alternativas tecnológicas para reduzir os impactos ambientais; 4) Elaboração de projetos para compensações ambientais, quando solicitado.	Risco exclusivo do CONTRATADO, que não terá direito a nenhum aprorrogação do prazo contratual ou reajuste de preços em virtude de sua mora na execução dos serviços, além de ser sancionado com as penalidades prevista em contrato. Caso o órgão Ambiental exigir a alteração do projeto elaborado pelo Contratado como condição para o licenciamento, este arcará com os custos decorrentes.
15	Licenças e aprovações	Licenciamento e aprovações diversas	Atraso ou não obtenção das licenças e autorizações diversas para execução da obra.	1) Modificação do custo ou do prazo da obra; 2) Embargo da obra.	4	3	12	• Controle e Monitoramento do licenciamento	12	0,4	4,8	MÉDIO	1) Gestão Estratégica e Planejamento Antecipado; 2) Solicitação, em tempo hábil, de alvarás de construção, licenças de transporte, autorizações de supressão vegetal, entre outros; 3) Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidade e de rescisão unilateral do contrato. 4) Aditivo de prorrogação de prazo.	Risco exclusivo do CONTRATADO, que não terá direito a nenhum aprorrogação do prazo ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como poderá ensejar a aplicação de sanções.
16	Licenças e aprovações	Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.	Descoberta arqueológicas ou outras interferências com patrimônio cultural.	Alteração de prazo e de custo da obra	4	3	12	A Administração, por meio de gerenciamento ambiental, deve avaliar áreas de relevância arqueológica, tornando público o estudo.	12	0,2	2,4	BAIXO	1) Consultar os Órgãos de Proteção ao Patrimônio antes da execução do objeto; 2) Adaptação do projeto às normas de preservação; 3) Compatibilização arquitetônica; 4) O Contratante fará a prorrogação de prazo necessária, bem como suportará o custo de eventuais alterações de projeto e do reajustamento contratual.	Risco exclusivo do Contratante.
17	Projeto	Projeto Elaborado	Projetos realizados de maneira inadequada ou ineficiente, dificuldade em cumprir o cronograma da elaboração dos Projetos, gerando custos adicionais.	1) Projeto não aprovado pela administração; 2) Necessidade de refazer o projeto; 3) Aumento de custo; 4) Atraso no cronograma físico-financeiro.	4	4	16	1) Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato; 2) Acompanhamento da obra por equipe de fiscalização atuante.	16	0,4	6,4	MÉDIO	1) Elaboração do projeto de acordo com as normas e legislações vigentes; 2) Monitoramento e controle do andamento da execução dos projetos, com revisões periódicas e relatórios de progresso; 3) Compatibilização antecipada entre projetos com utilização de ferramentas de modelagem BIM.	Risco exclusivo da Contratada
18	Projeto	Condições Geológicas	Deteção de condições geológicas que ensejam a alteração da solução das fundações previstas no anteprojeto ou projeto básico.	Modificação do cronograma e/ou do custo de execução.	4	3	12	1) Estudos e planejamento antecipado e paramétrico; 2) Consulta a estudos existentes e históricos da região; 3) Prorrogação de prazo e celebração de termo de aditamento alterando o método executivo da fundação.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Realização de sondagem e outros procedimentos de investigação geotécnica.	Risco exclusivo da Contratada

19	Projeto	Alteração do Projeto Geológico	Deteção de condições geológicas que ensejam a alteração da solução de terraplanagem previstas no anteprojeto ou projeto básico.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	4	3	12	1) Estudos e planejamento antecipado e paramétrico; 2) Consulta a estudos existentes e históricos da região; 3) Prorrogação de prazo e celebração de termo de aditamento alterando o método executivo do serviço.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Seguro Risco de Engenharia	Risco exclusivo da Contratada
20	Execução	Alteração do Projeto de Fundação	Descoberta de interferência não identificáveis e/ou situações geológicas diferentes da prevista.	Modificação do cronograma e/ou do custo de execução.	4	3	12	1) Estudos e planejamento antecipado; 2) Consulta a estudos existentes e históricos da região; 3) Prorrogação de prazo e celebração de termo de aditamento alterando o método executivo da fundação.	12	0,4	4,8	MÉDIO	1) Realização de sondagem e outros procedimentos de investigação geotécnica; 2) Supervisão técnica contínua.	Risco compartilhado, Contratante e Contratada, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013.
21	Execução	Alteração do Projeto Geológico	Acréscimos nos volumes de escavação, necessidade de tratamentos especiais com maior consumo de aço ou concreto, ou ainda, mudança na técnica de construção prevista.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	4	3	12	1) Estudos e planejamento antecipado; 2) Consulta a estudos existentes e históricos da região; 3) Prorrogação de prazo e celebração de termo de aditamento alterando o método executivo do serviço.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Seguro Risco de Engenharia	Risco compartilhado, Contratante e Contratada, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013.
22	Execução	Alteração do Projeto de Contenção	Acréscimos de serviços necessários à estabilização de taludes e muros de arrimos.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	4	3	12	1) Estudos e planejamento antecipado; 2) Consulta a estudos existentes e históricos da região; 3) Prorrogação de prazo e celebração de termo de aditamento alterando o método executivo do serviço.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Seguro Risco de Engenharia	Risco compartilhado, Contratante e Contratada, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013.
23	Execução	Intempéries	Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios, granizo ou outros eventos climáticos e ambientais	1) Necessidade de refazimento de serviços; 2) Alteração do cronograma de execução; 3) Alteração nos custos de construção; 4) Perda de serviços já executados e/ou materiais estocados no canteiro; 5) Danos às instalações do canteiro de obra; Dificuldade de acesso à obra.	3	2	6	Contrato prevê que o construtor apresente apólice de seguro de risco de engenharia	6	0,2	1,2	BAIXO	Seguro Risco de Engenharia	Risco compartilhado, Contratante e Contratada, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013.
24	Execução	Construção / Implantação	Problema verificado quanto ao gabarito e locação de níveis da edificação no terreno, erro na implantação da edificação no terreno.	1) Realocação do gabarito e refazimento do serviço; 2) Aumento dos custos; 3) Atraso no cronograma.	4	2	8	Levantamento Topográfico antes do início das obras.	8	0,4	3,2	BAIXO	1) Instrumentos e métodos para controle do gabarito, como estacas de referência, nível e Plumb Line; 2) Equipamentos de precisão, controle de desvio, conferência de posições; 3) Fiscalização atuante.	Risco exclusivo do Contratado.

25	Execução	Construção	Acidentes causados por queda de objetos ou de trabalhadores na obra ou desmoronamento das estruturas da obra.	1) Paralisação das obras ou atraso no cronograma de execução; 2) Aumento dos custos; 3) Responsabilidade civil por danos à propriedade do Contratante ou de terceiros; 4) Indenização por danos materiais ou morais e eventuais vítimas; 5) Multas, embargos e outras penalidades aplicadas por órgãos de fiscalização; 6) Responsabilização penal dos responsáveis técnicos.	4	2	8	1) Acompanhamento da obra pelo seu responsável técnico e pela equipe de fiscalização; 2) Execução de bandejas primárias, secundárias e terciárias; 3) Execução de tela de proteção, tapumes, guarda-corpos, fechamentos e outros dispositivos de proteção coletiva. • Execução de linha de vida e fornecimento e EPIs adequados aos trabalhadores. • Contratação de seguro de responsabilidade civil ou de risco e engenharia com cobertura adequada.	8	0,4	3,2	BAIXO	1) Execução de bandejas primárias, secundárias e terciárias; 2) Execução de tela de proteção, tapumes, guarda-corpos, fechamentos e outros dispositivos de proteção coletiva; 3) Execução de linha de vida e fornecimento e EPIs adequados aos trabalhadores.	Risco exclusivo do Contratado.
26	Execução	Construção	Ocorrência de quaisquer outros eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos, devido a fatos imputáveis ao	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	4	3	12	1) Seguro de Risco de Engenharia; 2) Remuneração do risco assumido pelo construtor; 3) Exigência de Condições de habilitação adequadas; 4) Fiscalização contratual atuante; 5) Exigências de garantias contratuais.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Aplicação de sanções a partir do Índice de Medição de Resultado - IMR	Risco exclusivo do Contratado
27	Execução	Construção	Prejuízos causados a terceiros devido à realização das obras	1) Aumento dos custos da obra; 2) Eventual embargo da obra ou responsabilização da Administração.	4	2	8	1) Realização de vistoria cautelar dos imóveis na região da obra. 2) Monitoramento e Controle Durante a Obra; 3) Levantamento das condições estruturais; 4) Laudo técnico com fotos e vídeos; 5) Estudo de impacto de vibração em fundações vizinhas.	8	0,4	3,2	BAIXO	Seguro Responsabilidade Civil com cobertura adequada	Risco exclusivo do Contratado.
28	Execução	Construção	Erros e/ou defeitos da obra ensejando reconstrução total ou parcial.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos; 3) Despesas com a demolição e desentulho dos itens defeituosos.	4	2	8	1) Seguro de Risco de Engenharia; 2) Remuneração do risco assumido pelo construtor; 3) Exigências de garantias contratuais; 4) Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.	8	0,4	3,2	BAIXO	1) Fiscalização contratual atuante; 2) Realização do controle tecnológico dos materiais empregados.	Risco exclusivo do Contratado.
29	Execução	Materiais inadequados	Utilização de materiais de construção inadequados, não especificados no projeto ou de má qualidade.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos; 3) Despesas com a demolição e desentulho dos itens inadequados.	4	5	20	1) Previsão nos anexos técnicos do contrato de especificações técnicas mínimas de qualidade; 2) Fiscalização contratual atuante; 3) Exigências de garantias contratuais; 4) Aplicação de sanções a partir do Índice de Medição de Resultado - IMR.	20	0,4	8	ALTO	1) Exigência que todos os materiais atendam às normas técnicas ABNT NBR; 2) Inspeção visual de todos materiais utilizados na obra; 3) Armazenamento e manuseio adequado dos materiais; 4) Monitoramento e Inspeções durante a execução da obra.	Risco exclusivo do Contratado.
30	Execução	Obsolescência tecnológica	Obsolescência tecnológica, falta de inovação técnica e deficiência de equipamento.	1) A Contratada não consegue atingir os requisitos de qualidade; 2) Aumento de prazo; 3) Aumento de custo.	4	3	12	1) Planejamento e escolha de Tecnologias Modernas; 2) Especificação de materiais e técnicas construtivas que apresentem alta durabilidade; 3) Uso de modelagem BIM; 4) Adoção de normas técnicas atualizadas.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Seguro de risco de engenharia.	Risco exclusivo do Contratado.

31	Execução	Falhas executivas, construtivas	Traz prejuízos de natureza temporal, física e financeira, ao cumprimento das etapas contidas no Objeto proposto.	1) Redução da durabilidade e vida útil; 2) Aumento dos custos em correções; 3) Desperdício de recurso; 4) Consequências Jurídicas e administrativas.	5	4	20	Gestão e fiscalização durante a execução do objeto.	20	0,4	8	ALTO	Revisão e refazimento dos serviços, sem custos adicionais à CONTRATANTE.	Risco exclusivo do Contratado.
32	Execução	Vícios executivos	Transtornos e/ou prejuízos materiais a CONTRATANTE devido as anomalias e patologias que afetam o desempenho do Objeto Contratado, ou os tornam adequados aos fins a que se destinam.	1) Redução da durabilidade e vida útil; 2) Aumento dos custos em correções; 3) Desperdício de recurso; 4) Consequências Jurídicas e administrativas.	5	3	15	Gestão e fiscalização durante a execução do objeto.	15	0,4	6	MÉDIO	Constatada a ocorrência de vícios construtivos, a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Ação em até 7 dias corridos para reparos as patologias sem ônus à CONTRATANTE. Poderá ser aplicadas sanções à CONTRATADA, conforme Edital e/ou Contrato.	Risco exclusivo do Contratado.
33	Orçamento	Imprevistos econômicos	• Comprometimento da situação financeira da Contratada por problemas de liquidez financeira.	• Atraso no cronograma. • Comprometimento da qualidade da obra • Falência ou Insolvência da Contratada • Necessidade de nova licitação	5	3	15	• Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. • Cláusula contratual prevendo a imputação ao Contratado de quaisquer perdas e danos da Estatal em virtude da rescisão contratual por culpa do Contratado. • Exigências de garantias contratuais.	15	0,4	6	MÉDIO	• Seguro de Risco de Engenharia.	Risco exclusivo do Contratado.
34	Orçamento	Orçamento	Erro na estimativa de custo da obra, inclusive os decorrentes de omissão de serviços no orçamento e de previsões erradas de quantitativos de serviços, ou, ainda, previsão de preços unitários que não correspondem aos	Alteração da lucratividade prevista	4	2	8	1) Revisão Técnica e Validação da Planilha. 2) Definição clara do escopo da obra, certificando-se de que a planilha contempla todas as atividades e insumos necessários.	8	0,4	3,2	BAIXO	1) Seguro de Risco de Engenharia. Remuneração do risco assumido pelo construtor. 2) Análise criteriosa do projeto e do orçamento.	Risco exclusivo do Contratado.
35	Legislação	Alterações Normativas	Alteração legislativa ou regulatória após publicação do Edital, no âmbito de qualquer ente federativo, que afetem diretamente os encargos e custos para a realização das obras.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	4	2	8	1) Análise de sensibilidade e planejamento de contingência; 2) Assessoria Jurídica e Consultoria Especializada.	8	0,4	3,2	BAIXO	Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Risco compartilhado. A administração deverá rever os preços praticados caso haja alteração da carga tributária.
36	Legislação	Segurança do Trabalho	Custos causados por acidente de trabalho, segurança inadequada ou ausente.	Paralisação da Obra ou Atividade.	4	2	8	1) Uso obrigatório de equipamentos - EPIs. 2) Capacitação e Treinamento contínuo sobre as Normas Regulamentadoras - NRs.	8	0,4	3,2	BAIXO	Seguro de Risco de Engenharia.	Risco exclusivo do Contratado.
37	Legislação	Tributo	Alteração das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.	Alteração da carga tributária incidente sobre o construtor.	4	3	12	Cláusula contratual de reajuste e revisão de custos, em casos de modificações na legislação tributária.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Remuneração do risco assumido pelo construtor.	Risco compartilhado. A administração deverá rever os preços praticados caso haja alteração da carga tributária.
38	Legislação	Encargos	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem novos encargos ou obrigações ao contratado.	Aumento do custo da obra.	4	3	12	Cláusula contratual de adaptação a mudanças normativas	12	0,4	4,8	MÉDIO	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro.	Risco do Contratante, que poderá aditar o contrato, recompondo o seu equilíbrio econômico financeiro, se restar caracterizado que se trata de fato de princípio.

39	Rescisão	Inadimplência	Risco de rescisão ou anulação do contrato por fatores atribuíveis ao contratado.	1) Custos administrativos para realização de nova licitação / contratação; 2) Possível perecimento dos serviços executados; 3) Postergação da conclusão da obra.	5	3	15	1) Clareza e conformidade no contrato; 2) Cumprimento rigoroso das obrigações contratuais, com fiscalização contínua e registro detalhado de todas as ações e documentos pertinentes à obra, garantindo a transparência e o cumprimento das condições estabelecidas.	15	0,4	6	MÉDIO	1) Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato; 2) Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da rescisão contratual por culpa do Contratado; 3) Exigências de garantias contratuais.	Risco exclusivo do Contratado.
40	Suspensão da Obra	Fiscalização	Paralisação ou interferência na obra em virtude das fiscalizações por órgãos de controle, tal como Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público, TCU, Polícia Federal, Polícia Civil, CGU e órgãos ambientais.	Paralisação ou interferência na obra em virtude da fiscalização.	4	3	12	1) Cumprimento da legislação pertinente; 2) Adequado assessoramento jurídico.	12	0,4	4,8	MÉDIO	1) Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. 2) Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Administração em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado; 3) Exigências de garantias contratuais.	Risco compartilhado entre o Contratado e o Contratante. Arcará com as consequências da fiscalização exercida pelo órgão de controle a parte que der causa à irregularidade.
41	Suspensão da Obra	Ecônomo-Financeiro	Problemas de liquidez financeira do construtor ou de subcontratados, bem como declaração de falência ou recuperação judicial do contratado.	1) Custos administrativos para realização de nova licitação / contratação; 2) Possível perecimento dos serviços executados; 3) Postergação da conclusão da obra.	5	3	15	1) Análise de capacidade financeira do Contratado; 2) Cláusula de execução de garantias e seguros contratuais.	15	0,4	6	MÉDIO	1) Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. 2) Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de outras perdas e danos da Estatal em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado; 3) Exigência de retenção das medições ainda não liquidadas.	Risco exclusivo do Contratado.
42	Gestão e Fiscalização	Atraso nas Medições	Impactos negativos na execução da obra e no fluxo financeiro e relacionamento contratual entre as partes envolvidas.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos; 3) Conflitos Contratuais.	4	2	8	1) Estabelecimento de prazos e cronogramas detalhados; 2) Utilização de ferramentas de gestão de obras e softwares de monitoramento; 3) Planejamento e acompanhamento constante; 4) Designação de responsáveis claros e equipes de fiscalização.	8	0,4	3,2	BAIXO	1) Implementação de Tecnologia e Automação, utilizando software de gestão de obra, que permitam que as medições sejam registradas e monitoradas em tempo real.	Risco exclusivo do Contratante.
43	Cláusulas Contratuais	Seguros e Garantias	Atraso ou impossibilidade de contratação dos seguros e garantias obrigatórios, ou contratação em inobservância aos prazos, aos limites e às regras estabelecidas em contrato por fatores imputáveis à	1) Impossibilidade de assinatura do contrato; 2) Paralisação do início da obra; 3) Atraso no cronograma.	5	3	15	1) Exigência de apresentação de garantias e seguros; 2) Gestão de documentação com controle de prazos.	15	0,4	6	MÉDIO	1) Cláusulas contratuais com penalidade para o caso de descumprimento do prazo de entrega dos seguros e garantias; 2) Gestão de prazo e acompanhamento contínuo.	Risco exclusivo do Contratado.
44	Fatos Supervenientes	Roubo, furto, vandalismo, depredações, perdas	Prejuízos causados por roubos, furtos, perecimento, vandalismo, extravios ou perdas no local da obra, canteiro de obras, frentes de serviço ou equipamentos, por omissão da contratada em adotar medidas usualmente	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos; 3) Comprometimento da segurança no local de trabalho.	4	3	12	1) Segurança e monitoramento 24h; 2) Cercamento físico e sinalização; 3) Controle de acesso.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Seguro Risco de Engenharia	Risco exclusivo do Contratado.

45	Fatos Supervenientes	Caso fortuito ou de força maior	Materialização de evento extraordinário, imprevisível ou de consequência incalculável, que impeça ou dificulte a execução da obra nos termos originalmente contratados.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	5	4	20	1) Cláusulas contratuais específicas que definem o que é considerado força maior; 2) Ampliação de prazos caso o evento de força maior aconteça. 3) Plano de contingência.	20	0,4	8	ALTO	Seguro Risco de Engenharia	Risco compartilhado entre o Contratado e o Contratante.
46	Fatos Supervenientes	Pandemia	Atraso no término do empreendimento.	1) Atraso no cronograma; 2) Dificuldade na mobilização de fornecedores e mão de obra; 3) Aumento dos custos.	5	3	15	1) Plano de Contingência para saúde e segurança dos trabalhadores, para minimizar os impactos e surtos na obra; 2) Ajustes no cronograma e planejamento da obra.	15	0,6	9	ALTO	Cláusulas contratuais específicas para pandemia.	Risco compartilhado entre o Contratado e o Contratante.
47	Fatos Supervenientes	Greves, manifestações e paralisações	Atraso no término do empreendimento.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	5	3	15	1) Cláusulas contratuais que tratam diretamente dos riscos de greves e paralisações; 2) Previsão de impactos em prazos e custos.	15	0,4	6	MÉDIO	Seguro Risco de Engenharia	Risco exclusivo do Contratado.
48	Fatos Supervenientes	Social	Invasão e ocupação irregular da obra.	1) Depredação dos equipamentos e serviços executados. 2) Furto de materiais e equipamentos; 3) Paralisação e atraso na obra; 4) Aumento dos custos.	5	3	15	Segurança e monitoramento 24h; 2) Cercamento físico e sinalização; 3) Controle de acesso.	15	0,4	6	MÉDIO	1) Vigilância ostensiva da obra; 2) Negociação com os invasores; 3) Acionamento das forças policiais; 4) Interposição de ação de reintegração de posse.	Risco compartilhado entre o Contratado e o Contratante.
49	Fatos Supervenientes	Outros	Quaisquer outros riscos afetos à execução do objeto do contrato, que não estejam expressamente previstos como risco do CONTRATANTE.	1) Atraso no cronograma; 2) Aumento dos custos.	4	3	12	1) Fiscalização contratual atuante; 2) Exigências de garantias contratuais; Auditorias internas e externas; Controle documental.	12	0,4	4,8	MÉDIO	Seguro Risco de Engenharia	Risco exclusivo do Contratado.

ALCIDES DA SILVA JÚNIOR

Capitão PM – Assessor Policial-Militar

Chefe do Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

ANDRÉ LUIZ MORAIS DE LIMA

Cabo PM – Assessor Policial-Militar – Engenheiro Civil – CREA/SP nº 5070238056

Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

BRENA BOLONHESE FARIAS

Cabo PM – Assessora Policial-Militar – Engenheira Civil – CREA/SP nº 5070213283

Serviço de Apoio de Engenharia e Arquitetura

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Pregão Nº 90030/2025

Processo Administrativo nº SEI - 025.00011403/2025-35

OBJETO RESUMIDO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, devendo obedecer às condições estabelecidas no Projeto Básico nº SSP-002/SAEA/2025 e anexos

Eu, _____, portador do CPF nº _____, e representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), CNPJ _____, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, PROPÕE executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ _____ (valor por extenso), que a proposta apresentada, já computado o BDI, compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, nos termos da planilha e do cronograma físico-financeiro anexos e que constituem parte indissociável desta proposta de preços.

Endereço da empresa:

E-mail da empresa:

Telefone de contato:

Nome Representante que assinará o Contrato:

CPF:

RG:

E-mail:

Dados Bancários (Banco do Brasil)

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

Local, Data

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III.1 - Modelo de Planilha Orçamentária

LOCALIDADE SINAPI		DATA BASE	DESCRIÇÃO DO LOTE			MUNICÍPIO / UF	BDI 1	BDI 2	BDI 3		
SAO PAULO		11-25 (N DES.)				0	23,00%	0,00%	0,00%		
Nível	Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
Serviço	Serviço	-	SINAPI		(Sem Código)	-	-		BDI 1	-	-
LOTE	LOTE	0									
Meta	Meta	1.	Reforma reparatória na sede do 12º BAEP_Araçatuba						-		
Nível 2	Nível 2	1.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	
Serviço	Serviço	1.1.0.0.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	10,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.1.0.0.2.	SINAPI-I	10777	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 3 BACIAS, 4 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	4,00		BDI 1		
Nível 2	Nível 2	1.2.			REMOÇÕES RETIRADAS						
Serviço	Serviço	1.2.0.0.1.	SINAPI	97634	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	170,35		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.2.0.0.2.	SINAPI	104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	74,46		BDI 1		
Nível 2	Nível 2	1.3.			SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES						
Nível 3	Nível 3	1.3.1.			Fechamentos						
Nível 4	Nível 4	1.3.1.1.			Drywall						
Serviço	Serviço	1.3.1.1.1.	SINAPI	96361	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	20,00		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.1.2.			Manutenção adaptadora de fechamento perimetral						
Serviço	Serviço	1.3.1.2.1.	Composição	002	MURO EM ALVENRIA, INCL. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA, CHAPISCO E EMBOÇO (2 faces)	M2	92,50		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.1.3.			Pedra						
Serviço	Serviço	1.3.1.3.1.	SINAPI	102253	DIVISORIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	77,31		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.2.			Manutenção em cobertura						
Serviço	Serviço	1.3.2.0.1.	SINAPI	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMINIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	100,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.2.0.2.	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	30,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.3.			Serviços de Vidro						
Nível 4	Nível 4	1.3.3.1.			Porta de vidro						
Serviço	Serviço	1.3.3.1.1.	Composição	CP-342	Porta Vidro 10mm- 102184	M2	18,48		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.3.1.2.	SINAPI	102189	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, UMA FOLHA COMPOSTO DE DOBRADICAS SUPERIOR E INFERIOR, TRINCO, FECHADURA, CONTRA FECHADURA COM CAPUCHINHO SEM MOLA E PUXADOR. AF_11/2025	UN	8,00		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.3.2.			Janela de vidro						
Serviço	Serviço	1.3.3.2.1.	Composição	_022	Confecção e instalação de janela de vidro (basculante, correr, pivotante)	M2	68,75		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.4.			Pavimentação						
Serviço	Serviço	1.3.4.0.1.	SINAPI	101139	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M3	330,62		BDI 1		

Serviço	Serviço	1.3.4.0.2.	SINAPI	96396	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	274,97		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.4.0.3.	SINAPI	100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE "10 CM". AF_01/2024	M3	33,10		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.4.0.4.	SINAPI	105597	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	826,55		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.4.0.5.	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	680,06		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.4.0.6.	SINAPI	95879	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	4.050,80		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.4.0.7.	Composição	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	406,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.4.0.8.	SINAPI	92403	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	826,55		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.5.			Acessorios						
Serviço	Serviço	1.3.5.0.1.	Composição	44.03.030	Dispenser toalheiro metálico esmaltado para bobina de 25cm x 50m, sem alavanca	UN	11,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.5.0.2.	SINAPI	95547	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.5.0.3.	SINAPI-I	37401	TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	UN	13,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.6.			Serviços em pedras						
Serviço	Serviço	1.3.6.0.1.	SINAPI	102253	DIVISORIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	22,36		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.6.0.2.	SINAPI	86893	BANCADA DE MÁRMORE BRANCO POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	33,31		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.7.			Instalação de abrigo de gás						
Serviço	Serviço	1.3.7.0.1.	Composição	FDE-97.02.198	AG-04 ABRIGO PARA GAS COM 2 CILINDROS DE 45 KG	UN	1,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.8.			Portas/Portão						
Nível 4	Nível 4	1.3.8.1.			Metalica						
Serviço	Serviço	1.3.8.1.1.	Composição	096	PORTA DE ALUMINIO COM GUARNIÇÃO	M2	28,67		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.8.1.2.	Composição	24.02.060	Porta/portão de abrir em chapa, sob medida	M2	11,34		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.8.2.			Madeira						
Serviço	Serviço	1.3.8.2.1.	SINAPI	91317	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	2,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.8.2.2.	SINAPI	91316	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	16,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.9.			Serviços em Cobertura						
Serviço	Serviço	1.3.9.0.1.	Composição	27.02.041	Chapa em policarbonato compacta, cristal, espessura de 10 mm	m²	9,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.9.0.2.	Composição	15.03.150	Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem pintura	kg	100,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.10.			FORRO/ DRYWALL						
Serviço	Serviço	1.3.10.0.1.	SINAPI	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	M2	591,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.11.			REVESTIMENTO						
Serviço	Serviço	1.3.11.0.1.	SINAPI	88478	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	M2	187,89		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.11.0.2.	SINAPI	104596	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	M2	187,89		BDI 1		

Serviço	Serviço	1.3.11.0.3.	SINAPI	104619	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 80X80CM. AF_02/2023	M	12,83		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.11.0.4.	SINAPI	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	31,64		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.11.0.5.	SINAPI	104612	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	376,48		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.12.			HIDRAULICA						
Serviço	Serviço	1.3.12.0.1.	SINAPI	86909	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.12.0.2.	SINAPI	86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	24,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.12.0.3.	Composição	CP-484	BANCADA/PRATELEIRA DE GRANITO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	M2	22,36		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.12.0.4.	SINAPI	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.12.0.5.	SINAPI	86877	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.12.0.6.	SINAPI	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.13.			PINTURA						
Serviço	Serviço	1.3.13.0.1.	SINAPI	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	2.237,92		BDI 1		

Serviço	Serviço	1.3.13.0.2.	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	1.576,44		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.13.0.3.	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	661,48		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.13.0.4.	SINAPI	102213	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	65,22		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.14.			Identificação visual						
Nível 4	Nível 4	1.3.14.1.			Reforma e reinstalação de totem						
Serviço	Serviço	1.3.14.1.1.	Composição	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	7,50		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.2.	Composição	04.02.140	Retirada de esquadria metálica em geral	m²	375,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.3.	SINAPI	97665	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	4,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.4.	SINAPI	104792	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE ATÉ 2,5 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	20,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.5.	SINAPI	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	1,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.6.	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	1,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.7.	SINAPI	96529	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	4,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.8.	SINAPI	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	80,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.9.	SINAPI	96556	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	1,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.10.	Composição	15.03.090	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura	kg	375,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.11.	Composição	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	350,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.1.12.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	5,70		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.14.2.			Portal						
Serviço	Serviço	1.3.14.2.1.	Composição	15.03.150	ok	kg	375,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.2.2.	Composição	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	375,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.2.3.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	15,15		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.14.3.			Brasão						
Serviço	Serviço	1.3.14.3.1.	Composição	97.02.190	Placa de identificação em acrílico com texto em vinil	M2	2,55		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.14.4.			Fachada						
Serviço	Serviço	1.3.14.4.1.	Composição	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	13,20		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.4.2.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	13,20		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.14.5.			Eletrica						
Serviço	Serviço	1.3.14.5.1.	SINAPI	101636	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	7,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.5.2.	SINAPI	91929	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	200,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.5.3.	SINAPI	101654	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	14,00		BDI 1		

Serviço	Serviço	1.3.14.5.4.	SINAPI	101632	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	2,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.14.5.5.	SINAPI	94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	20,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.15.			ELÉTRICA						
Serviço	Serviço	1.3.15.0.1.	Composição	CP-576	CHUVEIRO ELÉTRICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	12,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.2.	Composição	41.31.070	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 W a 24 W	Un	57,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.3.	Composição	41.31.040	Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W	UN	45,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.4.	SINAPI	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.5.	SINAPI	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	118,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.6.	SINAPI	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	23,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.7.	SINAPI	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.8.	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.9.	SINAPI	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.10.	SINAPI	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	4,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.15.0.11.	Composição	43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	1,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.16.			ESQUADRIA DE SEGURANÇA						
Serviço	Serviço	1.3.16.0.1.	Composição	24.04.620	Guichê de segurança em grade de aço SAE 1045, diâmetro de 1", com têmpera e revenimento	M2	8,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.16.0.2.	Composição	24.04.330	Porta de segurança de abrir em grade de aço SAE 1045, diâmetro 1", completa, com têmpera e revenimento	M2	3,00		BDI 1		
Nível 3	Nível 3	1.3.17.			SERVIÇOS FINAIS						
Nível 4	Nível 4	1.3.17.1.			Remoção de entulho						
Serviço	Serviço	1.3.17.1.1.	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	20,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.17.1.2.	SINAPI	95879	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	200,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.17.1.3.	Composição	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	20,00		BDI 1		
Nível 4	Nível 4	1.3.17.2.			Limpeza e jardinagem						
Serviço	Serviço	1.3.17.2.1.	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	10,00		BDI 1		
Serviço	Serviço	1.3.17.2.2.	Composição	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	700,00		BDI 1		
								Total sem BDI	R\$	-	
								BDI 23%	R\$	-	
								TOTAL	R\$	-	

ANEXO III.2 – Modelo de Cronograma Físico-financeiro

Nº OPERAÇÃO		Nº TGOV	PROponente Tomador	Apelido Empreendimento				
				1	2	3	4	
1.	Reforma reparatória na sede do 12º BAEP_Araçatuba		% Período:	1,84%	26,87%	40,76%	30,53%	
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES		% Período:	66,40%	11,20%	11,20%	11,20%	
1.2.	REMOÇÕES_RETIRADAS		% Período:	100,00%				
1.3.	SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES		% Período:		27,36%	41,55%	31,09%	
1.3.1.	Fechamentos		% Período:		74,46%	21,62%	3,92%	
1.3.1.1.	Drywall		% Período:		100,00%			
1.3.1.2.	Manutenção adaptadora de fechamento perimetral		% Período:		56,76%	43,24%		
1.3.1.3.	Pedra		% Período:		81,02%	13,26%	5,72%	
1.3.2.	Manutenção em cobertura		% Período:		28,50%	71,50%		
1.3.3.	Serviços de Vidro		% Período:		64,83%	22,25%	12,92%	
1.3.3.1.	Porta de vidro		% Período:		88,56%	11,44%		
1.3.3.2.	Janela de vidro		% Período:		47,42%	30,18%	22,40%	
1.3.4.	Pavimentação		% Período:			100,00%		
1.3.5.	Acessorios		% Período:		38,77%	29,35%	31,88%	
1.3.6.	Serviços em pedras		% Período:		11,56%	28,62%	59,82%	
1.3.7.	Instalação de abrigo de gás		% Período:			100,00%		
1.3.8.	Portas/Portão		% Período:		23,11%	35,68%	41,21%	
1.3.8.1.	Metalica		% Período:		27,62%	56,41%	15,97%	
1.3.8.2.	Madeira		% Período:		16,56%	5,52%	77,91%	
1.3.9.	Serviços em Cobertura		% Período:			100,00%		
1.3.10.	FORRO/ DRYWALL		% Período:		34,40%	34,40%	31,20%	
1.3.11.	REVESTIMENTO		% Período:		34,45%	18,22%	47,34%	
1.3.12.	HIDRAULICA		% Período:		21,76%	31,84%	46,41%	
1.3.13.	PINTURA		% Período:		24,45%	28,63%	46,92%	
1.3.14.	Identificação visual		% Período:		23,63%	66,87%	9,50%	
1.3.14.1.	Reforma e reinstalação de totem		% Período:			100,00%		
1.3.14.2.	Portal		% Período:			100,00%		
1.3.14.3.	Brasão		% Período:		100,00%			
1.3.14.4.	Fachada		% Período:		100,00%			
1.3.14.5.	Eletrica		% Período:				100,00%	
1.3.15.	ELÉTRICA		% Período:				100,00%	
1.3.16.	ESQUADRIA DE SEGURANÇA		% Período:				100,00%	
1.3.17.	SERVIÇOS FINAIS		% Período:				100,00%	
1.3.17.1.	Remoção de entulho		% Período:				100,00%	
1.3.17.2.	Limpeza e jardinagem		% Período:				100,00%	
Total:				%:	1,84%	26,87%	40,76%	30,53%
			Período:	Repassse:	-	-	-	-
				Contrapartida:				
				Outros:				
				Investimento:				
			Acumulado:	%:	1,84%	28,71%	69,47%	100,00%
				Repassse:	-	-	-	-
				Contrapartida:				
				Outros:				
				Investimento:				
				Administração Local:				

0

Local

quarta-feira, 7 de janeiro de 2026

Data

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) *cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;*

b) *no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;*

c) *no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;*

d) *tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e*

e) *se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição; e*

f) *atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DA LICITAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VI – Planilha orçamentária

LOCALIDADE SINAPI		DATA BASE		DESCRIÇÃO DO LOTE		MUNICÍPIO / UF		BDI 1		BDI 2		BDI 3	
SAO PAULO		11-25 (N DES.)				0		23,00%		0,00%		0,00%	
Nível	Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)		
Serviço	Serviço	-	SINAPI		(Sem Código)	-	-		BDI 1	-	-		
LOTE	LOTE	0									1.147.409,74		
Meta	Meta	1.			Reforma reparatória na sede do 12º BAEP_Araçatuba					-	1.147.409,74		
Nível 2	Nível 2	1.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES					-	10.566,61		
Serviço	Serviço	1.1.0.0.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	10,00	474,17	BDI 1	583,23	5.832,29		
Serviço	Serviço	1.1.0.0.2.	SINAPI-I	10777	LOCAÇAO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 3 BACIAS, 4 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	4,00	962,26	BDI 1	1.183,58	4.734,32		
Nível 2	Nível 2	1.2.			REMOÇÕES RETIRADAS					-	14.114,29		
Serviço	Serviço	1.2.0.0.1.	SINAPI	97634	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	170,35	9,59	BDI 1	11,80	2.009,40		
Serviço	Serviço	1.2.0.0.2.	SINAPI	104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	74,46	132,17	BDI 1	162,57	12.104,90		
Nível 2	Nível 2	1.3.			SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES					-	1.122.728,84		
Nível 3	Nível 3	1.3.1.			Fechamentos					-	136.405,95		
Nível 4	Nível 4	1.3.1.1.			Drywall					-	3.400,70		
Serviço	Serviço	1.3.1.1.1.	SINAPI	96361	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	20,00	138,24	BDI 1	170,04	3.400,70		
Nível 4	Nível 4	1.3.1.2.			Manutenção adaptadora de fechamento perimetral					-	39.550,47		
Serviço	Serviço	1.3.1.2.1.	Composição	002	MURO EM ALVENRIA, INCL. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA, CHAPISCO E EMBOÇO (2 faces)	M2	92,50	347,62	BDI 1	427,57	39.550,47		
Nível 4	Nível 4	1.3.1.3.			Pedra					-	93.454,78		
Serviço	Serviço	1.3.1.3.1.	SINAPI	102253	DIVISORIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	77,31	982,79	BDI 1	1.208,83	93.454,78		
Nível 3	Nível 3	1.3.2.			Manutenção em cobertura					-	14.999,48		
Serviço	Serviço	1.3.2.0.1.	SINAPI	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMINIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	100,00	69,51	BDI 1	85,50	8.549,73		
Serviço	Serviço	1.3.2.0.2.	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	30,00	174,79	BDI 1	214,99	6.449,75		
Nível 3	Nível 3	1.3.3.			Serviços de Vidro					-	103.279,47		
Nível 4	Nível 4	1.3.3.1.			Porta de vidro					-	43.716,19		
Serviço	Serviço	1.3.3.1.1.	Composição	CP-342	Porta Vidro 10mm- 102184	M2	18,48	1.797,49	BDI 1	2.210,91	40.857,67		
Serviço	Serviço	1.3.3.1.2.	SINAPI	102189	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, UMA FOLHA COMPOSTO DE DOBRADICAS SUPERIOR E INFERIOR, TRINCO, FECHADURA, CONTRA FECHADURA COM CAPUCHINHO SEM MOLA E PUXADOR. AF_11/2025	UN	8,00	290,50	BDI 1	357,32	2.858,52		
Nível 4	Nível 4	1.3.3.2.			Janela de vidro					-	59.563,29		
Serviço	Serviço	1.3.3.2.1.	Composição	_022	Confecção e instalação de janela de vidro (basculante, correr, pivotante)	M2	68,75	704,37	BDI 1	866,38	59.563,29		
Nível 3	Nível 3	1.3.4.			Pavimentação					-	193.587,35		
Serviço	Serviço	1.3.4.0.1.	SINAPI	101139	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M3	330,62	22,31	BDI 1	27,44	9.072,64		

Serviço	Serviço	1.3.4.0.2.	SINAPI	96396	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	274,97	143,60	BDI 1	176,63	48.567,40
Serviço	Serviço	1.3.4.0.3.	SINAPI	100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE "10 CM". AF_01/2024	M3	33,10	177,22	BDI 1	217,98	7.215,16
Serviço	Serviço	1.3.4.0.4.	SINAPI	105597	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M2	826,55	4,31	BDI 1	5,30	4.381,79
Serviço	Serviço	1.3.4.0.5.	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	680,06	10,22	BDI 1	12,57	8.548,76
Serviço	Serviço	1.3.4.0.6.	SINAPI	95879	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	4.050,80	1,52	BDI 1	1,87	7.573,38
Serviço	Serviço	1.3.4.0.7.	Composição	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	406,00	30,67	BDI 1	37,72	15.315,98
Serviço	Serviço	1.3.4.0.8.	SINAPI	92403	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	826,55	91,39	BDI 1	112,41	92.912,24
Nível 3	Nível 3	1.3.5.			Acessorios					-	3.224,47
Serviço	Serviço	1.3.5.0.1.	Composição	44.03.030	Dispenser toalheiro metálico esmaltado para bobina de 25cm x 50m, sem alavanca	UN	11,00	100,43	BDI 1	123,53	1.358,82
Serviço	Serviço	1.3.5.0.2.	SINAPI	95547	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00	73,51	BDI 1	90,42	904,17
Serviço	Serviço	1.3.5.0.3.	SINAPI-I	37401	TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	UN	13,00	60,13	BDI 1	73,96	961,48
Nível 3	Nível 3	1.3.6.			Serviços em pedras					-	59.547,17
Serviço	Serviço	1.3.6.0.1.	SINAPI	102253	DIVISORIA SANITÁRIA, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_10/2025	M2	22,36	982,79	BDI 1	1.208,83	27.029,48
Serviço	Serviço	1.3.6.0.2.	SINAPI	86893	BANCADA DE MÁRMORE BRANCO POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	33,31	793,67	BDI 1	976,21	32.517,69
Nível 3	Nível 3	1.3.7.			Instalação de abrigo de gás					-	10.354,26
Serviço	Serviço	1.3.7.0.1.	Composição	FDE-97.02.198	AG-04 ABRIGO PARA GAS COM 2 CILINDROS DE 45 KG	UN	1,00	8.418,10	BDI 1	10.354,26	10.354,26
Nível 3	Nível 3	1.3.8.			Portas/Portão					-	80.951,21
Nível 4	Nível 4	1.3.8.1.			Metálica					-	47.969,25
Serviço	Serviço	1.3.8.1.1.	Composição	096	PORTA DE ALUMINIO COM GUARNIÇÃO	M2	28,67	940,67	BDI 1	1.157,02	33.171,88
Serviço	Serviço	1.3.8.1.2.	Composição	24.02.060	Porta/portão de abrir em chapa, sob medida	M2	11,34	1.060,88	BDI 1	1.304,88	14.797,37
Nível 4	Nível 4	1.3.8.2.			Madeira					-	32.981,96
Serviço	Serviço	1.3.8.2.1.	SINAPI	91317	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	2,00	1.562,90	BDI 1	1.922,37	3.844,73
Serviço	Serviço	1.3.8.2.2.	SINAPI	91316	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (PESADA OU SUPERPESADA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	16,00	1.480,55	BDI 1	1.821,08	29.137,22
Nível 3	Nível 3	1.3.9.			Serviços em Cobertura					-	10.864,22
Serviço	Serviço	1.3.9.0.1.	Composição	27.02.041	Chapa em policarbonato compacta, cristal, espessura de 10 mm	m²	9,00	769,30	BDI 1	946,24	8.516,15
Serviço	Serviço	1.3.9.0.2.	Composição	15.03.150	Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil metalon, sem pintura	kg	100,00	19,09	BDI 1	23,48	2.348,07
Nível 3	Nível 3	1.3.10.			FORRO/ DRYWALL					-	40.904,35
Serviço	Serviço	1.3.10.0.1.	SINAPI	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	M2	591,00	56,27	BDI 1	69,21	40.904,35
Nível 3	Nível 3	1.3.11.			REVESTIMENTO					-	86.571,03
Serviço	Serviço	1.3.11.0.1.	SINAPI	88478	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	M2	187,89	35,59	BDI 1	43,78	8.225,02
Serviço	Serviço	1.3.11.0.2.	SINAPI	104596	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	M2	187,89	135,70	BDI 1	166,91	31.360,91

Serviço	Serviço	1.3.11.0.3.	SINAPI	104619	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 80X80CM. AF_02/2023	M	12,83	12,98	BDI 1	15,97	204,84
Serviço	Serviço	1.3.11.0.4.	SINAPI	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	31,64	126,27	BDI 1	155,31	4.914,07
Serviço	Serviço	1.3.11.0.5.	SINAPI	104612	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	376,48	90,41	BDI 1	111,20	41.866,19
Nível 3	Nível 3	1.3.12.			HIDRAULICA					-	27.125,59
Serviço	Serviço	1.3.12.0.1.	SINAPI	86909	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,00	109,45	BDI 1	134,62	538,49
Serviço	Serviço	1.3.12.0.2.	SINAPI	86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	24,00	15,99	BDI 1	19,67	472,02
Serviço	Serviço	1.3.12.0.3.	Composição	CP-484	BANCADA/PRATELEIRA DE GRANITO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	M2	22,36	830,42	BDI 1	1.021,42	22.838,88
Serviço	Serviço	1.3.12.0.4.	SINAPI	86883	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	15,24	BDI 1	18,75	243,69
Serviço	Serviço	1.3.12.0.5.	SINAPI	86877	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	13,00	68,15	BDI 1	83,82	1.089,72
Serviço	Serviço	1.3.12.0.6.	SINAPI	86901	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00	157,95	BDI 1	194,28	1.942,79
Nível 3	Nível 3	1.3.13.			PINTURA					-	148.255,14
Serviço	Serviço	1.3.13.0.1.	SINAPI	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	2.237,92	36,78	BDI 1	45,24	101.242,16

Serviço	Serviço	1.3.13.0.2.	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	1.576,44	15,46	BDI 1	19,02	29.977,27
Serviço	Serviço	1.3.13.0.3.	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	661,48	18,49	BDI 1	22,74	15.043,84
Serviço	Serviço	1.3.13.0.4.	SINAPI	102213	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	65,22	24,83	BDI 1	30,54	1.991,88
Nível 3	Nível 3	1.3.14.			Identificação visual					-	90.767,34
Nível 4	Nível 4	1.3.14.1.			Reforma e reinstalação de totem					-	31.772,31
Serviço	Serviço	1.3.14.1.1.	Composição	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	7,50	6,41	BDI 1	7,88	59,13
Serviço	Serviço	1.3.14.1.2.	Composição	04.02.140	Retirada de esquadria metálica em geral	m²	375,00	33,34	BDI 1	41,01	15.378,08
Serviço	Serviço	1.3.14.1.3.	SINAPI	97665	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	4,00	2,69	BDI 1	3,31	13,23
Serviço	Serviço	1.3.14.1.4.	SINAPI	104792	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, COM SEÇÃO DE ATÉ 2,5 MM², DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	20,00	0,58	BDI 1	0,71	14,27
Serviço	Serviço	1.3.14.1.5.	SINAPI	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	1,00	196,84	BDI 1	242,11	242,11
Serviço	Serviço	1.3.14.1.6.	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	1,00	41,78	BDI 1	51,39	51,39
Serviço	Serviço	1.3.14.1.7.	SINAPI	96529	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	4,00	302,95	BDI 1	372,63	1.490,51
Serviço	Serviço	1.3.14.1.8.	SINAPI	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	80,00	11,89	BDI 1	14,62	1.169,98
Serviço	Serviço	1.3.14.1.9.	SINAPI	96556	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	1,00	928,12	BDI 1	1.141,59	1.141,59
Serviço	Serviço	1.3.14.1.10.	Composição	15.03.090	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura	kg	375,00	7,61	BDI 1	9,36	3.510,11
Serviço	Serviço	1.3.14.1.11.	Composição	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	350,00	4,41	BDI 1	5,42	1.898,51
Serviço	Serviço	1.3.14.1.12.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	5,70	970,39	BDI 1	1.193,58	6.803,40
Nível 4	Nível 4	1.3.14.2.			Portal					-	28.922,11
Serviço	Serviço	1.3.14.2.1.	Composição	15.03.150	ok	kg	375,00	19,09	BDI 1	23,48	8.805,26
Serviço	Serviço	1.3.14.2.2.	Composição	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	375,00	4,41	BDI 1	5,42	2.034,11
Serviço	Serviço	1.3.14.2.3.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	15,15	970,39	BDI 1	1.193,58	18.082,73
Nível 4	Nível 4	1.3.14.3.			Brasão					-	5.590,56
Serviço	Serviço	1.3.14.3.1.	Composição	97.02.190	Placa de identificação em acrílico com texto em vinil	M2	2,55	1.782,42	BDI 1	2.192,38	5.590,56
Nível 4	Nível 4	1.3.14.4.			Fachada					-	15.859,32
Serviço	Serviço	1.3.14.4.1.	Composição	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	M2	13,20	6,41	BDI 1	7,88	104,07
Serviço	Serviço	1.3.14.4.2.	Composição	21.03.151	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	M2	13,20	970,39	BDI 1	1.193,58	15.755,25
Nível 4	Nível 4	1.3.14.5.			Eletrica					-	8.623,04
Serviço	Serviço	1.3.14.5.1.	SINAPI	101636	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	7,00	158,98	BDI 1	195,55	1.368,82
Serviço	Serviço	1.3.14.5.2.	SINAPI	91929	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	200,00	8,20	BDI 1	10,09	2.017,20
Serviço	Serviço	1.3.14.5.3.	SINAPI	101654	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	14,00	189,43	BDI 1	233,00	3.261,98

Serviço	Serviço	1.3.14.5.4.	SINAPI	101632	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	2,00	36,16	BDI 1	44,48	88,95
Serviço	Serviço	1.3.14.5.5.	SINAPI	94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	20,00	76,67	BDI 1	94,30	1.886,08
Nível 3	Nível 3	1.3.15.			ELÉTRICA					-	61.064,75
Serviço	Serviço	1.3.15.0.1.	Composição	CP-576	CHUVEIRO ELÉTRICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	12,00	332,53	BDI 1	409,01	4.908,14
Serviço	Serviço	1.3.15.0.2.	Composição	41.31.070	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 W a 24 W	Un	57,00	304,34	BDI 1	374,34	21.337,28
Serviço	Serviço	1.3.15.0.3.	Composição	41.31.040	Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W	UN	45,00	349,72	BDI 1	430,16	19.357,00
Serviço	Serviço	1.3.15.0.4.	SINAPI	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6,00	48,45	BDI 1	59,59	357,56
Serviço	Serviço	1.3.15.0.5.	SINAPI	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	118,00	62,49	BDI 1	76,86	9.069,80
Serviço	Serviço	1.3.15.0.6.	SINAPI	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	23,00	64,72	BDI 1	79,61	1.830,93
Serviço	Serviço	1.3.15.0.7.	SINAPI	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00	48,45	BDI 1	59,59	1.668,62
Serviço	Serviço	1.3.15.0.8.	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	28,00	39,69	BDI 1	48,82	1.366,92
Serviço	Serviço	1.3.15.0.9.	SINAPI	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	60,01	BDI 1	73,81	147,62
Serviço	Serviço	1.3.15.0.10.	SINAPI	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	4,00	80,33	BDI 1	98,81	395,22
Serviço	Serviço	1.3.15.0.11.	Composição	43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	1,00	508,66	BDI 1	625,65	625,65
Nível 3	Nível 3	1.3.16.			ESQUADRIA DE SEGURANÇA					-	40.178,49
Serviço	Serviço	1.3.16.0.1.	Composição	24.04.620	Guichê de segurança em grade de aço SAE 1045, diâmetro de 1", com têmpera e revenimento	M2	8,00	2.885,22	BDI 1	3.548,82	28.390,56
Serviço	Serviço	1.3.16.0.2.	Composição	24.04.330	Porta de segurança de abrir em grade de aço SAE 1045, diâmetro 1", completa, com têmpera e revenimento	M2	3,00	3.194,56	BDI 1	3.929,31	11.787,93
Nível 3	Nível 3	1.3.17.			SERVIÇOS FINAIS					-	14.648,56
Nível 4	Nível 4	1.3.17.1.			Remoção de entulho					-	1.379,81
Serviço	Serviço	1.3.17.1.1.	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	20,00	10,22	BDI 1	12,57	251,41
Serviço	Serviço	1.3.17.1.2.	SINAPI	95879	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	200,00	1,52	BDI 1	1,87	373,92
Serviço	Serviço	1.3.17.1.3.	Composição	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	20,00	30,67	BDI 1	37,72	754,48
Nível 4	Nível 4	1.3.17.2.			Limpeza e jardinagem					-	13.268,75
Serviço	Serviço	1.3.17.2.1.	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	10,00	23,16	BDI 1	28,49	284,87
Serviço	Serviço	1.3.17.2.2.	Composição	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	700,00	15,08	BDI 1	18,55	12.983,88
									Total sem BDI	R\$	932.853,45
									BDI 23%	R\$	214.556,29
									TOTAL	R\$	1.147.409,74

ANEXO VII – Cronograma Físico-financeiro

Nº OPERAÇÃO	Nº TGOV	PROPONENTE TOMADOR		APELIDO EMPREENDIMENTO			
				1	2	3	4
1.	Reforma reparatória na sede do 12º BAEP /	1.147.409,74	% Período:	1,84%	26,87%	40,76%	30,53%
1.1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	10.566,61	% Período:	66,40%	11,20%	11,20%	11,20%
1.2.	REMOÇÕES RETIRADAS	14.114,29	% Período:	100,00%			
1.3.	SUBSTITUIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES	1.122.728,84	% Período:		27,36%	41,55%	31,09%
1.3.1.	Fechamentos	136.405,95	% Período:		74,46%	21,62%	3,92%
1.3.1.1.	Drywall	3.400,70	% Período:		100,00%		
1.3.1.2.	Manutenção adaptadora de fechamento perime	39.550,47	% Período:		56,76%	43,24%	
1.3.1.3.	Pedra	93.454,78	% Período:		81,02%	13,26%	5,72%
1.3.2.	Manutenção em cobertura	14.999,48	% Período:		28,50%	71,50%	
1.3.3.	Serviços de Vidro	103.279,47	% Período:		64,83%	22,25%	12,92%
1.3.3.1.	Porta de vidro	43.716,19	% Período:		88,56%	11,44%	
1.3.3.2.	Janela de vidro	59.563,29	% Período:		47,42%	30,18%	22,40%
1.3.4.	Pavimentação	193.587,35	% Período:			100,00%	
1.3.5.	Acessorios	3.224,47	% Período:		38,77%	29,35%	31,88%
1.3.6.	Serviços em pedras	59.547,17	% Período:		11,56%	28,62%	59,82%
1.3.7.	Instalação de abrigo de gás	10.354,26	% Período:			100,00%	
1.3.8.	Portas/Portão	80.951,21	% Período:		23,11%	35,68%	41,21%
1.3.8.1.	Metalica	47.969,25	% Período:		27,62%	56,41%	15,97%
1.3.8.2.	Madeira	32.981,96	% Período:		16,56%	5,52%	77,91%
1.3.9.	Serviços em Cobertura	10.864,22	% Período:			100,00%	
1.3.10.	FORRO/ DRYWALL	40.904,35	% Período:		34,40%	34,40%	31,20%
1.3.11.	REVESTIMENTO	86.571,03	% Período:		34,45%	18,22%	47,34%
1.3.12.	HIDRAULICA	27.125,59	% Período:		21,76%	31,84%	46,41%
1.3.13.	PINTURA	148.255,14	% Período:		24,45%	28,63%	46,92%
1.3.14.	Identificação visual	90.767,34	% Período:		23,63%	66,87%	9,50%
1.3.14.1.	Reforma e reinstalação de totem	31.772,31	% Período:			100,00%	
1.3.14.2.	Portal	28.922,11	% Período:			100,00%	
1.3.14.3.	Brasão	5.590,56	% Período:		100,00%		
1.3.14.4.	Fachada	15.859,32	% Período:		100,00%		
1.3.14.5.	Elétrica	8.623,04	% Período:				100,00%
1.3.15.	ELÉTRICA	61.064,75	% Período:				100,00%
1.3.16.	ESQUADRIA DE SEGURANÇA	40.178,49	% Período:				100,00%
1.3.17.	SERVIÇOS FINAIS	14.648,56	% Período:				100,00%
1.3.17.1.	Remoção de entulho	1.379,81	% Período:				100,00%
1.3.17.2.	Limpeza e jardinagem	13.268,75	% Período:				100,00%
Total: R\$ 1.147.409,74							
				%:	1,84%	26,87%	40,76%
				Repassa:	-	-	-
				Contrapartida:	21.130,16	308.326,00	467.667,22
				Outros:	-	-	-
				Investimento:	21.130,16	308.326,00	467.667,22
				%:	1,84%	28,71%	69,47%
				Repassa:	-	-	-
				Contrapartida:	21.130,16	329.456,16	797.123,38
				Outros:	-	-	-
				Investimento:	21.130,16	329.456,16	797.123,38
				Administração Local:			

0


Local

quarta-feira, 7 de janeiro de 2026

Data

Anexo VIII – Demonstrativo de Composição de BDI

Observação: o modelo constante deste Anexo indica de forma exemplificativa os itens que compõem o BDI sem pré-determinar os respectivos parâmetros, cabendo aos licitantes considerar os parâmetros que lhes sejam aplicáveis

		Quadro de Composição do BDI		Grau de Sigilo #PUBLICO	
Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR			
0	0			0	
APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE					
/					
Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo				100,00%	
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):				2,50%	
BDI 1					
TIPO DE OBRA					
Construção e Reforma de Edifícios					
Itens		Siglas		% Adotado	
Administração Central		AC		4,50%	
Seguro e Garantia		SG		1,00%	
Risco		R		1,00%	
Despesas Financeiras		DF		1,30%	
Lucro		L		7,00%	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)		CP		3,65%	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)		ISS		2,50%	
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desc		CPRB		0,00%	
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)		BDI PAD		23,00%	

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:	
--	--

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 2,5%.
Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

--

0 sábado, 0 de janeiro de 1900

Local	Data
PMv3.13	01/fev



Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo

#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	0
APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE		
/		
Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo		100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):		2,50%

Responsável Técnico

0

Nome:

0

CREA/CAU:

0

ART/RRT:

—

PMv3.13

02/fev

ANEXO IX – Demonstrativo de encargos sociais

Observação: o modelo constante deste Anexo indica de forma exemplificativa os itens que compõem os Encargos Sociais sem pré-determinar os respectivos parâmetros, cabendo aos licitantes considerar os parâmetros que lhes sejam aplicáveis

SINAPI – Cálculos e Parâmetros



Apêndice 25 – Encargos Sociais – São Paulo

SÃO PAULO		VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	22,80%	22,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,97%	Não incide	17,97%	Não incide
B2	Feriados	4,69%	Não incide	4,69%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,65%	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	11,02%	8,33%	11,02%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,34%	Não incide	1,34%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	11,22%	8,48%	11,22%	8,48%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	48,03%	18,17%	48,03%	18,17%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,81%	3,64%	4,81%	3,64%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
C3	Férias Indenizadas	2,98%	2,25%	2,98%	2,25%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,75%	2,08%	2,75%	2,08%
C5	Indenização Adicional	0,41%	0,31%	0,41%	0,31%
C	Total	11,06%	8,37%	11,06%	8,37%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	10,40%	3,73%	18,16%	6,87%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,41%	0,31%	0,43%	0,33%
D	Total	10,81%	4,04%	18,59%	7,20%
TOTAL(A+B+C+D)		92,70%	53,38%	115,48%	71,54%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

ANEXO X

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021

CONTRATANTE: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº XXXXXX

OBJETO: contratação de empresa especializada na execução de serviços comuns de engenharia para reforma reparativa da futura sede do Décimo Segundo Batalhão de Ações Especiais de Polícia (12º BAEP), localizado na Rua Tenente Alcides Theodoro dos Santos, nº 345, Bairro Aviação, município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento total de mão-de-obra (sem regime de dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e maquinários, necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus à Contratante, devendo obedecer às condições estabelecidas no Projeto Básico nº SSP-002/SAEA/2025 e anexos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: São Paulo, da assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME / ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).